

Leonardo Vasconcelos de Souza

# O RETIRO EM MEIO AO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ

Lugar, normas, resistências, flexibilizações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Doralice Barros Pereira

BELO HORIZONTE

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**O Retiro em meio ao Parque Nacional da Serra do Cipó: Lugar, normas, resistências, flexibilizações**

**LEONARDO VASCONCELOS DE SOUZA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 05 de julho de 2017, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Doralice Barros Pereira - Orientador  
UFMG

Prof(a). Jose Antonio Souza de Deus  
UFMG

Prof(a). Bernardo Machado Gontijo  
UFMG

Prof(a). Emmanuel Duarte Almada  
UEMG

Belo Horizonte, 5 de julho de 2017.

## Agradecimentos

Aos aposentados, por me inspirarem e permitirem experimentar e refletir o mundo me proporcionando conhecer mais de mim mesmo. Aos gestores ambientais da Serra do Cipó, pela colaboração com nossos estudos, por me incitarem ao diálogo e por me instigarem a procurar outros lados das coisas. Aos promotores e assessores, pelo seu trabalho dedicado e paciente no âmbito do Ministério Público.

A todos aqueles que fazem ou já fizeram parte do Projeto Cipó, por terem contribuído com coleta de dados e reflexões acerca da Serra do Cipó, pelo companheirismo durante as rotinas de trabalho, pelo aprendizado constante. Sobretudo à Bia, pela confiança, valorização, sinceridade demonstradas.

À família e aos amigos, por aturarem minhas variações de humor e incapacidade de falar sobre outras coisas, pelos compromissos desmarcados em que não tiveram meu apoio, por se fazerem presentes diante de minha ausência. Em especial, agradeço à amada *mama*, por todo carinho, suporte, preocupação, lanchinhos surpresa nas horas a fio escrevendo.

À Ana, por se deixar tornar um de meus lugares, por me proporcionar certa estabilidade diante da confusão do mundo, por me ser segurança, apoio e fonte de significação, por me permitir morar em seu amor, por ser mais do que consigo formular.

À Doralice, pela paciência e rigor ao compartilhar sua querida Serra do Cipó.

Aos colegas do programa de pós-graduação em geografia e do programa de pós-graduação em antropologia e arqueologia, pelas discussões dentro e fora de sala de aula. Uma pena não ter conseguido aproveitar todas elas.

À FAPEMIG, por tornar esse processo menos dificultoso por meio da bolsa concedida.

## Resumo

As áreas protegidas foram consolidadas como uma das principais estratégias políticas de proteção ambiental adotadas mundo afora. Contudo, sua adoção e implantação têm causado conflitos com dinâmicas socioespaciais dos lugares onde elas são postas e impostas. Por meio de minhas experiências com unidades de conservação brasileiras, minhas inquietações sobre como normas ambientais podem interferir na configuração desses lugares foram aumentando. Para compreender essa situação, debruço-me nesta dissertação sobre o Retiro, lugar onde foi criado o Parque Nacional da Serra do Cipó. Minhas experiências mais específicas na região do Retiro foram orientadas por metodologias de investigação qualitativa, como entrevistas com moradores e usuários do lugar, gestores ambientais e promotores públicos. Também lancei mão da observação participante para compreender parte da convivência com a região de retireiros e gestores ambientais. Observei que existem múltiplas dimensões intercaladas no lugar, como processos de urbanização e atividades turísticas. Entretanto, debruçar-me-ei aqui sobre a imposição de normas ambientais destacadas durante minhas experiências como interferências mais diretas no lugar. Concluí que, de certa forma, o regulamento do parque nacional e a conduta de sua equipe gestora são flexíveis e asseguram usos e ocupações dos retireiros. Entretanto, algumas restrições diretas e sutis ainda são enfrentadas pelas famílias do lugar e, frente a elas, essas pessoas adotam formas variadas de resistência. O lugar Retiro, portanto, não é reconfigurado apenas pela imposição de normas ambientais, mas também pela resistência dos retireiros e flexibilização dos gestores ambientais quanto a essas normas. Aponto então a necessidade de que instrumentos de gestão de unidades de conservação, como os termos de compromissos, sejam melhor discutidos para se chegar a um denominador comum favorável a ambas as partes.

## Abstract

Protected areas have been consolidated as one of the main environmental protection policies adopted by the world. However, their adoption and deployment have caused conflicts with socio-spatial dynamics of the places where they are placed and imposed. Through my experiences with Brazilian protected areas, my concerns about how environmental norms may interfere in the configuration of these places have been increasing. To understand this situation, I turn to this dissertation on Retiro, place where Serra do Cipó National Park was created. My most specific experiences about Retiro were guided through qualitative research methodologies, such as interviews with local residents and users, environmental managers and public prosecutors. I also made use of participant observation to understand part of the routine of “retireiros” and environmental managers. I have noticed that there are multiple dimensions interspersed in place, such as urbanization processes and tourist activities. However, I will focus here on the imposition of environmental standards highlighted during my experiences as more direct interference in the place. I concluded that, in a way, the regulations of the national park and the conduct of its management team are flexible and ensure the uses and occupations of the “retireiros”. However, some direct and subtle restrictions are still faced by the local families and, in front of them, these people take varying forms of resistance. The place Retiro, therefore, is not reconfigured only by the imposition of environmental standards, but also by the resistance of the retirees and the flexibility of the environmental managers regarding these norms. I therefore point out the need for conservation management instruments, such as the terms of commitments, to be adopted to better ensure the reconciliation between the interests of the “retireiros” and the environmental protection actions that, in view of my experiences, constitute the Retreat as a place.

## Lista de figuras

Figura 1. Croqui representativo do Retiro.....	200
Figura 2. Casa de Peixe .....	211
Figura 3. Roça de Deusdita e Eurico .....	233
Figura 4. Casa de Piedade e Dionísio.....	255
Figura 5. Casa de Zé Levi e Cidinha.....	277
Figura 6. Casa da família de Geraldo Siqueira .....	28
Figura 7. Casa de Ildeu e Fatinha.....	29
Figura 8. A Casa Torta.....	300
Figura 9. Moradas dos Miné.....	311
Figura 10. Casas do Retiro em ruínas .....	38
Figura 11. A trilha do Retiro.....	400
Figura 12. A região da Serra do Cipó .....	433
Figura 13. Formações montanhas típicas da Serra do Espinhaço .....	444
Figura 14. Primeira sede do Parna Cipó .....	72
Figura 15. Zoneamento geral do Parque Nacional da Serra do Cipó .....	83
Figura 16. Zona histórico-cultural do Parna Cipó .....	85
Figura 17. Zona de ocupação temporária do Parna Cipó .....	88
Figura 18. Zona de uso especial do Parna Cipó .....	90
Figura 19. Construção da portaria Retiro do Parna Cipó .....	91
Figura 20. Visões aéreas do Retiro .....	92
Figura 21. O cruzeiro e o mirante do Retiro .....	94
Figura 22. Semelhanças e diferenças entre retireiros.....	98

## Lista de tabelas

Tabela 1. Esquematização das atividades de campo .....	14
Tabela 2. Roteiros semiestruturados utilizados em entrevistas .....	16
Tabela 3. Condições de uso e ocupação do lugar, principais atividades e situação dos retireiros no zoneamento do Parna Cipó.....	96

## Lista de siglas

APA Pedreira	Área de Proteção Ambiental Morro da Pereira
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF	Ministério Público Federal
PAE	Plano de Ação Emergencial
Parna Cipó	Parque Nacional da Serra do Cipó
PFE	Procuradoria Federal Especializada do ICMBio
ProAcesso	Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TC	termo de compromisso
ZES	zona de uso especial
ZHC	zona histórico-cultural
ZOT	zona de ocupação temporária
ZRE	zona de recuperação

# Sumário

Agradecimentos .....	3
Resumo.....	4
Abstract .....	5
Lista de figuras .....	6
Lista de tabelas.....	7
Lista de siglas.....	7
Apresentação .....	9
Introdução .....	12
Muito prazer, nós somos retireiros .....	18
O lugar Retiro.....	33
Dimensões geo-históricas da Serra do Cipó: dos indígenas aos turistas .....	42
Um parque para a Serra do Cipó e suas questões fundiárias.....	65
O Retiro no âmbito do zoneamento do Parna Cipó .....	82
Resistência retireira .....	96
Termos de compromisso para o Retiro .....	106
Conclusões provisórias .....	109
Referências .....	113



# Apresentação

Durante a graduação em Ciências Socioambientais, não me faltaram leituras e discussões que colocaram a proteção ambiental como uma necessidade, apresentando formas de se praticá-la e, ao mesmo tempo, criticando-as. Dentre as maneiras de se proteger o ambiente, debatemos as áreas protegidas, sobretudo quanto a divergências de interesses envolvidos em sua concepção, criação, implantação, implementação e gestão. Dentre essas divergências, nossas discussões eram voltadas constantemente para restrições impostas a lugares em que são criadas áreas protegidas. Restrições causadas pela sobreposição de interesses (em princípio) incompatíveis: proteção e transformação do ambiente.

As pesquisas que fazemos tornam-se parte de nossa trajetória pessoal e, muitas vezes, o inverso também acontece ao passarmos por uma experiência que nos arrebatava tão fortemente a ponto de nos provocar a necessidade de refletir sobre ela. Minha graduação proporcionou o tomar ciência de discussões acerca da proteção ambiental e de áreas protegidas. A experiência sobre essa temática ficou restrita a uma ou duas atividades de campo que, embora tenham cumprido seu papel, não me deixaram marcas mais profundas.

Essas marcas surgiram durante minha participação no Programa de Voluntariado do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, órgão que, desde 2007, é responsável pela gestão das unidades de conservação federais brasileiras<sup>1</sup>. Para um estudante de Ciências Socioambientais a um ano de se formar, ser voluntário em um órgão ambiental foi uma oportunidade de experimentar o trabalho de proteção ambiental efetuado por servidores públicos e refletir se esse seria um caminho de interesse para seguir futuramente.

O voluntariado ocorreu no Parque Nacional da Serra da Bocaina, localizado onde mar e serras não se preocupam em definir se são fluminenses ou paulistas, com o objetivo principal de organizar o uso público da porção litorânea da unidade durante o feriado prolongado de fim de ano, em 2013. Contudo, o que era tratado nos discursos oficiais – funcionários, imagens, escritos vinculados ao estado – como porção litorânea do parque também era tratado

---

<sup>1</sup> Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007.

por muitos dos que lá vivem, trabalham ou visitam como vila de Trindade. Alguns desses atores se identificam como população caiçara, cujos costumes são somados aos valores estéticos e paisagísticos atribuídos às praias e matas locais, para fazer de Trindade um atrativo turístico.

Embora a experiência tenha sido importante ao possibilitar a vivência do trabalho de gestores ambientais, o sair da rotina, o curtir as praias, o conhecer pessoas novas, o mar, as matas foram me desbotando à medida que os dias passavam e as relações entre atores locais ganhavam cores mais fortes. Não esperava encontrar as linhas lidas em sala de aula escritas na areia em que pisava, encarnadas nas pessoas que conhecia, dissolvidas nos discursos que ouvia, materializadas nas práticas que observava e produzia.

O que mais me chamou a atenção foi a aparente divergência de discursos e práticas de moradores locais e agentes ambientais sobre aquele mesmo lugar – tido como casa, local de trabalho, espaço de lazer, área destinada à proteção da biodiversidade – e como suas visões quanto às relações entre humanos e ambiente pareciam ser diferentes: a biodiversidade deve ser isolada de certos contatos humanos? Se sim, quais contatos humanos são permitidos e como eles são definidos? Foi intrigante perceber como esses atores acionavam elementos discursivos e práticos para legitimar suas visões particulares como opções válidas, e as vezes únicas, para proteger o ambiente. Ao partir de Trindade, levei na mochila algumas perguntas, mas uma delas era perceptivelmente mais importante que as outras: como definimos o que é uma área protegida?

No regresso a Belo Horizonte e ao meu último ano de graduação, a pesquisa para o trabalho de conclusão de curso foi sendo desenhada. Buscando mais e maior contato com a temática de conflitos ambientais em áreas protegidas, candidatei-me a uma vaga como bolsista de extensão no GESTA/Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Então, desde março de 2014 tenho atuado no âmbito do Projeto Cipó<sup>2</sup>, que visa compreender mudanças sociais, culturais, econômicas, religiosas de famílias que viviam/vivem no território legalmente delimitado como Parque Nacional da Serra do Cipó/Parna Cipó, promovendo reflexões acerca do contexto regional ainda pouco exploradas pela academia.

---

<sup>2</sup> Projeto Cipó refere-se ao projeto de pesquisa e extensão “O Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e populações locais: desvelando conflitos e histórias marginalizadas”, cadastrado na Plataforma Brasil por meio do registro CAAE 48797015.8.0000.5149 e no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), sob o número 42937-3.

Embora tenha voltado ao Parna Bocaina como voluntário e monitor ambiental por mais sete vezes entre 2014 e 2015, escrevi minha monografia sobre o Parna Cipó refletindo a respeito de como a criação e a gestão do parque impuseram usos territoriais no lugar, exigindo sua adequação. Busquei entender o caso a partir do registro dos olhares, tanto das famílias que moravam/moram no território definido legalmente como parque, quanto dos funcionários do ICMBio, tentando compreender a representação desses atores sobre o que é um parque nacional. Entre os resultados, aponte a existência de contradições entre o modo como os parques são previstos em legislações e o modo como eles são concretizados na prática.

Apesar da escrita da monografia ter sido concluída, restaram incômodos que me acompanharam até o mestrado. Vislumbrei o programa de pós-graduação em geografia da UFMG como uma oportunidade de continuar meu percurso acadêmico nessa mesma instituição sem me distanciar das reflexões acerca das relações entre humanos e ambiente, historicamente do interesse da disciplina.

Durante o mestrado, o contato com literatura e discussões associadas à geografia humanista modificaram meu olhar para o contexto das famílias atingidas pelo Parna Cipó. Até então, eu adotara abordagem focando a sobreposição entre território de moradores locais e território parque. Revendo os dados colhidos em campo, percebi que esse local de uso e moradia dentro do parque, denominado Retiro, era tratado por seus moradores e usuários, os retireiros, enquanto lugar, e procurei compreender melhor tal categoria no âmbito da geografia humanista. Percebi que as relações de afinidade com o Retiro são essenciais para compreender as atividades dos retireiros, não apenas como formas de subsistência material ou de assegurar a posse de terras, mas como formas de se compreender as dinâmicas socioespaciais do lugar, como esses retireiros habitam o mundo.

Essa abordagem me possibilitou um novo olhar sobre o Retiro, os retireiros, suas relações com o Parna Cipó e com Cardeal Mota. A adoção dessa outra abordagem está de certa forma relacionada ao que Tuan (1983: 203) discute sobre o tempo que demoramos para conhecer um lugar. Inteirando três anos de experiências e reflexões com a Serra do Cipó, minha movimentação pelo Retiro, meu contato com sua população, minhas reflexões a partir de outros estudos possibilitam-me senti-lo melhor; não se trata somente da quantidade de campos realizados, mas das afinidades fortalecidas com o lugar e as pessoas. É essa nova abordagem e esse novo olhar sobre o Retiro que passo a retratar e discutir a seguir com esta dissertação.

# Introdução

Lugares como a vila de Trindade e o Retiro existem em diversas unidades de conservação de proteção integral brasileiras. Contudo, segundo o decreto 84.017/1979, “só serão admitidas residências nos Parques Nacionais, se destinadas aos que exerçam funções inerentes ao seu manejo”. Portanto, Trindade e Retiro estão em desacordo com os objetivos legais de nossos parques. Mas como isso é possível? De que maneira esses lugares e suas dinâmicas socioespaciais são mantidos formal e socialmente? Nesse sentido, a pergunta que orienta este estudo é: de que maneira as normas ambientais do Parna Cipó têm contribuído para reconfigurar ou não o lugar Retiro?

A escolha pelo Retiro decorre de minha afinidade pessoal e proximidade espacial com ele, que me permitiram constatar que o lugar, mesmo sendo parte de um território a ser protegido, é utilizado e ocupado. Apesar da presença dos retireiros estar em desacordo com os objetivos legais do Parna Cipó, ela foi, de certa forma, regulamentada através do plano de manejo da unidade. Essa situação permite que eu tome o Retiro também enquanto objeto de pesquisa, pois, além da insistência dos retireiros em manterem suas atividades no lugar, estas estão formalizadas pela administração do parque.

Embora haja outras dimensões intercaladas que interferem nas relações com o lugar, foco minhas investigações em normas ambientais, pois elas consistem em ações que fogem ao controle dos retireiros e que são facilmente associadas ao órgão ambiental e seus gestores ambientais, permitindo que reações diretas a elas sejam mais perceptíveis. As normas ambientais as quais me refiro aqui correspondem à legislação que estabelece como os processos de concepção, criação, implantação, implementação e gestão de unidades de conservação devem ocorrer no Brasil, e também ao plano de manejo do Parna Cipó, que define como esses processos serão adotados nos contextos sociais, fundiários, culturais específicos da unidade.

Volto minhas reflexões para as normas ambientais, pois as percebo como importantes fatores de reconfiguração do lugar, o que também é ressaltado pelos retireiros. Essa minha percepção está baseada na adoção da história de vida como técnica de investigação através da qual percebi as mudanças de afeto entre Retiro e seus moradores e de solidariedade entre

os aposentados. Através da história de vida, captamos acontecimentos da interseção do individual com o social para fundir elementos do presente a evocações do passado. As entrevistas de história de vida envolvem laços afetivos, vínculos, atitudes, lembranças que fazem com que o pesquisador trabalhe com a seletividade de fenômenos e elementos fornecidos pelos entrevistados, fazendo assim com que a pesquisa seja aprofundada em determinados temas e se afaste de outros: “Embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que narrar” (PAULILO, 1999: 140-141). Nesse sentido, o uso da história de vida objetivou valorizar as histórias próprias de nossos interlocutores deixando que eles contribuíssem para a definição de formas e conteúdos das narrativas desta pesquisa à medida que interpretavam suas experiências e seu mundo vivido (BECKER, 1994 apud PAULILO, 1999: 142).

Para realizar minhas investigações, tomo como objeto de análises as relações dos aposentados com normas e gestores ambientais, suas formas de resistência e acomodação a eles. Ressalto que, entre 2014 e 2017, os aposentados não estiveram passivos às normas do parque e possuem formas de resistências para manterem sua identidade e seus interesses.

Os interlocutores desta pesquisa constituem um universo formado por pesquisadores, gestores ambientais, promotores públicos e aposentados com quem interagimos no âmbito do Projeto Cipó. Dessa forma, as fontes de informações para esta pesquisa foram colhidas por meio de trabalho coletivo e individual realizado em conjunto com os pesquisadores integrantes do referido projeto, a quem mantenho os devidos créditos e agradecimentos.

Os dados utilizados em minhas análises e reflexões foram colhidos entre 2014 e 2017 conforme indicado na Tabela 1. Algumas atividades de campo buscaram compreender questões levantadas no âmbito desta dissertação em particular, mas não deixaram de ser armazenadas junto ao arquivo do referido projeto.

As informações utilizadas para as análises desta dissertação foram colhidas através de distintas metodologias qualitativas que incluem história de vida, entrevista, observação participante, pesquisa documental.

Tabela 1. Esquematização das atividades de campo cujos produtos (transcrições, notas de campo e filmagens) foram utilizados como fonte de informações para nossas análises.

PERÍODO		ATIVIDADE	PESQUISADORES ENVOLVIDOS	MATERIAIS DE ANÁLISE
2014	Janeiro	Entrevistas com retireiros, moradores de Cardeal Mota e gestores ambientais (4 dias)	Ana Beatriz Mendes	Transcrições das entrevistas
	Maio	Entrevistas com retireiros (1 dia)	Amanda Nunes, Giulia Volpini e Leonardo Souza	Transcrições das entrevistas
	Julho	Entrevistas e observação participante com retireiros, moradores de Cardeal Mota e gestores ambientais (3 dias)	Ana Beatriz, Amanda Nunes, Giulia Volpini, Iara Freitas e Leonardo Souza	Transcrições das entrevistas e notas de campo individuais
	Agosto	Observação participante enquanto voluntário no Parna Cipó (5 dias)	Leonardo Souza e Pedro Mota	Notas de campo e documentos
	Setembro	Entrevista com ex-gestor do Parna Cipó (1 dia)	Ana Beatriz, Giulia Volpini e Leonardo Souza	Transcrições da entrevista
2015	Fevereiro/Março	Observação participante durante campo de imersão no Retiro (11 dias)	Amanda Nunes, Giulia Volpini, Iara Freitas e Leonardo Souza	Notas individuais de campo
	Maio	Entrevistas com retireiros (3 dias)	Amanda Nunes e Iara Freitas	Transcrições das entrevistas
2016	Maio	Entrevistas com retireiros e moradores de Cardeal Mota (1 dia)	Leonardo Souza	Notas de campo
	Julho	Entrevistas e observação participante com retireiros e moradores de Cardeal Mota (8 dias)	Leonardo Souza	Notas de campo
	Julho	Entrevistas com retireiros e moradores de Cardeal Mota (6 dias)	Aiano Benfica, Keyty Andrade, Leonardo Souza, Marcela Coelho e Samora N'zinga	Filmagens e notas Coletivas de campo
2017	Abril	Entrevistas com retireiros e gestores ambientais (3 dias)	Leonardo Souza	Notas de campo
	Maio	Reunião entre MPF, ICMBio, UFMG e UEMG <sup>3</sup>	Ana Beatriz, Leonardo Souza, Najara Vianna e Pedro Reis	Notas coletivas de campo
	Junho	Reunião entre MPF, ICMBio, UFMG, UEMG e UNIMONTES <sup>4</sup>	Ana Beatriz, Keyty Andrade, Leonardo Souza, Najara Vianna, Pedro Reis e Samora N'zinga	Notas coletivas de campo

A técnica da entrevista face a face foi utilizada com retireiros e gestores ambientais como forma de favorecer a relação intersubjetiva entre pesquisadores e interlocutores. Ela permitiu-nos que, através de influências verbais e não-verbais, buscássemos compreender mais significados, valores e opiniões dos entrevistados em sua coletividade sobre situações e

<sup>3</sup> Não solicitei autorização para revelar o nome do pesquisador da UEMG e por isso os omiti.

<sup>4</sup> Não solicitei autorização para revelar os nomes dos pesquisadores da UEMG e UNIMONTES e por isso os omiti.

vivências pessoais. Nesse sentido, a entrevista permite que o entrevistado legitime as interpretações feitas dele pelo pesquisador (FRASER e GONDIM, 2004: 140) e, desse modo, a “entre-vista” passa a comportar mais do que uma única perspectiva (PAULILO, 1999: 143).

A abordagem qualitativa da entrevista através de roteiros flexíveis possibilitou-nos privilegiar as falas dos interlocutores, deixando-os mais livres para construir seu discurso, e, assim, melhor compreender suas percepções de mundo. Elaboramos roteiros semiestruturados que foram sendo redefinidos à medida que os entrevistados se expressavam, o que permitiu ampliar nossas compreensões acerca do tema investigado. Para Fraser e Gondim (2004: 145), por ser capaz de desencadear a autorreflexão nos entrevistados, esse tipo de roteiro amplia o poder de ação e transformação das pessoas ao induzi-las a refletir sobre suas concepções, crenças e ações.

Ao todo, realizamos 23 entrevistas, coletivas e individuais, envolvendo nove aposentados e sete gestores ambientais. A realização de entrevistas em grupo nos facultou observar *in loco* semelhanças e diferenças de opiniões e experiências de nossos interlocutores e assim mapear argumentos e contra-argumentos em relação a tópicos específicos (FRASER e GONDIM, 2004: 149). Apesar deste texto focar os aposentados, também entrevistamos sete moradores de Cardeal Mota, cujas famílias foram desapropriadas ou retiradas de suas propriedades pela implantação do Parna Cipó. As escolhas de nossos interlocutores recaíram sobre os atores que foram desapropriados e/ou expulsos devido à implantação e gestão do parque.

Os tópicos guia dos roteiros dessas entrevistas foram elaborados com base na (i) realização de campos exploratórios em que conversamos com prováveis interlocutores sobre suas experiências em relação ao Parna Cipó e (ii) leitura de documentos referentes à unidade, sobretudo seu plano de manejo. Esses tópicos guia foram organizados através da Tabela 2.

Houve situações em que iniciamos uma entrevista através dos tópicos guia, mas sentimos que a presença do gravador ou mesmo do papel e da caneta comprometeram a melhor interação com nossos interlocutores. Nesses casos, optamos por guardar esses objetos e manter uma entrevista focalizada com essas pessoas. Segundo Gil (2008: 111-112), esse tipo de entrevista é o menos estruturado possível, mas se distingue de uma simples conversação, pois objetiva coletar dados. Embora o entrevistador esteja livre para falar, o pesquisador esforça-se para que a conversa não seja desviada de seu tema original.

Tabela 2. Roteiros semiestruturados utilizados em entrevistas para a coleta dos dados utilizados nesta pesquisa.

DATA	ENTREVISTADOS	TÓPICOS GUIA
01/2014 e 07/2014	Gestores ambientais	1) Concepção e gestão da zona de ocupação temporária; 2) Criação de termos de compromisso para o Parna Cipó; 3) Situações de conflito do parque; 4) Situação fundiária do parque; 5) Relações entre administração do parque e retireiros; 6) Concepção e realização das obras da portaria Retiro; 7) Situação fundiária do Retiro; 8) Participação dos retireiros no conselho do parque; 9) Vida dos retireiros depois do parque; 10) Redação do plano de manejo do parque; 11) Reassentamento dos retireiros; 12) Desafetação e mudança de categoria do parque; 13) Comprometimento da proteção da biodiversidade devido a ações de retireiros; 14) Formação e percurso profissional do entrevistado; 15) Atuação na Serra do Cipó.
01/2014, 07/2014 e 07/2016	Retireiros e moradores de Cardeal Mota desapropriados pelo Parna Cipó	1) Genealogia familiar; 2) Vida antes e depois do Parna Cipó; 3) Espraçamento da família; 4) Saída do território legalmente transformado em parque; 5) Relações com a administração do parque; 6) Relações com turismo; 7) Concepção do Retiro; 8) Atividades realizadas pelos retireiros no Retiro; 9) Processos de desapropriação dos retireiros; 10) Comprometimento da proteção da biodiversidade devido a ações de retireiros.
05/2014	Retireiros	1) Autuações emitidas pelo ICMBio; 2) Construção de novas estruturas no Retiro por parte de retireiros; 3) Processos de desapropriação dos retireiros; 4) Relações com outros retireiros; 5) Realização das obras da portaria Retiro; 6) Relações com a administração do Parna Cipó; 7) Vida antes e depois do parque; 8) Relações entre proteção da biodiversidade e ações de retireiros.
09/2014	Ex-gestor do Parna Cipó	1) Concepção e gestão da zona de ocupação temporária; 2) Criação de termos de compromisso para o Parna Cipó; 3) Situação fundiária do parque; 4) Relações entre administração da unidade e retireiros; 5) Concepção e realização das obras da portaria Retiro; 6) Participação dos retireiros no conselho do parque; 7) Processo de desapropriação dos retireiros; 8) Reassentamento dos retireiros; 9) Redação do plano de manejo do parque; 10) Comprometimento da proteção da biodiversidade devido a ações de retireiros; 11) Formação e percurso profissional do entrevistado; 12) Atuação na Serra do Cipó.
04/2017	Gestores ambientais	1) Atividades realizadas pelos retireiros; 2) Relações entre administração da unidade e retireiros; 3) Processos de desapropriação dos retireiros; 4) Funcionamento da gestão integrada Parna Cipó e APA Pedreira; 5) Comprometimento da proteção da biodiversidade devido a ações de retireiros.

As entrevistas foram associadas às técnicas de observação proporcionando-nos perceber como valores e crenças dos entrevistados são expressos em seu comportamento e conduta. A observação consiste no uso dos sentidos para se adquirir conhecimentos sobre o cotidiano e, embora ela esteja presente em outras etapas da pesquisa (formulação do problema, análise de dados), seu papel é mais evidente durante a coleta de dados (GIL, 2008: 100). A observação participante proporcionar conhecer a vida dos interlocutores da pesquisa a partir de seu grupo social (Ibid: 103). Adotamo-la junto aos retireiros e gestores ambientais para imergir em seus grupos sociais e buscar apreender seus contextos sociais, permitindo-nos compreender melhor as lidas e opiniões desses atores.



Não perdemos a sensibilidade de que por nos inserirmos nesses grupos esclarecendo nossos papéis enquanto pesquisadores e por deixarmos claros nossos objetivos de investigação, nossa presença alterou os comportamentos de nossos interlocutores. Entretanto, a observação participante proporcionou-nos as vantagens de facilitar o acesso aos dados sobre situações habituais em que os interlocutores se encontram envolvidos e possibilitar captar palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados (Ibid: 104). Ressalto também que, ao final de cada dia de campo, reservei um tempo para fazer notas ou redigir relatos sobre minhas experiências.

Complementamos depoimentos e experiências de campo através da pesquisa documental, analisando o plano de manejo do Parna Cipó, atas de reuniões de seu conselho, leis e regulamentos e outros documentos (processos, notas, relatórios) produzidos por órgãos ambientais e pelo Ministério Público Federal a respeito da questão fundiária do parque e dos processos de desapropriação dos retireiros. Embora nem sempre constituam amostras representativas dos fenômenos em estudo, por terem sido produzidas em determinados contextos histórico, econômico, social, político, as informações contidas em documentos são capazes de nos fornecer dados sobre esses contextos (GODOY, 1995: 22).

Dividi esta dissertação em sete partes através das quais desenvolvo meus objetivos específicos. Na primeira delas, investiguei quem são os retireiros, quais atividades realizam, quais suas condições de uso e ocupação do lugar. Na segunda parte, busquei, através da geografia humanista, compreender o Retiro enquanto lugar de significados, afeto e identidade produzidos por meio de diversas experiências. Na terceira parte, uma revisão bibliográfica acerca dos processos socioeconômicos atribuídos à Serra do Cipó, do período colonial até o início do século XXI, visou compreender dimensões sociais, econômicas, políticas que constituem e são constituídas para a região e suas transformações socioespaciais. Na quarta parte, investiguei como ocorreram concepção, criação, implantação, implementação, gestão do Parna Cipó e a situação fundiária da unidade. Na quinta parte, reflito se e como o Retiro está representado no zoneamento do Parna Cipó e quais as implicações dessa representação para o que retireiros e outros envolvidos do lugar percebem. Na sexta parte, discuto em que medida as normas ambientais do Parna Cipó têm interferido nas dinâmicas socioespaciais dos retireiros. Por fim, na sétima e última parte, apresento breve relato sobre andamentos recentes para a criação de termos de compromisso junto aos retireiros.

# Muito prazer, nós somos retireiros

Embora meus interesses de pesquisa tenham surgido antes de eu saber da existência do Retiro, encontrei nesse lugar possibilidades para seguir com minhas reflexões acerca dos interesses de populações locais em meio a contextos de proteção ambiental. Em março de 2014, tive minhas primeiras experiências do lugar através da leitura de transcrições de entrevistas realizadas com retireiros e gestores ambientais sobre como eles percebiam a promoção da proteção ambiental no âmbito do Parna Cipó. Essas transcrições foram colhidas no âmbito do Projeto Cipó através do qual também tive acesso a outros documentos (plano de manejo do parque, processos de desapropriação, relatórios fundiários) e relatos sobre o Retiro.

Iniciei minha experimentação direta do lugar dois meses depois, no primeiro campo coletivo do projeto. Naquela oportunidade, uma retireira nos guiou através do Retiro, apresentando-nos seus caminhos, moradores, casas, roças, lugares sagrados. Eu já conhecia alguns destes através de minhas leituras, contudo a experiência direta com o lugar e com os retireiros foram me despertando sentimentos e valores acerca do Retiro.

Nesta parte da dissertação, apresento o Retiro, enquanto minha área de estudo conforme ele me foi sendo introduzido pelos retireiros. O termo retireiro foi apontado por um morador do Retiro à Freitas (2015: 29) como categoria utilizada para se referir àqueles que nasceram no lugar. Em meu contato com eles, observei que eles não adotam o termo ou outras categorias para se autorreferirem enquanto coletivo. Eu poderia ter utilizado o termo moradores locais, mas optei por adotar a denominação de Freitas para diferenciá-los de outros possíveis moradores locais de Cardeal Mota, como os gestores ambientais que residem no distrito. Embora alguns deles possam não ter nascido no lugar, todos possuem laços de identidade com ele e, com exceção de um núcleo familiar, laços de parentesco entre si.

Em seu estudo sobre o lugar, Freitas (2015: 47) apresenta croquis em que estão identificados os principais elementos representativos e estruturais que, na visão dos retireiros, conformam o Retiro. Na Figura 1, observamos que esses elementos constituem as casas erigidas pelos núcleos familiares que ali viveram e ainda vivem e alguns lugares de referência, sejam rios, pontos turísticos, sítios sagrados. Adaptei a legenda utilizada por Freitas para diferenciar (i) as casas não ocupadas ou em ruínas daquelas utilizadas como (ii) moradias permanentes ou (iii) casas de veraneio. Também diferenciei lugares que, mesmo não contando mais

com a presença de casas, constituem áreas de cultivo ou de criação de animais utilizadas por retireiros que não mais ali residem. As casas do Retiro não constituem a única marca do lugar, mas constituem lugares dentro do lugar Retiro onde a maioria de minhas experiências com os retireiros ocorreram e por isso foram aqui ressaltadas.

Optei por manter os nomes de nossos interlocutores por ter recebido sua autorização, via depoimentos gravados, para realizar a pesquisa. Não elaboramos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pois julgamos esse procedimento inadequado, sobretudo para os retireiros que em sua maioria são iletrados; a adoção do termo poderia consistir em forma de constranger essas pessoas. Tendo sua autorização, seus nomes foram mantidos, sobretudo porque qualquer um que conheça minimamente o Retiro será capaz de identificar os retireiros a partir das atividades que exercem e dos núcleos familiares a que pertencem. O nível de detalhamento dessas atividades foi necessário para melhor situar minhas reflexões acerca da influência das normas ambientais para a configuração socioespacial do lugar e dos termos de compromisso do Parna Cipó. Informações que me foram relatadas em sigilo não foram incluídas, pois poderiam comprometer meus interlocutores.

Em outras partes desta dissertação, ao me referir a depoimentos de interlocutores específicos, mesmo possuindo sua autorização para realizar a pesquisa, percebi que era possível manter seu anonimato sem prejudicar as informações e discussões que realizei e que a exposição dessas pessoas era desnecessária. Nesses casos, seus nomes foram suprimidos e seus depoimentos foram associados a categorias mais amplas (gestores ambientais, moradores de Cardeal Mota, retireiros) que correspondem ao universo de interlocutores desta pesquisa.

Nossa jornada ao Retiro parte do posto policial de Cardeal Mota seguindo a rua do Engenho até a portaria do Parna Cipó no Retiro, em construção desde 2014<sup>5</sup>. Passada a portaria, a primeira saída da trilha do Retiro leva à casa de Peixe e à roça de Deusdita e Eurico.

---

<sup>5</sup> Apresento discussão mais aprofundada sobre essas obras posteriormente.

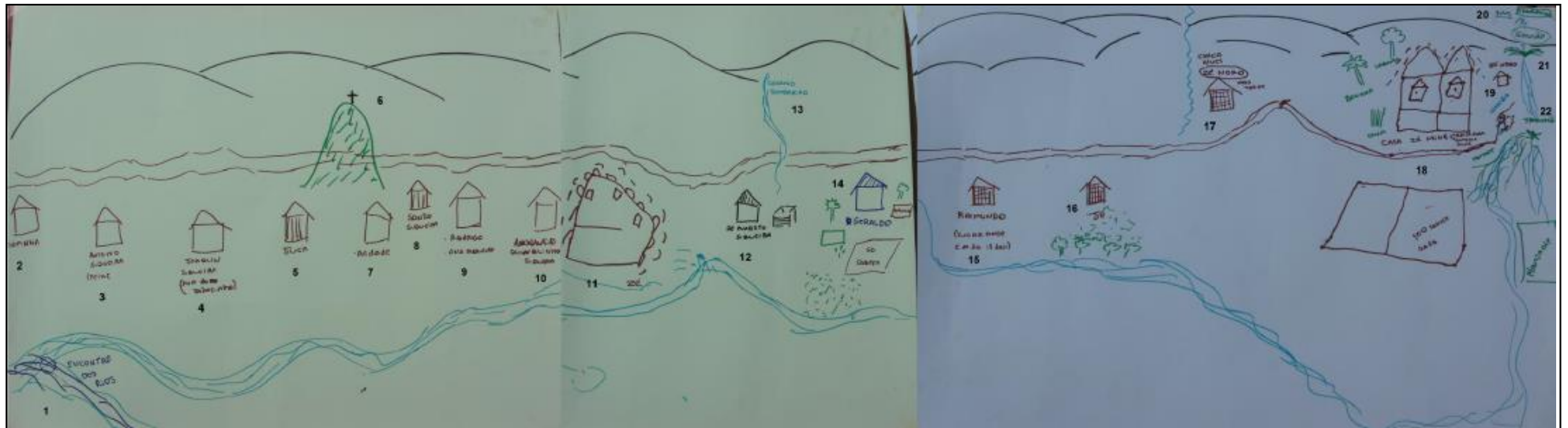


Figura 1. Croqui representativo do Retiro elaborado por retireiros e por Freitas (2015: 31).

LEGENDA

- 01 – Encontro dos rios Mascates e Bocaina
- 02 – Casa de Dona Sopinha
- 03 – Casa de Antônio (Peixe) Siqueira  
Roça de Deusdita Siqueira e Eurico
- 04 – Casa de Joãozinho Siqueira
- 05 – Casa do Juca
- 06 – Cruzeiro
- 07 – Casa de Piedade e Dionísio Siqueira
- 08 – Casa de Santo Siqueira
- 09 – Casa de Rodrigo e Ana Siqueira
- 10 – Casa de Joaquim Manoel Siqueira
- 11 – Casa de Zé Levi Siqueira e Cidinha

- 12 – Casa de Zé Evaristo
- 13 – Córrego Jambreiro
- 14 – Casa de Geraldo Siqueira
- 15 – Casa de Ildeu Siqueira e Fatinha
- 16 – Casa Torta
- 17 – Casa de Zé Noro
- 18 – Casa de Dona Adília  
Curral de Zé Miné
- 19 – Antiga casa de Zé Noro
- 20 – Alto Palácio
- 21 – Cachoeira do Gavião
- 22 – Travessão

- Lugares de referência
- Casas desocupadas ou em ruínas
- Moradias permanentes
- Áreas de cultivo ou criação
- Casas de veraneio

Antônio Siqueira, ou Peixe, como é mais conhecido na região, nasceu e cresceu no Retiro junto a seus sete irmãos. Atualmente vive em uma casa de alvenaria construída na propriedade herdada de seus pais (Figura 2-A) onde, em seu quintal, encontramos árvores frutíferas (limão, laranja, manga, banana, jabuticaba, goiaba), horta (couve, alface, cebolinha, salsinha, taioba, almeirão, açafreão, ora-pro-nobis, saião, erva cidreira) e roça (mandioca, feijão, batata, cana). Além da plantação (Figura 2-B), Peixe mantém curral e pasto onde cria cavalos (Figura 2-C e 2-D) que utiliza para fazer passeios com turistas. Ele também presta serviços em propriedades de terceiros em Cardeal Mota para complementar sua renda e possui um jeito todo característico de falar: “né, nêgo”?!



Figura 2. Junto à sua casa (A), Peixe mantém plantações (B) além de curral (C) e pasto (D) contidos em sua propriedade para o trato de seus animais. Registros do arquivo do Projeto Cipó: (A), (B) e (C) de 2013 e (D) de 2014.

Ao lado do pasto de Peixe, está localizado um terreno em que sua irmã Deusdita mantém, junto com seu companheiro, Eurico, uma roça. Deusdita, como seu irmão, é nascida e criada do Retiro e também construiu uma casa para si no lugar, quando se casou pela primeira vez. Eurico, seu atual companheiro, foi criado na Serra do Congonhas, próxima à Cachoeira do

Gavião, e é um homem inexplicavelmente calado e, ao mesmo tempo, bom de papo. Seu manejo do facão e da enxada só não é mais ligeiro do que sua disposição em transmitir seus saberes sobre os cultivos.

Deusdita é uma mulher que fala forte, principalmente quando não há câmeras, gravadores ou cadernos presentes. Embora seja um pouco tímida, não costuma ter papas na língua. Quando está pensativa, coça sua orelha direita e olha para o chão. Segundo ela, as restrições impostas por gestores ambientais começaram por volta de 1986 com as primeiras tentativas de retirar as famílias do lugar: “Desde essa época a gente vem sofrendo com eles. [...] A gente foi resistindo, foi ficando” (Depoimento colhido, em 31/05/2014, por equipe do Projeto Cipó). Com seus filhos ainda pequenos e sem que sua família tivesse recebido a indenização pela terra, ela recebeu aviso da gestão da unidade para desocupar sua casa. “Eu fiquei doida! Pra onde eu ia com esse tanto de menino? Não tinha pra onde eu ir...com a meninada toda pequena...” (Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes). Durante a busca por uma nova casa, a família enfrentou restrições do órgão ambiental sendo impedida de trabalhar com a terra. Deusdita passou a prestar serviços de faxina para terceiros. Ela conta que, quando se mudaram, sua casa foi desmanchada a mando dos gestores ambientais.

Tendo seus filhos saído de casa, a renda da família consiste na aposentadoria de Eurico complementada pelas faxinas feitas por Deusdita. O casal mantinha produção de cultivos plantando em terrenos de terceiros no regime da meia, mas, em 2013, voltaram a produzir em seu terreno do Retiro onde colhem feijão, amendoim, mandioca, milho, feijão, batata doce (Figura 3-A) e montaram uma barraca de lona (Figura 3-C) onde guardam ferramentas e insumos. Geralda Siqueira e Zé Antônio, irmã e cunhado de Deusdita, respectivamente, também passaram a cultivar em terreno próximo.

Em 2014, visando melhores condições para sua prática de cultivo, os dois casais construíram um barracão para cada um, em suas respectivas roças (Figura 3-B). Deusdita alega que as estruturas foram erguidas à vista de todos, sem tentativas de acobertá-las. Ainda segundo ela, a gestão do Parna Cipó não tomou medidas para impedi-los durante as obras, mas, quando as estruturas foram finalizadas, Deusdita e Zé Antônio foram multados: “Eles castiga a gente! Espera terminar de construir pra chegar e falar: “Derruba aí”” (Depoimento de Deusdita colhido, em 31/05/2014, por equipe do Projeto Cipó). Nos autos de infração, fornecidos

por eles, consta que a atividade está em desacordo com o plano de manejo do Parna Cipó e por isso deveriam ser demolidas (Figura 3-C e 3-D).



Figura 3. Deusdita e Eurico cultivam roça no Retiro (A) e construíram um barracão para guardarem suas ferramentas (B). O casal foi multado e a construção demolida (C), assim como ocorrido com Geralda e Zé Antônio (D). Registros do arquivo do Projeto Cipó (2014).

Após o ocorrido, Zé Antônio solicitou junto ao órgão ambiental autorização para reformar uma casa desocupada herdada pela família para que pudessem ocupá-la nos finais de semana e utilizá-la como estrutura de apoio para a prática do cultivo. Mas a autorização de reforma da casa lhes foi negada.

Sem retornar à trilha do Retiro, podemos margear o perímetro cercado que corresponde à roça de Deusdita e Eurico ou passar por baixo da cerca e seguir, subindo o rio, até alcançarmos a casa da família de Joãozinho. Ele não chegou a morar no Retiro, mas foi criado com seus irmãos e primos trabalhando na roça que a família mantinha ali. O menino que cresceu no lugar permanece em seus olhos brilhantes e em seu sorriso constante.

Joãozinho e seus irmãos herdaram a casa de sua mãe e, embora não a utilizem como residência permanente, frequentam-na esporadicamente. Segundo eles, o Retiro é onde a fa-

mília se isola para ficar junta, cozinhando no fogão à lenha, tomando banho de rio e saboreando as melhores caipirinhas que já experimentei na vida. O abastecimento de água da casa é feito através de encanamento e reservatório alimentado por bomba elétrica.

Durante entrevista, em abril de 2017, a família de Joãozinho e Peixe reclamaram que suas propriedades têm sido utilizadas por moradores de Cardeal Mota como acesso ao rio sem sua autorização: “As pessoas passam na nossa porta assim, nem pedem licença, num dão nem um bom dia, e vai descendo pro rio” (Depoimento colhido, em 20/04/2017, por Leonardo Souza). Segundo gestores ambientais, essas pessoas chegam à unidade alegando que vão visitar uma das famílias e com isso conseguem permissão para passar pela portaria com seus veículos, churrasqueiras e bebidas alcoólicas, o que não é permitido aos turistas e causa transtornos com os demais usuários do parque. Ainda segundo a gestão da unidade, retireiros e gestores estão pensando juntos em formas de controle do acesso às terras em uso dentro dos limites do parque.

Deixando a casa de Joãozinho, seguimos por uma via de terra que permite o acesso de veículos à casa a partir da trilha o Retiro. Poucos metros seguindo pela trilha, onde o calçamento de ladrilhos de pedra termina, está a entrada de uma outra trilha que leva ao topo do morro do cruzeiro, que falaremos mais posteriormente. Mantendo-nos na trilha do Retiro, agora um caminho de terra batida mais estreito, passamos pela casa de Piedade e Dionísio.

Segundo nossos interlocutores, Piedade é conhecida no lugar por sua desconfiança com qualquer pessoa que lhe seja estranha e por gostar de contar casos quando está de bom humor: “Qualquer coisa que o IBAMA falar com ela, ela fica brava demais. O povo do IBAMA tudo sabe dela aí, tudo conhece ela aí. Como é que ela é. [...] Ela é braba” (Retireiro. Depoimento colhido, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó). Seu irmão, Dionísio, é retratado como conversado, bonito e prestativo na juventude, mas após sofrer um acidente ficou diferente, falando pouco.

De tanto ouvir histórias e estórias sobre Piedade, passei a sentir curiosidade e medo em relação a ela. Como ressaltam vários de nossos interlocutores em tom de humor: “quem nunca levou uma pedrada da Piedade não conheceu a Serra do Cipó”, experiência que, até o momento, estou me devendo. A primeira vez que a avistei na trilha, ela estava na cerca de sua casa, segurando uma espécie de cajado. Ao passar por ela, eu e as pesquisadoras presentes



cumprimentamos Piedade que não nos respondeu. Tentamos puxar assunto dizendo que íamos visitar seu primo, mas ela permaneceu estática nos observando com desconfiança. Em outra ocasião, avistamos Dionísio parado junto a cerca, cantando. Ao lhe dirigir um cumprimento qualquer, ele parou de cantar e permaneceu mudo até quando nos retiramos.

Sempre que me aproximo de sua casa imagino se vou deparar com esses irmãos novamente e como será nossa interação. Pedimos a nossos interlocutores que nos levassem até sua casa, mas nenhum deles pareceu disposto a isso e não insistimos. Decidimos respeitar a aparente reclusão de Piedade e Dionísio. Nossa compreensão acerca de seu contexto familiar foi então construída a partir de relatos de seus vizinhos e familiares.



Figura 4. A casa de Piedade e Dionísio só se conheceu de longe (A); sua porteira foi cruzada algumas vezes, e sempre fechada novamente (B). Das criações, cultivos (C) e saberes dos irmãos, só se acessou relatos de seus familiares. Registros do arquivo do Projeto Cipó: (A) e (B) de 2014 e (C) de 2015.

De um conjunto de sete irmãos, Piedade e Dionísio seguem vivendo em sua casa de pau a pique (Figura 4-A) sem banheiro ou energia elétrica – já que eles não autorizam à CEMIG fazer as instalações, disponibilizadas aos moradores do Retiro por volta de 2004. Nenhum dos dois se casou ou teve filhos e, além de seus primos da vizinhança, só mantêm contato com

sobrinhos de Cardeal Mota e Jaboticatubas. Para o abastecimento hídrico da casa, os irmãos buscam água do rio manualmente. Piedade é tida por nossos interlocutores como uma guardiã de saberes sobre plantas medicinais e benzeção, além de ser uma das poucas que mantém costumes, como fazer sabão com óleo de coco de macaúba. Mesmo já idosos, os irmãos mantêm atividades de cultivo (Figura 4-C) e criação de animais.

Piedade inibia visitantes e gestores ambientais a se aproximarem de sua casa e de passarem por sua porteira da trilha do Retiro (Figura 4-B). Segundo nossos interlocutores, a maioria dos turistas não fechava a porteira ao passar por ela, fazendo com que o gado de Piedade se dispersasse, deixando-a irritada. Em maio de 2016, verificamos que a porteira havia desabado e, conforme nos foi relatado, Piedade passou a criar o gado em seu quintal.

Passando pela porteira, o chão de terra batida é substituído pelo cascalho; a elevação do relevo e a diminuição do porte da vegetação vai nos permitindo visualizar a baixada do rio Mascastes. A próxima casa que encontramos no caminho pertence a Zé Levi e Cidinha. Ele mora no Retiro desde que nasceu e, ao contrário de seus oito irmãos que se mudaram pra Cardeal Mota, continuou vivendo no lugar sem nunca ter se casado ou tido filhos. Sua fala rápida às vezes é difícil de ser entendida, mas sua felicidade ao nos receber em sua casa é facilmente percebida. O abastecimento de água da casa é realizado com captação manual da água do rio e através de cisterna. Desde 2012, Zé divide sua casa de pau a pique pintada com barro branco (Figura 5-A) com Cidinha, mulher acanhada, pequenininha e que não se incomoda em dar uma dura em seu companheiro na frente das visitas.

Apesar de prestar serviços de roçado para terceiros, visando levantar “um dinheirinho pra ir no supermercado comprá as coisas” (Depoimento colhido, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó), Zé apontou ser difícil conseguir trabalho. O fato de não estar aposentado compromete sua renda. O casal cria galinhas, cachorros, porcos, gatos e um cavalo além de cultivar banana, uma horta e uma roça na beira do rio, cuja parte da produção é vendida em Cardeal Mota (Figura 5-B, 5-C e 5-D).



Figura 5. Em sua casa (A), Zé Levi e Cidinha cultivam bananas (B), horta (C) e roça (D). Registros do arquivo do Projeto Cipó (2014).

Ao caminhar pela trilha do Retiro, em fevereiro de 2015, percebemos movimentação de pessoas na casa que, até então, acreditávamos estar abandonada. Um dos atuais proprietários, Lucas, nascido e criado do Retiro, que nos contou que aquela fora a morada de seu pai, Geraldo Siqueira, até 2008, quando ele se mudou para Cardeal Mota para ter mais conforto em sua velhice. Após a morte do patriarca, em 2011, Lucas e seus irmãos herdaram a propriedade e passaram a frequentá-la esporadicamente. Segundo ele, a família faz questão de manter a residência que, por ter sido construída pelo próprio Geraldo, possui valor simbólico e receiam que ela acabe desabando como tantas outras do Retiro (Figura 6).



Figura 6. Casa da família de Geraldo Siqueira (Registro de Leandro Durães, 2010, via Panoramio.com).

Para manter sua estrutura, os herdeiros de Geraldo solicitaram junto ao órgão ambiental autorização para a reforma do telhado da casa, o que lhes foi negado. Apesar de Lucas alegar à época que faria a reforma independentemente da autorização do órgão ambiental, indicando que a família resistiria às normas impostas pela instituição, o telhado segue danificado. Não foi possível estabelecer outros contatos com a família, mas foi relatado por outros retireiros que eles ainda frequentam a casa esporadicamente.

Localizada próxima à casa de Geraldo e em um ponto mais elevado seguindo da trilha do Retiro, a casa de Ildeu e Fatinha nos permite avistar a paisagem montanhosa do outro lado do rio Bocaina (Figura 7-A). Ildeu e seus seis irmãos nasceram e foram criados no lugar e, já adultos, cinco deles se mudaram para Belo Horizonte restando Ildeu e Zé Evaristo. Após a morte de sua mãe, em 2009, Zé Evaristo se mudou para Cardeal Mota e Ildeu morou sozinho até 2012, quando passou a dividir a vida com Fatinha, pessoa a qual você se apega fácil, que mata e depena galinha com prazer, que não leva desaforo pra casa, cozinheira de mão cheia.

Ildeu é um cara que não tem vergonha de te abraçar, adora tratar de seus “bichim” e chora quando algum deles morre. Ele chegou a alugar cavalos, atuar como guia turístico e ser brigadista do Parna Cipó, mas atualmente trabalha em um restaurante de Cardeal Mota, utilizando o cavalo como companhia e meio de transporte. O casal mantém cultivos de roça e horta e, além do cavalo, cria vacas de leite, cachorros, galinhas, porcos e gatos, a maioria possuindo nomes próprios, o que, segundo Tuan (1983: 20) indica o valor que possuem para seus donos (Figura 7-B e 7-C). Segundo Ildeu, enquanto sua mãe e seu irmão estiveram presentes,

havia mais cultivos na propriedade, mas diante das normas do Parna Cipó e de sua necessidade em manter um trabalho assalariado. A área e o tempo disponível para o trabalho da roça foram ambos reduzidos, culminando na redução do uso do terreno como área de cultivo e no aumento de sua dependência do mercado.



Figura 7. A vista privilegiada da casa de Ildeu e Fatinha (A) (Foto de Diego Bigliani Solamito, 2010, via Panoramio.com). A variada criação do casal (B), além de fazer companhia, contribui com sua produção (C). Registros de do arquivo do Projeto Cipó (2015).

Saindo da casa de Ildeu e Fatinha, passamos por duas casas em ruínas próximas à pra-  
inha do bambuzal, lugar de banho preferido de Fatinha e conhecido por turistas. Seguindo a  
trilha do Retiro, avistamos um muro de pedra que parece proteger uma outra casa. Acreditá-  
vamos que ela (Figura 8) também estivesse desocupada e abandonada, contudo, em abril de  
2017, um dos moradores do Retiro nos informou que seus proprietários têm aparecido de vez  
em quando para passar alguns dias e, durante sua ausência, deixam-na sob seus cuidados.



Figura 8. A Casa Torta (Registro de Kátia Torres Ribeiro apud ICMBio, 2009d: 31).

Por fim, seguimos a trilha do Retiro até mais um lugar onde, até 2006, fora a morada dos irmãos Miné. A família Rosa dos Anjos, apelidada de Miné, era constituída por casal e 12 filhos – um já falecido – que viviam em sua casa de pau-a-pique junto à trilha do Retiro (Figura 9-A), cerca de 3km subindo o rio Bocaina, depois da casa de Geraldo Siqueira. Apesar dos Miné não possuírem relação de parentesco com os Siqueira, ambas as famílias moraram próximas, nos arredores da Cachoeira do Gavião, havendo ao menos um casamento entre elas. Atualmente vivem em Cardeal Mota quatro dos filhos do casal, ambos falecidos.

Junto a uma das trilhas com maior circulação de turistas e visitantes do Parna Cipó, está a antiga casa dos Miné, conhecida por Casa da Dona Adília, em referência à matriarca da família, nascida e criada no Retiro. Seus filhos moraram ali até 2006, quando houve imissão da posse do terreno em favor do órgão ambiental e a consequente retirada dos irmãos de sua casa, episódio que Dona Adília não viveu para testemunhar. Sem a manutenção de seus moradores, a Casa de Dona Adília desabou.

Após sua remoção do Retiro, os Miné moraram em uma barreira policial abandonada na MG-010 (Figura 9-B) e, após três anos, receberam um lote da prefeitura de Santana do Riacho onde ergueram uma nova casa (Figura 9-C). Segundo eles, a construção não está acabada, pois eles dependem de receber a indenização de suas terras do Retiro para a finalizarem, o que ainda não aconteceu.



Figura 9. Moradas dos Miné: (A) Casa de Dona Adília (Foto de Barbosa, 2009, via Panoramio.com), (B) posto policial e (C) casa em zona urbana de Cardeal Mota (Registros do Projeto Cipó de 2017 e 2016, respectivamente).

Sobre retornar a morar no Retiro, um dos irmãos, Zé Miné, deixa claro que não quer, pois reconstruir a Casa de Dona Adília seria muito dispendioso e, ao final do processo de desapropriação, seu investimento ficará para o governo. Zé é um cara de lua, tem dia que conversa mais, tem dia que conversa menos. Ele trabalha como guia turístico oferecendo seus serviços para trajetos a pé ou a cavalo e sempre pede notícias dos pesquisadores que conheceu e que lá não voltam faz tempos. Enquanto aguarda o desfecho do processo judicial referente à indenização de sua família, o filho de Dona Adília utiliza o antigo pasto da propriedade do Retiro para criar seus cavalos. A distância entre sua nova casa e o pasto traz dificuldades para Zé Miné manter sua criação já que “criação a gente tem que estar em cima delas, vendo ela todo dia. Porque, se não, eles roubam mesmo” (Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

**Entrevistadora:** Ô, Zé. Você falou que as suas criações estão lá. Eles não enchem o saco por conta disso não?

**Zé Miné:** Eles falam em tirar as criações. As criações do povo lá tudo. Mas ninguém abre mão pra eles não porque ninguém vai tirar as criações enquanto eles não pagarem. Ninguém (Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Em agosto de 2015, Zé solicitou autorização para reformar cercas de sua propriedade, montar uma cobertura de lona de 12m<sup>2</sup> a ser utilizada como curral e retomar o cultivo no Retiro. Em janeiro de 2016, a gestão do órgão ambiental indeferiu seu pedido, alegando que

Vossa Senhoria não foi identificado como morador no interior do Parque Nacional da Serra do Cipó, área de Gleba 01, como consta no Plano de Manejo, publicado em 2009. Houve expedição, pela Justiça Federal, do Auto de Imissão de Posse da área em 25/08/2006 para o IBAMA, atualmente ICMBio, como órgão gestor do Parque. Existem pendências de regularização processual, pois o Senhor não junta comprovação de parentesco e nem mesmo certidão de óbito dos pais, para que se habilite para receber a indenização. Sugerimos que se comunique com a Defensoria Pública da União para apresentar os documentos faltantes. Desta forma, o Senhor **não está autorizado** a instalar curral com cobertura de lona e reforma de cercas, plantio de culturas anuais e perenes e, reativação de rego d'água, nem autorizar que outros façam o mesmo em vosso nome. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos necessários (Trecho do Ofício nº 06/2016/ICMBio/Parque Nacional da Serra do Cipó/MG).

Nossas experiências do Retiro foram voltadas a compreender dimensões subjetivas dos retireiros referentes às atividades produtivas, relações de parentesco e alguns casos de restrições promovidas por normas ambientais. Eventos específicos ocorridos no âmbito individual desses núcleos familiares ainda serão melhor analisados neste texto. Fica evidente que nosso contato com alguns núcleos familiares foi mais próximo do que outros, sem que, metodologicamente, tal organização comprometa minhas reflexões acerca do lugar. Meus objetivos não foram quantificar e mensurar atividades e relações dos retireiros, mas sim captar seus significados para compreender suas realidades particulares, sem ignorar, contudo, a influência mútua entre os atores. A seguir me dedico a essas reflexões e apresento melhor algumas das categorias que já trouxe para essa parte do texto, como experiência e lugar.



# O lugar Retiro

Lugar que eles falam Retiro é essa área toda aí que eles falam que tá na área do parque (Retireira. Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Mais do que inventariar usos e ocupações dos retireiros, compreendo o Retiro considerando suas transformações socioespaciais e seus elementos intercalados. As formas como experimentamos e concebemos o mundo são parte desses elementos e revelam como atribuímos valores ao local transformando-o em lugar através do qual se articulam nossas experiências e vivências (FERREIRA, 2000: 67). Considero aqui o lugar na perspectiva da geografia humanista, concebido através da ideia de mundo vivido que, por sua vez, debruça-se sobre a relação existencial (subjéctiva) do indivíduo ou do grupo social com o espaço; daí a importância de se conhecer os atores, suas práticas, representações e imaginário acerca do lugar (MÉO, 1999 apud FERREIRA, 2000: 67), conforme apresentamos anteriormente.

Tuan (1983) aponta que a experiência é algo voltado para fora de nós e desperta sentimentos que, embora indiquem as qualidades do mundo conhecido, revelam como ele nos afeta internamente. Não podemos acessar a essência do mundo que nos é dado, mas podemos conhecer a realidade experimentada como constructo de sentimentos e pensamentos sobre ele: “Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele” (TUAN, 1983: 10). Para Bondiá (2002: 21, 24-25, 28), a experiência está em oposição àquilo pelo que passamos: “É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma” (Ibid: 25-26). Para ele, experiência é encontro ou relação com algo que se experimenta, que se prova; é o que nos acontece e o modo como atribuímos ou não sentido a isso, em oposição a uma forma de conhecer a verdade das coisas; é uma forma de aprendizagem e inclui todas as incertezas a que isso implica.

Ao experimentar o mundo, conhecemos a forma como seus elementos estão localizados e suas interações. Através de sentidos e símbolos, atribuímos significados e afeições a esses elementos e à própria localidade que, dentro da perspectiva da geografia humanista, é então configurada em lugar. Tuan (1983: 20-21) aponta que, de um lado, o conhecimento mais íntimo do lugar pode comprometer a reflexão acerca de sua experimentação, e, do outro lado, o contato com o lugar mediado apenas por seus símbolos impossibilita sua experimentação.

Ao indicar essas extremidades do que ele define como continuum experiencial, o autor aponta que a realidade acerca do lugar é construída de forma mais concreta quando considerados sentimentos e pensamentos acerca dele. Para Tuan (1983: 164), o conhecimento acerca do lugar envolve o aparente paradoxo do pensamento reflexivo que cria distância com a experiência direta, mas aproxima os sentimentos do passado dotando-os de permanência.

Para contribuir com a experimentação simbólica do Retiro pelo leitor, apresento parte de sua história compreendendo que essa seja uma de suas dimensões que ressaltam a identidade e familiaridade com o lugar. Minha narrativa inicia com o rio Bocaina, cuja nascente é localizada no Travessão, cânion da região. Ali o rio nasce e segue sentido sul, serpenteando o relevo dominado pelo cerrado, até atingir o chamado Vale do Bocaina onde se une ao rio Mascastes e passa a ser tratado como rio Cipó. Seguindo o mesmo percurso do Bocaina, a família Siqueira deixou suas terras próximas ao Travessão e adquiriu propriedades do Vale do Bocaina, que passou a ser conhecido também como Retiro, cujo significado parece ter se perdido através das gerações dessa família.

Realizei parte desse percurso apenas uma vez, em fevereiro de 2015, quando, durante campo de imersão coletivo no lugar, decidimos seguir a trilha do Retiro até a cachoeira do Gavião. Esse percurso proporcionou-me experimentar um dos caminhos transpostos pelas famílias que moravam nos altos das serras quando iam até o centro comercial de Cardeal Mota.

Em entrevistas com os retireiros, eles indicaram que não costumam ir às cachoeiras, exceto aqueles que trabalham como guias. Entretanto, eles desfrutavam do rio bem ali, em seu quintal, rio que sacia sua sede e a de seus animais e que traz cor a suas plantações. Após meu convívio com os retireiros, Gavião e Bocaina passaram a ser um só. Não precisava mais caminhar horas para desfrutar de uma cachoeira já que o banho de rio no Retiro passou-me a ser tão prazeroso quanto.

Até meados do século XX, havia cerca de 20 casas de pau-a-pique no Retiro ocupadas por núcleos da família Siqueira. O lugar era regido pelo trabalho de cultivo das roças e de criação de animais, sendo comum a prática de troca de dias entre os retireiros. O cultivo e a criação serviam para a subsistência das famílias e eram trocados entre os vizinhos ou vendidos em mercados próximos para se comprar sal, açúcar, querosene, tecidos e roupas, pilhas, entre outros itens que os retireiros não eram capazes de produzir. Além da produção de alimentos como queijo, farinha, rapadura, itens cultivados e colhidos eram trabalhados objetivando sua

venda ou o uso, como o coco de palmeira macaúba do qual se fazia azeite e sabão, o barro que era transformado em vasilhas, artesanatos, telhas e tijolos de adobe, a palha com a qual se confeccionava chapéus e colchões, a cana que era fermentada para se produzir cachaça.

Embora envolvam menos pessoas e sejam menos frequentes, essas relações de trocas foram experimentadas em nossa imersão no lugar, quando ficamos alojados na casa de Joãozinho, o que foi comunicado à administração do Parna Cipó previamente. Passávamos os dias visitando e/ou recebendo a visita de alguns retireiros, moradores e usuários. Lembro quando marcamos um almoço com alguns deles na casa de Joãozinho, nossa casa durante aqueles dias. Fomos até o mercado e planejamos todo o cardápio, mas mal tivemos tempo de começar a preparar os alimentos e nossos convidados chegaram. Cada um trouxe uma coisa: galinha caipira criada em casa, ora-pro-nobis colhido do mato, couves, alfaces e tomates da horta. Conforme me disse um retireiro, o Retiro é um lugar de fartura! Enquanto o cardápio comprado era substituído pelos alimentos ofertados e perdíamos o controle do fogão para nossas visitas, foi possível percebermos, afinal, quem era visita de quem. Para mim, aquele almoço foi temperado com intimidade e fez-me sentir empanturrado não apenas pelos alimentos, mas pelo orgulho demonstrado por aquelas pessoas por seus saberes, habilidades, lugares.

Conforme nos foi relatado, no passado, a convivência entre os retireiros ia além do trabalho; reuniões noturnas para se fazer batuque, tocar sanfona, cantar, dançar, jogar baralho e fazer rodas de histórias e contação de casos eram comuns entre eles. As rezas eram corriqueiras e não tinham localização única, ocorrendo nas casas e no cruzeiro, tido como lugar sagrado que, dos relatos colhidos, é constantemente associado a um ritual para trazer chuva. No cruzeiro aconteciam os leilões, confraternizações em que os retireiros leiloavam itens entre si, geralmente alimentos preparados em casa para levantar dinheiro a ser utilizado para decorar o cruzeiro para alguma celebração ou mesmo investido em sua manutenção:

Aqui muitos anos atrás não faltava chuva. Quando chovia, passava um, dois, três meses sem chuva. Aí todo mundo ia pra lá no Cruzeiro rezar. Levava garrafinha de água. Rezava. O sol poderia tar rachando mamona. Antigamente a gente falava rachando mamona, né? O sol podia tá quente demais da conta, o povo ia todo mundo pra lá. No mesmo lugar que eles fez o mirante lá. Rezava lá, menino, quando era de tarde, de noite assim, caía a água e chovia de mansinho. Ô gente, era uma benção de Deus mesmo. Antigamente. Todo mundo ia, não faltava não (Depoimento de retireiro colhido, em 25/05/2015, por Iara Freitas).

Alguns significados atribuídos ao Retiro foram transformados através do tempo, contudo ele ainda constitui e é constituído por relações de solidariedade entre retireiros e de

afeto com o lugar. Mesmo que tenhamos observado tais relações (em mutirões para a manutenção de estruturas físicas, como cercas, e da continuidade da prática de cultivo e criação de animais, inclusive em áreas comuns), o sentimento geral entre nossos interlocutores é de que o Retiro não é mais o mesmo. Os relatos a seguir evidenciam mudanças com relação ao afeto pelo lugar (GALLAIS, 1998: 12), o que não implica que as relações com lugar têm sido perdidas, mas sim transformadas por sentimentos de aversão (DUARTE, 2006: 93-94):

**Retireira:** Oh, e você sabe uma coisa que eu tô querendo? Sumir dessa Serra.

**Retireiro:** Pra onde?

**Retireira:** Sumir. Fazer de conta que não tenho paradeiro. Sair e não voltar mais.

**Retireiro:** Uai, gente!

Entrevistadora: Por que?

**Retireira:** Disgostei demais daqui. Não, não é minha terra não. Deixa pro povo do parque aí, IBAMA. [...] Ah, a gente vai ficando só triste. Triste com as coisas.

**Retireiro:** Nós fomos criados nessa terra, nós fomos criados nessa terra nossa.

**Retireira:** Pois é, cê foi criado nela, mas cê não pode mexer nela agora. Então o que a gente vai ficar fazendo aqui?

**Retireiro:** Uai, nós não pode fazer nada.

**Retireira:** Sumir daqui, uai.

**Retireiro:** Nós não pode trabalhar, nós não pode ter uma coisa pra nós comer.

**Retireira:** Pois é, ué. Então, o quê que nós vai ficar? [...] A gente vai ficando triste. Não é com o lugar, é com as leis. É umas lei muito errada que têm. Mas é lei. A gente tem que respeitar. Porque a gente, com um terrenão desse, cê não pode plantar, cê não pode usar a terra, cê não pode disfrutar dele, cê não pode vender, nada! (Depoimentos colhidos, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó).

Minhas experiências do Retiro também não foram todas de proximidade. À medida que ia conhecendo e sendo conhecido pelos retireiros, fui me afeiçoando mais com uns do que com outros. Sinto tristeza, por exemplo, com o consumo de álcool por parte de alguns moradores, sobretudo, em episódios que seus familiares pareciam desabafar comigo o quanto essa situação lhes era difícil e cotidiana. Essas situações faziam com que meu encanto com o lugar fosse transformado em lamento, sobretudo por me fazer sentir confuso sobre se eu deveria ou não tomar alguma ação em relação àquilo.

Através de análises dos depoimentos de nossos interlocutores e de notas de campo, percebo que os principais fatores que contribuem e configuram mudanças de afeto com o lugar são (i) a redução da população de retireiros, sobretudo através da dispersão ou inexistência de gerações mais jovens; (ii) restrições a certas atividades impostas através de normas do Parna Cipó, modificando as formas de experimentar o lugar; e (iii) a expansão urbana de Belo Horizonte que atinge a Serra do Cipó e modifica interesses e necessidades dos retireiros. Conforme Tuan (1983: 156, 194) aponta, o sentido de lugar depende menos da quantidade de

peessoas e mais da intimidade entre elas e, nesse sentido, percebo que os fatores que elenquei acima contribuíram para a diminuição demográfica do Retiro e de solidariedade entre os retireiros, reconfigurando relações socioespaciais do lugar.

Considero que a redução demográfica do Retiro, notada também por Filippo (2013: 67), ao ampliar a distância social e espacial entre os retireiros, modifica seu valor enquanto lugar; apesar dos retireiros que ali permanecem residindo ou utilizando-o não tenham deixado de serem conhecidos entre si, sua intimidade não é a mesma. Os relatos dos retireiros me permitem associar esse fenômeno de transformação e redução do afeto com relação ao lugar à redução ou fragilização de suas interações sociais. Tais evidências sobressaem no que se refere a eventos de trabalho coletivo, festividades, rezas, visitas aos vizinhos. Na percepção de nossos interlocutores ficaram mais raros ou mesmo desapareceram quando comparados o tempo presente com o tempo de sua infância e juventude.

No Retiro, casas desocupadas ou ruínas indicam que as relações entre os retireiros estão mais distantes. Percebo que a diminuição do número de vizinhos aumentou a distância física entre os moradores do Retiro e os afastou socialmente, já que suas atividades perderam parte de sua essência coletiva. Em julho de 2014, a primeira vez que percorremos todas as casas ocupadas do Retiro, fomos guiadas por uma retireira. Ao chegarmos à casa de um de seus primos, observei a alegria dos dois em se encontrarem e logo imaginei como aquela cena era recorrente. Entretanto, fiquei surpreso quando eles comentaram que já havia três meses que não se viam.

Algumas casas desocupadas, ou o que ainda resta delas, parecem fadadas à deterioração através do tempo. Aquelas localizadas próximas à trilha do Retiro ainda podem ser observadas por aqueles que vivem ou visitam o lugar, embora lhes despertem sentimentos e significados distintos. Embora já tivesse observado essas casas durante os primeiros campos em 2014, só fui descobrir que havia outras invisibilizadas pelo relevo, pela vegetação, pelos interesses que as ocultam espacialmente (Figura 10) durante nossa imersão no lugar, em fevereiro de 2015. Quando fomos levados até essas ruínas invisíveis, senti-me descobrindo um novo mundo; foi como se o lugar revelasse-me mais de seus segredos. Logo minha mente já indagava: quantas ruínas mais estão ocultas por aí?



Figura 10. Zé Miné e os escombros que restam de sua antiga casa (A). Casa abandonada próxima ao terreno de Joãozinho (B). Registros do Projeto Cipó de 2016 e 2015, respectivamente.

Conforme aponta Tuan (1983: 182), mesmo que dotados de sentidos distintos, os objetos não perdem necessariamente sua identidade e relação com o lugar, pois, junto a seus fenômenos, são elementos balizadores de nossas percepções acerca do mundo (PEREIRA, CORREA & OLIVEIRA, 2010: 177). A identidade do lugar provém de suas intenções e experiências intersubjetivas resultando em um sentido de familiaridade, de conhecimento detalhado acerca do lugar, que o torna insubstituível (HOLZER, 1999: 72). Contudo, conforme apresentado, ela varia conforme mudanças de circunstâncias e atitudes (FERRERIA, 2000: 68).

Para Tuan (1983), a importância do lugar possui caráter específico (que muda com o tempo) e geral (que permanece) e pode ser analisada através dos objetos que o compõe, eles mesmos podendo ser lugares em si. Quanto mais específico e representativo for um objeto para o lugar, menor sua probabilidade de permanecer. As casas desocupadas ou em ruínas do Retiro ilustram esses apontamentos de Tuan uma vez que perderam seu significado de lar, enquanto familiaridade localizada, sua estrutura e importância vão sendo deterioradas. Contudo, e de forma tanto quanto paradoxal, essas casas não deixam de constituir o lugar, pois nos auxiliam a compreender modificações conferidas ao Retiro pelas sucessivas gerações de retireiros, gestores ambientais, visitantes. Presença, estrutura, localização são dimensões dessas casas que promovem a visibilidade do lugar e de seu processo de experimentação e concepção agindo como “tentativas de dar forma sensível aos estados de espírito, sentimentos e ritmos da vida diária” (TUAN, 1983: 184). Nesse sentido, “a familiaridade com os ancestrais e com o invisível complementa a familiaridade com o meio natural” (GALLAIS, 1998: 13).

O valor do lugar é marcado por dimensões simbólicas e materiais, relativos aos sentimentos e práticas das pessoas. No âmbito do Retiro, essas práticas são mais ou menos dife-

renciadas sobre tudo através da situação de ocupação dos núcleos familiares (moradias permanentes, áreas de cultivo e criação, casas de veraneio<sup>6</sup>), contudo, percebo ser comum o sentimento de arraigamento, definido por Tuan (1983: 214) como identificação com certa localidade enquanto lar próprio e de antepassados. Nesse sentido, qualquer ser dotado de capacidades perceptivas torna a si mesmo parte das coisas e produz suas impressões de fenômenos, podendo significar um lugar (PEREIRA, CORREA & OLIVEIRA, 2010: 174), conforme já apontava Ferreira (2000: 68):

o lugar dispara a lembrança daqueles que o vivenciaram, que compartilharam um passado comum, abrindo a possibilidade de sua compreensão para o *outsider* através dos passados compartilhados e inscritos na paisagem cultural.

Portanto, minha reflexão acerca do Retiro também envolve sua trilha através da qual retireiros e *outsiders* experimentam e conhecem o lugar; muitos desses atores de fora, sobretudo visitantes e turistas, só conseguem acessar o lugar, experimental e simbolicamente através dessa trilha. Esse caminho, modificado física e simbolicamente através do tempo, varia em largura, estrutura do solo, relevo, cobertura vegetal (Figura 11).

Em maio de 2014, minha primeira ida a Cardeal Mota, a trilha estava passando por obras de pavimentação. Ainda naquele ano, o caminho de terra batido foi coberto por ladrilhos de pedra e ganhou quebra-molas que, conforme observei, têm sido importantes para inibir a velocidade de muitos motoristas. Essa rua configura um morro margeado de um lado por uma cobertura vegetal com fitofisionomias de cerrado e do outro por um bairro em que observei haver muitas residências ocupadas, casas de aluguel e pousadas. Esse percurso que liga o Retiro até o posto policial na MG-010, no centro de Cardeal Mota, é utilizado historicamente pelas famílias que ali vivem. Após sua pavimentação, toda sua extensão desde a rodovia até a portaria do parque passou a ser nomeada de Rua do Engenho. O restante do caminho que segue pelo Retiro e pelo Parna Cipó é comumente denominado por nossos interlocutores como trilha do Retiro.

A vegetação ao redor da trilha varia sobretudo em seu porte, indicado pelos trechos mais ou menos sombreados. Além do morro do cruzeiro, o córrego Jambreiro é um dos elementos que compõe a trilha do Retiro e promove a dessedentação de animais humanos e não-

---

<sup>6</sup> Discuto melhor essas situações de ocupação e uso do lugar posteriormente.

humanos. Após atravessar esse córrego, podemos pegar um trilho à esquerda e conhecer o Poço do Açude, um bom lugar para um banho de rio.



Figura 11. A trilha do Retiro em seus diversos calçamentos (Registros de 2014 do arquivo do Projeto Cipó) e o córrego do Jambreiro (Registro de Kwalldio, 2010, via Panoramio.com).

A trilha do Retiro e seus elementos são tratados aqui como pontos que constituem centros de organização do mundo adquirindo densidade de significados compõem as características do lugar (TUAN, 1983: 200). O sentido de lugar que dou ao Retiro resulta (i) do material e da arquitetura de suas estruturas físicas, sobretudo, mas não somente, suas casas de pau-a-pique, ocupadas ou não; (ii) das recordações acumuladas através do tempo; (iii) dos laços de parentescos e de vizinhança entre os retireiros que, embora fragilizados, são expressos através de visitas sociais e da realização de atividades coletivas; (iv) do orgulho dos retireiros para com suas tradições, mesmo que algumas delas não sejam mais realizadas. Casas, recordações, solidariedade, tradições podem ser enquadradas como produtos de acontecimentos passados que impactam o presente e inspiram retireiros, gestores ambientais, visitantes, pesquisadores a recriarem sua imagem de lugar (TUAN, 1983: 193).

Conforme apontei anteriormente, o Retiro tem passado por ressignificações que envolvem mudanças nas relações entre os retireiros, entre o lugar e processos de urbanização e



entre o lugar e a proteção ambiental regional. As mudanças que observei e/ou que me foram relatadas ressaltam a dimensão temporal do lugar. Contudo, segundo Tuan (1983: 153), o lugar pode ser compreendido enquanto pausa no movimento. Como localidade que atende a certas necessidades e se torna um centro cujo valor é reconhecido, o lugar é estático e pode consistir em um resgate do passado visando encontrar um sentido do eu e da identidade (TUAN, 1983: 206). Nesse sentido, Tuan frisa haver características que materializam as experiências através de dinâmicas espaciais comuns que criam, então, uma identidade para o lugar, considerado enquanto ponto de encontro de diferentes experiências (DUARTE, 2006: 89).

Assim, para compreendermos os processos de ressignificação pelos quais tem passado o lugar através do tempo, bem como as ações de resistência realizadas pelos retireiros que asseguram aspectos de sua identidade e afeição, é preciso compreender as dimensões socio-econômicas que estão intercaladas na Serra do Cipó e, conseqüentemente, no Retiro.

# Dimensões geo-históricas da Serra do Cipó: dos indígenas aos turistas

A partir da análise da mais recente reconfiguração territorial – ocorrida na até então última leva de emancipação de distritos brasileiros, décadas de 1960 e 1970<sup>7</sup> – e de outros fatores físicos, políticos, bióticos que envolvem a região, Braga (2011: 35-46) delimita a área de influência da Serra do Cipó como sendo formada por 20 municípios ressaltados na Figura 12. Nessa imagem, também indicamos os municípios de Confins – sede do aeroporto internacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte/RMBH – e Belo Horizonte. A proximidade da Serra do Cipó à capital de Minas Gerais e a um aeroporto internacional potencializa o aumento do fluxo de pessoas, bens e serviços pela região.

Destacamos o distrito de Cardeal Mota no centro da figura para pontuar seu papel de principal núcleo urbano da área “core” da região, conforme Braga (2011: 35-46). O distrito foi batizado em homenagem a Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, “homem da igreja e com boa influência política, por descender de família tradicional da localidade (Santos Ferreira)” (CARDOSO, 2008). Ele dista aproximados 100km do centro de Belo Horizonte via percurso asfaltado, embora com ocorrência de quebra-molas, sobretudo no trecho de Lagoa Santa. Também ressaltamos os dois principais eixos de penetração da região, a MG-010 a leste e a Estrada Real a oeste, segundo apontado por Ferreira (2010).

Sobreposamos esses elementos à imagem de satélite para indicar aos leitores: (i) afloramentos rochosos nas porções centrais da Serra do Cipó e (ii) a mancha cinza que cobre parte do território de Belo Horizonte, indicando uma localidade com paisagens densamente povoadas e edificadas, em contraste com as paisagens das serras ao norte. Ao longo dessa parte do texto, discutiremos melhor a interposição desses elementos junto a outras dimensões que compõe os projetos políticos para a Serra do Cipó em distintos períodos históricos.

---

<sup>7</sup> Segundo Braga e seus colegas (2014), durante o século XX, os movimentos emancipatórios de elevação administrativa de distritos à condição de municípios para a Serra do Cipó acompanharam o que acontecia no restante do Brasil: uma onda crescente de emancipações na década de 1930; sua intensificação nas décadas de 1950 e 1960; a restrição de novas emancipações durante o regime ditatorial civil-militar, nas décadas de 1970 e 1980; e novas emancipações na década de 1990.

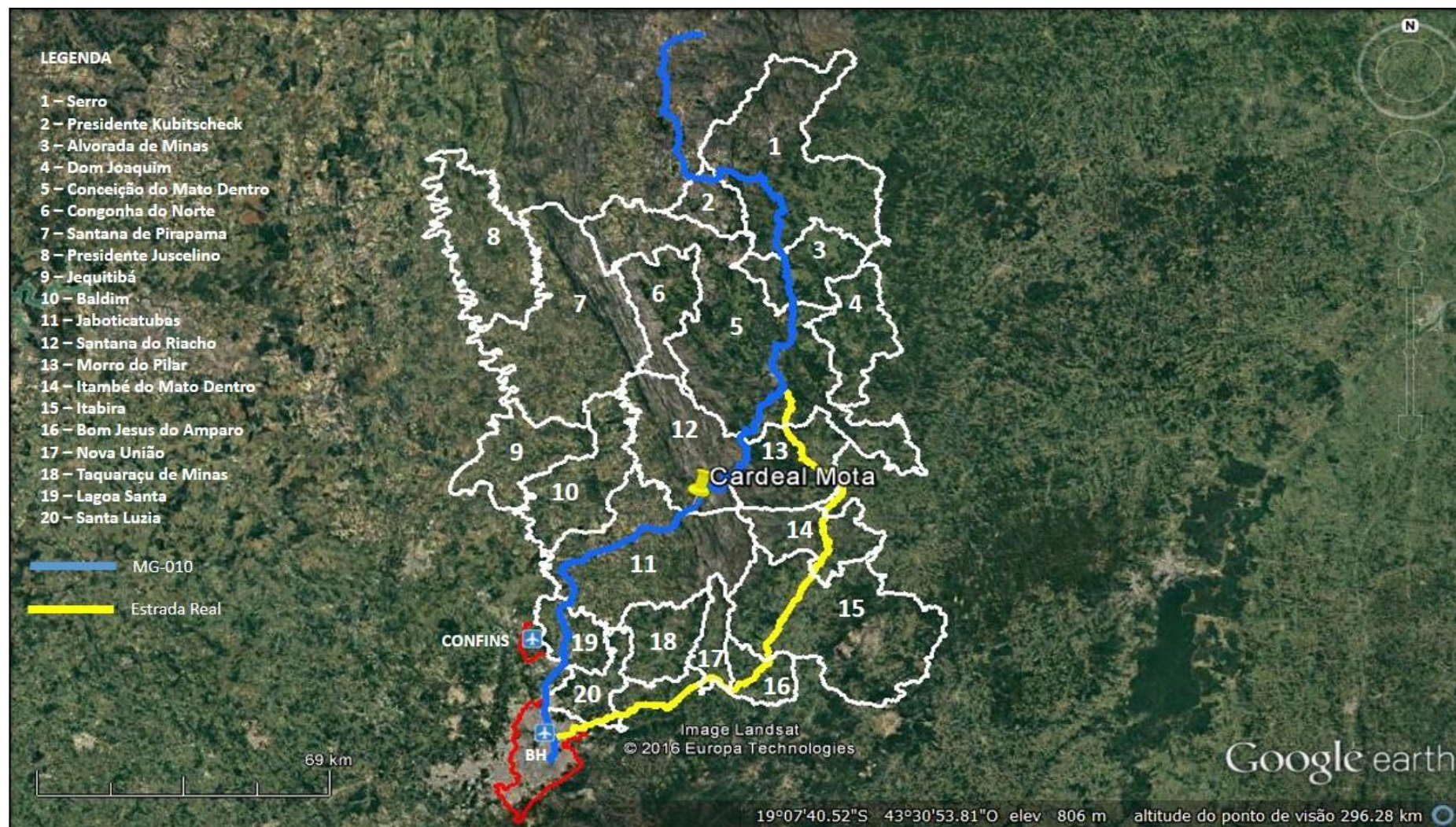


Figura 12. Os 20 municípios que compõem a região da Serra do Cipó (em branco) delimitada por Braga (2011) mais os municípios de Confins e Belo Horizonte (em vermelho), com destaque para o que Ferreira (2010) considerou como dois de seus principais eixos de penetração, a MG-010 (em azul) e a Estrada Real (em amarelo), e o distrito de Cardeal Mota ao centro.

A Serra do Cipó está localizada na porção meridional da Serra do Espinhaço, que se estende por mais de 1.000km, variando entre 50 e 100km de largura e 1.200 e 2.000m de altitude (GOULART, 2009: 22), englobando parte dos territórios conhecidos, desde o século XVIII e XIX, como os estados de Minas Gerais e da Bahia. A Serra do Cipó constitui parte dessa cadeia montanhosa e também é denominada por Espinhaço Meridional. Segundo Goulart (2009: 171), cordilheiras como essas são formadas pelo choque entre placas tectônicas e, no caso do Espinhaço, houve a sobreposição da placa oeste pela placa leste, gerando paredões em seu poente e inclinações mais suaves em seu nascente conforme mostrado na Figura 13.

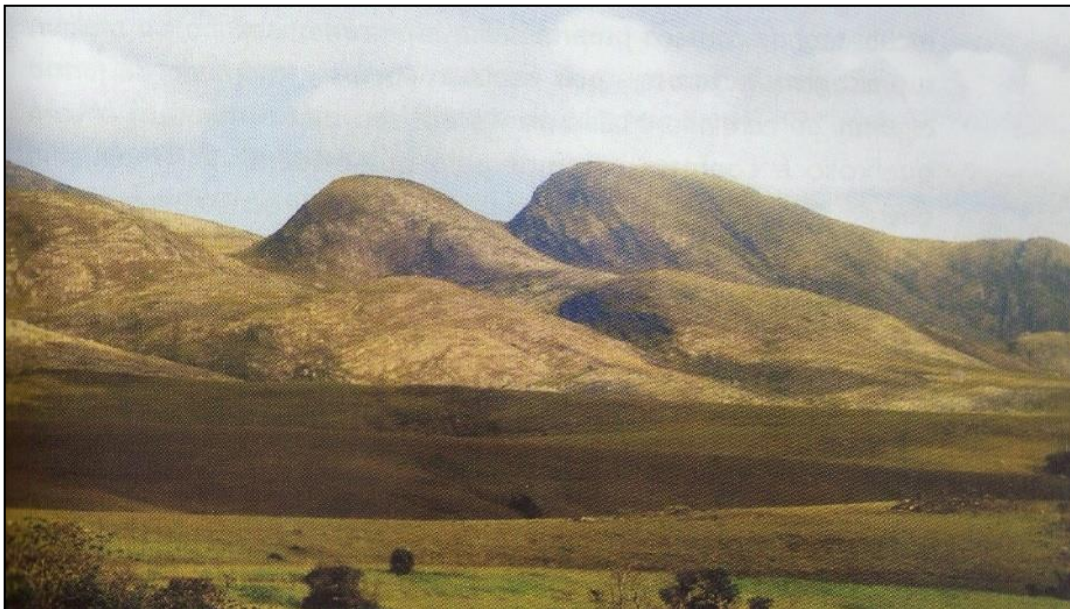


Figura 13. Foto de Christiano Ottoni mostrando as formações montanhas típicas da Serra do Espinhaço decorrentes da sobreposição de suas placas tectônicas (GOULART, 2009: 171).

Há abundância de águas a brotar das montanhas do Espinhaço. Algumas correm por suas faces leste, encontram um vale de relevo rochoso irregular cujos solos apresentam maior fertilidade e teor de argila, facilitando a infiltração dessas águas (FERREIRA, 2010: 38-39). Nessas faces ocorrem matas fechadas por árvores que crescem com seus troncos retos, lançam suas robustas folhagens nas alturas do céu e ocupam terras até atingir o oceano Atlântico. Essa região, também conhecida como Mato Dentro apresenta significativa umidade, pois recebe massas de ar úmidas que chegam do litoral e são barradas pelos paredões rochosos (RIBEIRO & FIGUEIRA, 2011: 215). Os rios e demais cursos d'água que seguem por esse vale formam a bacia hidrográfica do rio Santo Antônio, que faz parte da bacia do Rio Doce, e suprem a sede dos resquícios de matas atlânticas e da biota que a habitam. Há ainda águas que seguindo a nordeste confluem para a bacia do rio Jequitinhonha (RIBEIRO, 2015: 53).

Outras águas preferem as faces oeste da cordilheira e seguem por um vale mais plano cujas árvores baixas de troncos retorcidos são mais espaçadas e menos folheadas. Nesse vale, também chamado de Sertão<sup>8</sup>, massas de ar chegam com dificuldade, o que o deixa mais seco. Mesmo com menos umidade é nessa vertente que há a formação da bacia do rio Cipó, que alimenta a bacia do rio das Velhas, que, por sua vez, drena para a bacia do rio São Francisco, percorrendo grandes extensões de cerrados. Goulart (2009: 112) ressalta que “riachos que nascem a poucos metros um do outro vão ter seu destino no oceano Atlântico, a milhares de quilômetros de distância”.

É devido a essa diversidade de paisagens e, sobretudo, biomas, que o Espinhaço é considerado um ecótono, área de transição entre espécies faunísticas e florísticas com características e espécies próprias (RIBEIRO, 2015: 53). A elevação de suas serras permitiu a orientação da ocupação das Minas Gerais sendo que cordilheira e seus picos ainda são utilizados por caminhantes como forma de orientação.

Goulart (2009: 110) associa os povoamentos brancos da Serra do Espinhaço aos primeiros processos de ocupação portuguesa. Contudo, ressalta-se que esse continente americano já era ocupado por populações humanas cuja presença está registrada através de seus fósseis, pinturas rupestres e outros artefatos arqueológicos que sobreviveram através do tempo (PROUS, 2000 apud FERREIRA, 2010: 70).

A ocupação do Espinhaço pelos europeus através do fechado Mato Dentro foi dificultada pela presença de predadores e pelo clima, fazendo com que esse eixo de penetração do Espinhaço não fosse tão atraente a grande número de desbravadores, embora o fosse para os indígenas que nele habitavam (GOULART, 2009: 126). Por certo tempo, eles também foram postos na lista de perigos a serem evitados pelos colonos. Contudo, existem registros de que bandeirantes percorreram os Sertões, desde o século XVI, sem deixar povoamentos ou edificações (SANTOS, 2016: 136), a procura de metais e pedras preciosas que pudessem substituir

---

<sup>8</sup> Monteiro (2011: 155) faz referência à origem do termo sertão. Em diálogo com outros autores aponta que a palavra expressa o expansionismo europeu pelo mundo como um centro irradiador de civilização para os sertões conquistados. O termo ainda remete a uma descaracterização da ocupação anterior de um espaço geográfico usurpado por outra(s) sociedade(s), ou seja, a ideia de sertão como vazio demográfico e de civilidade justifica a penetração do(s) outro(s). Sertão ainda pode ser utilizado em referência a um espaço geográfico atrasado, carente de ser modernizado, constituindo não uma materialidade terrestre, mas sim uma realidade simbólica, uma ideologia geográfica, que qualifica espaços segundo mentalidades reinantes e interesses vigentes.

a exploração econômica da colônia baseada na cana-de-açúcar, cujo mercado já não era tão promissor (BRAGA, 2011: 39), e no pau-brasil, que já se tornava escasso (GOULART, 2000: 46).

O Mato Dentro foi então deixado de lado já que a coroa portuguesa não tinha meios para controlar o contrabando de minerais que, por ventura, nele fossem encontrados (GOULART, 2000: 47). A preocupação da coroa com o extravio de ouro resultou em décadas de empecilhos à ocupação desse eixo de penetração do Espinhaço: “no entanto, antes que por respeito a estas ordens, os colonos se viam impedidos de abrir caminhos ou picadas para este território por causa da grande concentração de “índios bravos” que o habitavam” (CABRAL, 2012: 20). Segundo esse autor, a ocupação e a resistência dos indígenas foi um dos fatores que influenciaram para que as áreas de mata não fossem derrubadas. A transformação dessas áreas em lavouras dependia do sucesso dos europeus em escravizar os indígenas que ali habitavam. Para Ribeiro (2015: 54), a preferência pelos Sertões também foi influenciada pela maior facilidade e pelos menores perigos enfrentados ao percorrê-los, quando comparados aos caminhos que cruzavam as densas matas virgens a leste. Esse autor ainda sugere que boa parte dos caminhos iniciais utilizados para alcançar e/ou cruzar as serras do Espinhaço foram traçados em meio aos campos rupestres de suas cristas que eram ainda mais fáceis de transpor do que o cerrado.

Há ainda apontamentos de que houve processos de povoamento do norte e nordeste mineiro através dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri (RIBEIRO, 2015: 56) e do São Francisco (SANTOS, 2016: 136). Segundo Santos (2016: 136), a chegada dos colonos à Serra do Cipó ocorreu pelo vale do Velhas e então pelo vale do Cipó, onde os vaqueiros logo ergueram suas fazendas. Para Ribeiro (2015: 56), a intenção inicial percorrendo tais caminhos era encontrar metais preciosos pelo território que posteriormente seria delimitado como parte do estado da Bahia. Ainda segundo o autor, embora os anseios minerários não tenham sido atendidos, essas incursões adentro das terras coloniais levaram os colonos até o território que seria então denominado como Minas Gerais, onde os almejados minérios foram encontrados. É nesse período que a Serra do Espinhaço passa a ser inserida no mundo moderno de acumulação de capital que era materializado nos metais preciosos das minas gerais, acumulado nos navios portugueses e reproduzido nas fábricas europeias (RIBEIRO, 2015: 60).

Foi através desses processos de ocupação de terras a oeste do litoral da colônia que surgiram os primeiros arraiais do Espinhaço. No final do século XVII, ao se encontrar ouro e

diamantes ao norte da Serra do Cipó, os caminhos e a população das serras foram ampliados. Nesse período, o Cipó tornou-se rota de passagem e centro de abastecimento de produtos agropecuários para as tropas que circulavam entre as minas e os portos. Quanto mais pessoas vinham povoar a região, mais os caminhos do Sertão e suas ramificações eram consolidados tornando-os menos isolados.

Um desses caminhos ligava as minas de Tejuco (atual Diamantina), Vila do Príncipe (atual Serro), Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto e antiga capital de Minas Gerais), entre outras, aos portos de Paraty e Rio de Janeiro. Ele é conhecido como um dos traçados da Estrada Real e seus 800km foram considerados a principal via de tráfego do Brasil colônia (GOULART, 2000: 47), embora o naturalista Saint-Hilaire tenha discordado:

apesar do nome pomposo que tem, essa estrada, muito menos freqüentada que a de Rio de Janeiro a Vila Rica não é, em certos lugares, mais que uma picada tão estreita, que às vezes se tem dificuldade de seguir-lhe o traçado (SAINT-HILAIRE, 1830 apud IPHAN, 2011: 30).

Segundo Venâncio (1999: 181-189) é preciso lembrar a importância das malhas viárias indígenas pré-cabralinas para esse processo de ocupação da capitania de Minas Gerais. Para o autor, o trecho da Estrada Real e seus assentamentos que conectam os portos fluminenses às minas de São João Del Rey e Tejuco não foram construídos pelos colonos europeus, mas sim usurpados, já que se tratam de estruturas milenarmente utilizadas por grupos humanos que habitaram esses territórios; claro episódio de apropriação de saberes e de territórios (SANTOS, 2016: 134). Ainda segundo Venâncio (1999: 181-189), a identificação desse percurso deve ter sido obtida através da escravização de indígenas da região no final do século XVII.

Pela Estrada Real transitavam animais, alimentos, indígenas, colonos, escravos, ouro, diamantes, pedras preciosas. Alguns destes chegaram a conhecer os portos da colônia de onde atravessavam o Atlântico e desembarcavam na metrópole. Devido à sua importância econômica, a Estrada Real era a via mais vigiada pela coroa portuguesa a fim de se evitar o contrabando dos nobres metais e possivelmente de outros bens. O controle da coroa não era totalmente eficaz, já que não conseguia impedir o uso de caminhos alternativos pelos contrabandistas, sobretudo os traçados nas cristas das montanhas (GOULART, 2000: 51).

Em 1808, quando a corte portuguesa veio para o Brasil, Dom João VI intensificou o genocídio indígena em que foram adotadas armas de fogo, oferta aos nativos de objetos infectados com vírus, remuneração de soldados proporcionalmente ao número de inimigos

mortos (GOULART, 2009: 126-128). Registros de bandeirantes e naturalistas que se aventuraram pelo Espinhaço entre os séculos XVIII e XIX indicam que, dentre os indígenas que amedrontavam os europeus, os Aimorés eram os mais temidos (GOULART, 2009: 126). Denominados genericamente pelos colonos por ‘botocudos’ ou ‘tapuias’ (SANTOS, 2016: 139) por utilizarem botoques de madeira em suas orelhas e lábios, esses indígenas correspondem a diferentes tribos do tronco Macro-Jê que habitavam os vales dos rios Doce, Jequitinhonha e Mururi (ALMEIDA, 2010 apud SANTOS, 2016: 132). Eles tinham fama de serem antropófagos, o que os tornavam temíveis pelos colonos e contribuía para seu domínio do território.

Em três décadas, os Aimorés do Mato Dentro foram quase que totalmente dizimados (GOULART, 2009: 127-128). Após séculos lutando por direitos e meios de manter seus modos de vida, os Krenak, pertencentes ao mesmo tronco étnico dos Aimorés, enfrentam ameaças decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, em 05/11/2015, cujos rejeitos contaminaram toda a extensão do rio Doce, que na cosmologia desses indígenas é considerado uma divindade, agora morta<sup>9</sup>.

Além de custar vidas e culturas, a colonização da região do Espinhaço proporcionou que grandes porções do Mato Dentro e dos Sertões caíssem por terra. A medida em que estradas foram sendo abertas, povoados indígenas foram sendo reduzidos e paisagens foram sendo transformadas: a cobertura vegetal ia perdendo espaço para povoados de colonos. Depois de quase esvaziarem as populações indígenas do Mato Dentro, colonos iniciaram à extração de madeiras de lei e de carvão. A demanda pela exploração dessas terras aumentou com a criação, no início do século XIX, da primeira fundição de ferro do Brasil, a Real Fábrica de Ferro, em Morro do Pilar, fechada cerca de 20 anos depois de sua inauguração (GOULART, 2000: 50). Braga e seus colegas (2014) apontam que o empreendimento não foi exitoso devido a uma série de interrupções de suas atividades causadas por fatores diversos, dentre eles a dificuldade de transporte pelo relevo acidentado da região<sup>10</sup>. Embora o período

---

<sup>9</sup> Em 05/11/15, a barragem de rejeitos de Fundão, da Samarco/Vale S.A-BHP Billiton, rompeu deixando 19 mortos, milhares de atingidos num rastro de destruição ao longo da bacia do rio Doce. O maior desastre ambiental e social do Brasil (um dos maiores do mundo) em complexidade e magnitude dos danos conta ainda em especial, com omissão e negligência das empresas para compensar e reparar integralmente os danos provocados.

<sup>10</sup> A mineração da Serra do Cipó só seria firmada no início do século XXI através do uso de minerodutos (BRAGA et al., 2014), capazes de escoarem a produção de forma rápida e, sobretudo, barata, desde as serras mineiras até os portos capixaba e carioca. Dentre os motivos para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN ter escolhido o Cipó como objeto do projeto-piloto do Inventário Nacional de Referências Culturais é



de atividade da Real Fábrica de Ferro tenha sido de apenas três décadas – desde sua construção até sua desativação –, a atividade alterou a dinâmica socioeconômica da região, além de representar certo valor histórico e simbólico de ter sido o embrião da siderurgia nacional, embora tais valores não sejam apropriados pela sociedade local e regional (IPHAN, 2011: 39). Além dessa fundição, Gontijo (2003: 65) aponta outro empreendimento que também não alcançou êxito: a tentativa de se montar uma fábrica têxtil às margens do rio Cipó.

A demanda pela exploração de matas intensificou o então tímido povoamento do Mato Dentro, evidenciando que interesses políticos econômicos foram os fatores que mais influenciaram a configuração das distintas fases de ocupação de suas serras (BRAGA, 2011: 53). Para Guimarães (1991, apud RIBEIRO & FIGUEIRA, 2011: 216), a proximidade de um grande centro de extração de diamantes e de um polo metalúrgico foram os principais fatores de atração populacional para as porções centrais do Espinhaço, fazendo surgir suas primeiras vilas. Zucarelli (2002: 36) inclui nessa lista os principais centros de extração de ouro, “como Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Sabará e Caeté de onde provavelmente saíram os primeiros ocupantes brancos da região da Serra do Cipó”.

Além da extração de madeira, parte da mata era derrubada com fogo para a produção de pastagens. Tal uso fez com que a região ficasse conhecida como Serra da Vacaria ao se tornar importante polo de criação de gado e produção de insumos consumidos pela região, sobretudo o charque, abrigando rotas de comércio com passagem de tropas (ICMBio, 2009c: 357). Percebemos que a importância dos animais de montaria e de carga para a tradição da região ainda é visível. Durante nossas incursões a campo, o uso de cavalos para o transporte pessoal e/ou de cargas e a organização de cavalgadas foram recorrentemente observados. O termo Vacaria ainda é utilizado para nomear um bairro do distrito de Cardeal Mota onde, inclusive, residem algumas famílias retiradas ou saídas do Retiro.

---

citada sua descaracterização “decorrente, sobretudo do grande número de empreendimentos que estão sendo implantados na região – desde mineroduto e mineradoras a condomínios residenciais de grande porte – e da expansão de atividades turísticas, muitas vezes com caráter predatório acentuado” (IPHAN, 2011: 7). A afirmativa do IPHAN indica que, apesar de apresentar início nada promissor economicamente, o projeto minerário para o Espinhaço Meridional alcançou êxito e vêm ameaçando a região. Para mais detalhes sobre a mineração e algumas de suas consequências para a Serra do Cipó e seus moradores é possível consultar produções de pesquisadores do GESTA, sobretudo sobre a atividade minerária de Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar, disponíveis em:<<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>>. Acesso em: jun. 2017.

Para facilitar o escoamento da produção pecuária do início do século XIX, foi construída, pelas mãos de escravos, uma estrada calçada com pedras atravessando as serras em sentido longitudinal (GOULART, 2000: 50). Ainda existem trechos conservados e em uso dessa estrada, conhecida como Trilha dos Escravos, utilizada por visitantes e turistas para percorrer o caminho que liga a MG-010 à parte alta da cachoeira Véu da Noiva. Braga e seus colegas (2014) utilizam a Trilha dos Escravos para ilustrar como os caminhos pelas serras foram apropriados, construídos e/ou abandonados em virtude de interesses socioeconômicos locais e regionais que variaram no tempo. Para esses autores, não é possível dizer que indígenas, bandeirantes, tropeiros, negros, moradores, turistas utilizaram e utilizam os mesmos percursos para se deslocarem no espaço, caso contrário, a Trilha dos Escravos, importante rota comercial nos tempos de bandeirantes e tropeiros, estaria hoje encoberta pelo asfalto da MG-010.

Após o declínio da extração mineral da região, no final do século XIX, os caminhos da Serra foram deixados sem manutenção e tornaram-se quase que intransitáveis<sup>11</sup>. As minas de Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina passaram a ser atingidas utilizando-se os caminhos da Estrada Real nas porções lestes da Serra do Cipó. Em 1897, com a transferência da capital mineira de Ouro Preto para o Curral Del Rey (atual Belo Horizonte), redes viárias foram criadas para interligar o novo centro político administrativo ao norte de Minas Gerais.

As rotas já existentes nos vales percorridos pelo rio das Velhas nas vertentes oeste da Serra do Cipó passaram então a serem privilegiadas pelos viajantes que faziam o percurso da nova capital às minas ao norte do estado – encurtando seu caminho em cerca de 100km – e concomitantemente foram sendo transformadas para melhor servir a tal uso (GONTIJO, 2003:

---

<sup>11</sup> Com a redução da ocupação do território, esses caminhos, agora menos transitados, se tornaram atrativos para a população negra que fugida ou liberta do regime escravocrata, lançaram-se nas serras para construírem outras possibilidades de vida (BRAGA, 2011: 42). Essa população formou povoados quilombolas, sobretudo nos Sertões, onde haviam menos terras ocupadas. A partir do século XVIII até a abolição da escravidão, os escravos corresponderam a um tipo social característico do universo do trabalho da região (agropecuária) e sua presença na Serra do Cipó é marcada pela herança cultural passada e até hoje presente através seus moradores, suas populações quilombolas, seus ritos religiosos, seus sons afros (IPHAN, 2011: 15) sendo o Quilombo do Açude seu maior expoente. Quanto ao passado e o presente da população negra da Serra do Cipó, Zucarelli (2002: 37-38) traz que “os negros e mulatos do Serro Frio resistiram bravamente refugiando-se nos cumes da serra, penetrando pelas florestas e sertões, estabelecendo paralelamente a epopéia dos garimpeiros, disputando a riqueza com o Rei de Portugal e ganhando aliados brancos que, oprimidos pelas crueldades do sistema das administrações da demarcação das terras diamantinas, juntaram-se com os negros nessa aventura do garimpo (LIMA JÚNIOR, 1945: 34). Tais dados se justificam pela existência de traços culturais marcantes no artesanato, nos costumes, no linguajar, na culinária, em manifestações folclóricas como o boi-da-manta, batuque e nos rituais religiosos deixados pelos escravos que, ainda hoje são visíveis na localidade, como o Congado e o Candombe, este último realizado por moradores do açude (área de entorno, ou melhor, zona de amortecimento do PARNA da Serra do Cipó)”.

67). Segundo Ferreira (2010: 102-103), essa mudança do eixo político administrativo de Ouro Preto para Belo Horizonte provocou um declínio econômico da região leste da Serra do Cipó que perdeu sua centralidade como eixo viário, comercial, político de Minas Gerais.

A socioeconomia da Serra do Cipó passou por transformações no século XX, quando ocorreram projetos como a ampliação e a pavimentação da MG-010, a Linha Verde<sup>12</sup>, a construção da Cidade administrativa, o ProAcesso<sup>13</sup>, dentre outros, criados para promoverem facilidades de mobilidade no acesso entre Belo Horizonte e o norte mineiro, e que propiciaram uma maior expansão e especulação imobiliária do vetor norte da RMBH (FERREIRA, 2010: 30). Ribeiro (2015: 144) ressalta que municípios atendidos pelo ProAcesso estão inseridos na região turística da Serra do Cipó, indicando que o programa visou atender interesses da indústria do turismo. O autor ainda aponta que, assim como nos projetos Linha Verde e Cidade Administrativa, o ProAcesso assegurou o lucro de organismos internacionais de crédito e empresas privadas do setor de construção civil, através, por exemplo, da construção de condomínios residenciais. Embora concordemos com as afirmações de Ribeiro, é preciso considerar que o asfaltamento traz mudanças positivas para a vida cotidiana da população afetada pelos programas, seja possibilitando ou facilitando seu deslocamento, seja aumentando o fluxo de visitantes e turistas em certas localidades.

Esses processos promoveram mudanças estruturais da MG-010 que refletiram em mudanças nos fluxos de pessoas estrangeiras, bens, serviços da Serra do Cipó; enquanto seu vetor de penetração oeste passa a ser mais utilizado e receber mais modificações estruturais, seu vetor leste vai sendo, de certa forma, isolado, perdendo sua importância político-econômica.

---

<sup>12</sup> O projeto Linha Verde foi uma iniciativa do poder público estadual durante o governo de Aécio Neves (2003-2011) objetivando alargar e recapear a rodovia que liga o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional de Confins além de eliminar cruzamentos das avenidas Presidente Antônio Carlos e Cristiano Machado, as principais vias que conectam a região norte da RMBH ao centro da capital (RIBEIRO, 2015: 140-144). A Cidade Administrativa, também localizada ao norte da RMBH, havia sido inaugurada pelo mesmo governador e consiste em uma estrutura que abriga todo o aparato estatal mineiro. Para o autor, Linha Verde e Cidade Administrativa indissociados fazem parte de um mesmo projeto desenvolvimentista para a região norte da RMBH que promoveu, sobretudo, o lucro de organismos internacionais de crédito – Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial – além de empresas privadas do setor de construção civil.

<sup>13</sup> Lançado em 2004, o Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios/ProAcesso visou asfaltar rodovias que ligam sedes municipais, sobretudo com IDH baixo, nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais; dentre as obras viabilizadas através desse programa está o asfaltamento do trecho da MG-010 entre Cardeal Mota e a sede de Santana do Riacho (FERREIRA, 2010: 105-107).

Segundo Santos (2016: 149-150), no início do século XX, o governo estadual determinou que melhorias nesses caminhos eram urgentes. As obras foram postas em pauta durante os governos de João Pinheiro (1906-1908) e, no governo de Bueno Brandão (1910-1914), a estrada já ligava Belo Horizonte à Lagoa Santa. Sua extensão até Cardeal Mota foi iniciada no governo de Delfim Moreira (1914-1918), mas enfrentou problemas durante a gestão de Artur Bernardes (1918-1922) devido à falta de recursos financeiros e a resistência de setores que acreditavam que as serras do Cipó deveriam ser transpostas através de trens de ferro. O isolamento político e econômico da região acabou por justificar a construção do eixo rodoviário, autorizado então pelo governador Raul Soares (1922-1924), contudo, segundo Ferreira (2010: 83), o trecho Belo Horizonte – Serra do Cipó – Conceição do Mato Dentro – Diamantina só foi finalizado no início da década de 1950. Vale ressaltar que o traçado dessa rodovia seguiu em partes, mas não totalmente, trilhas utilizadas pelos viajantes que já circulavam entre a Serra do Cipó e Belo Horizonte a cavalo e mesmo de jardineira (FERREIRA, 2010: 85).

Concomitantemente à abertura da estrada, a Serra do Cipó começou a atrair empreendedores que dinamizaram sua socioeconomia apostando em novas possibilidades de geração de capital proporcionadas pela facilidade de seu acesso. Entre os novos empreendimentos, Ferreira (2010: 87) cita duas pequenas centrais hidrelétricas<sup>14</sup> e uma fábrica de sabão<sup>15</sup> na Fazenda Cipó, conhecida por Cipó Velho<sup>16</sup>. Esses empreendimentos estavam localizados

---

<sup>14</sup> A usina Pacífico Mascarenhas foi construída em 1927 e, segundo Ferreira (2006: 26), foi um dos primeiros resultados da abertura da MG-010 até a Serra do Cipó. Já a usina Coronel Américo Teixeira foi erguida em 1950, causando transformações na paisagem do distrito de Lapinha de Santana e se tornando importante vetor de promoção turística já que a represa formada por sua barragem se tornou atrativo para turistas (GONTIJO, 2003: 69). A construção das usinas possibilitou a geração de empregos e o fornecimento de energia elétrica para a sede de Santana do Riacho, sem promover, contudo, a dinamização de sua economia (Ibid, p.115).

<sup>15</sup> Segundo Filippo (2013: 33), o óleo do coco da palmeira macaúba era extraído desde o século XIX para a produção de sabão. O óleo coletado na Serra do Cipó era vendido para uma fábrica em Santa Luzia até 1956, quando foi inaugurada a fábrica na Fazenda Cipó. Segundo a autora, da fazenda saíam caminhões cheios de sabão, vendidos no varejo para um comprador em Vespasiano que revendia quase que toda a produção da fábrica. Um de nossos interlocutores do Retiro contou que sua família “fazia negócio” com essa fábrica, revendendo o sabão pelas serras do Cipó e em Belo Horizonte (Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes). Filippo (2013: 33) também aponta que o processo de beneficiamento do coco aproveitava todas as partes do fruto: sua casca era vendida como carvão; de seu óleo se produzia o sabão; e sua massa – sobra do processo de extração do óleo – era utilizada para a produção de ração, consumida na propriedade e comercializada. Segundo contato feito com a equipe do Ecomuseu do Cipó via Facebook, essa fábrica ainda funciona esporadicamente.

<sup>16</sup> As 30 léguas de comprimento e as 25 léguas de largura que constituem o Cipó Velho começaram a ser formadas no final do século XVIII, através da divisão de outras fazendas e sesmarias, sendo logo adquiridas pela família Santos Ferreira. A Fazenda Cipó constituía a base da organização social local, concentrando atividades produtivas, comerciais, religiosas, festivas, educativas além de constituir ponto de parada para viajantes e tropeiros,

em Cardeal Mota ou suas proximidades, tendo havido poucas modificações socioespaciais no trecho da MG-010 entre o distrito e Conceição do Mato Dentro. Ainda segundo o autor, é no período de abertura e asfaltamento da rodovia que a paisagem característica da Serra do Cipó, as pequenas chácaras e sedes de fazenda espaçadas e distantes umas das outras, vai se transformando e ganhando ares de comunidade, sobretudo através da chegada de novos moradores e do erguimento de novas chácaras, que vão se tornando então menos espaçadas.

Ferreira (2010: 88-90) aponta que, no final da década de 1950, Cardeal Mota já possuía uma oferta de serviços (alojamento, alimentação, transporte) que o tornavam pouso para viajantes que cruzavam suas serras<sup>17</sup>. Segundo o autor, esses serviços já atraíam turistas para a região e incentivaram o surgimento dos primeiros loteamentos no distrito, logo, o turismo da Serra do Cipó era percebido por seus moradores como intenso já na década de 1960. Ferreira (2010) ressalta que, ao contrário do que alega a maioria daqueles que pesquisam a região, o fenômeno turístico da Serra do Cipó não se inicia na década de 1980, com o asfaltamento da MG-010<sup>18</sup> entre Lagoa Santa e Cardeal Mota e a criação do Parna Cipó, mas sim é intensificado.

---

“enfim “um Mundo em miniatura” (MOURÃO, 2013)” (SANTOS, 2016: 142-143). Santos (2016: 146-147) ainda indica que, em meados do século XIX, havia cerca de 600 escravos na Fazenda Cipó, mas com a abolição da escravidão no final daquele século, as atividades da fazenda entraram em declínio. Somando-se isso às dificuldades de acesso à região e de sua distância de centros de influência política, a Fazenda Cipó foi perdendo parte de sua importância político-econômica para a Serra. Filippo (2013: 60) aponta que, até a década de 1920, as terras que se conhecem hoje como distrito de Cardeal Mota eram integralmente parte da Fazenda Cipó, que foi então sendo desmembrada em outras fazendas, algumas das quais foram posteriormente loteadas. Embora não tenha mais a importância político-econômica de tempos passados, os valores histórico e social da Fazenda Cipó têm sido mantidos, de certa forma, no ideário regional, o que pode ser evidenciado por seu tombamento no nível municipal, em 1996. Nessa segunda década do século XXI, a Fazenda Cipó constitui sede do Ecomuseu do Cipó, que, segundo seus organizadores, é uma instituição que visa desenvolver programas de proteção e recuperação dos patrimônios naturais, históricos e culturais da Serra do Cipó (FONTE: Página eletrônica do Ecomuseu do Cipó. Disponível em: <<https://www.ecomuseudocipo.com>>. Acesso em: 3 fev. 2017).

<sup>17</sup> É também nesse período em que se iniciam discussões acerca da criação de áreas protegidas para a região, assunto que será abordado adiante.

<sup>18</sup> Segundo Rocha (2005), em meados da década de 1990, o governo estadual deu início a uma série de estudos para o asfaltamento e outras modificações dos cerca de 70km que ligam Cardeal Mota a Conceição do Mato Dentro objetivando que essa fosse a primeira rodovia ecológica do Brasil. A falta de recursos, divergências entre interesses locais, o descumprimento de condicionantes pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, órgão executor das obras, causaram entraves ao projeto que foi sendo adiado. A pavimentação da MG-010 foi de fato iniciada no governo de Itamar Franco (1999-2003), motivada pela demanda turística de Conceição do Mato Dentro. Durante audiência pública, em 2001, a Fundação Estadual de Meio Ambiente apresentou as condicionantes do projeto que previa quatro pistas, acostamento, ciclovia, bueiros para escoamento de águas pluviais, proteções para carros em desfiladeiros, mirantes, pontos de parada, passagem de pedestres sobre a ponte do rio Cipó, construção de uma nova portaria para o Parna Cipó, construção de estacionamento junto à estátua do Juquinha. Os responsáveis pelas obras não atenderam às condicionantes e a obra foi novamente embargada em 2004. Segundo Costa, Oliveira e Ramos (2013: 101), moradores locais se mostraram preocupados quanto aos impactos negativos decorrentes do aumento do fluxo de veículos, inclusive de carga,

Para Braga (2011: 63, 111), embora as formas de acesso à região sejam essenciais para compreender sua transição socioeconômica, é preciso contextualizá-las com elementos das paisagens e a oferta e as características infraestruturais da Serra do Cipó. Incluímos na lista do autor as preocupações com a proteção ambiental da região que, conforme discutiremos posteriormente, surgiram por volta das décadas de 1960 e 1970.

Com base nos diversos estudos sobre a região aqui já citados, consideramos que o aumento da demanda turística e de famílias que migram definitiva ou sazonalmente de centros urbanos para a Serra do Cipó seja influenciado pela (i) popularização de cachoeiras, rios, trilhas, montanhas, fauna, flora, modos de vida, artesanatos como seus atrativos turísticos, o que está relacionado à criação de áreas protegidas para a região; (ii) facilidade de seu acesso via estradas asfaltadas, proximidade de aeroportos, serviços de transporte público; (iii) oferta e condições das infraestruturas e serviços disponíveis, como alojamentos, loteamentos, condomínios, comércio, serviços de comunicação, bancários, turísticos.

Embora tenha tido importante papel na viabilização da atividade minerária da Serra do Cipó, a agropecuária deixa de ser atividade econômica predominante em Jaboticatubas e Santana do Riacho – dois dos principais municípios turísticos da Serra do Cipó – nos anos 2000, posto que passa a ser ocupado pela construção civil e pelo setor de serviços, sobretudo aqueles referentes ao setor de turismo (FERREIRA, 2010: 94-96).

Segundo Braga (2011: 47), atrativos turísticos da Serra do Cipó estão relacionados a rios e cachoeiras<sup>19</sup>, que impulsionaram o turismo local, embora Ferreira (2010: 126) frise a

---

no distrito e se mobilizaram frente ao DER. Para esses autores, a análise desses eventos mostra o quanto tal mobilização é dificultosa frente a outros fenômenos como parcelamento dos solos e mudanças de valores e hábitos em função do turismo crescente. Os autores associam a não mobilização devido a estes últimos fenômenos não corresponderem explicitamente a ameaças externas e por não ser possível identificar um ator a ser enfrentado. Segundo Cardoso (2008), as obras foram retomadas em 2005 e novamente suspensas em 2007. Uma nova licitação para a conclusão das obras foi realizada em 2008, mas, segundo Filippo (2013: 75), o asfaltamento da rodovia só foi retomado em 2012.

<sup>19</sup> Esses usos turísticos dos cursos d'água contrastam com hábitos do Brasil colônia, pois, naquela época, tomar banhos em rios e cachoeiras era considerado pecaminoso e formalmente proibido (GOULART, 2009: 170). Contudo, para Braga (2011: 47), tais atrativos existem devido à abundância de águas, mas também pelas formações geológicas da região. Para o autor, os desníveis e as planícies dão forma ao relevo e são essenciais para que haja a associação entre quedas d'água, poços e outros locais populares para banho. Segundo Ribeiro (2015: 67), a geologia da Serra do Espinhaço é um dos fatores chave para entender a produção espacial da região, já que (i) os caminhos e os assentamentos utilizados pelas populações que povoaram a região em diferentes períodos temporais foram, em partes, influenciados pelo relevo; (ii) formações rochosas, mais especificamente, os minérios que se esperava encontrar e os que foram encontrados na região influenciaram sua ocupação por colonos,

existência de outras atrações turísticas. Para o autor, é o potencial de balneabilidade da região que atrai com maior intensidade o turismo para seu vetor oeste, a partir da década de 1960, e para seu vetor leste, a partir da década de 1990 (FERREIRA, 2010).

No vetor leste, o aumento de turistas está relacionado à popularização da Estrada Real, que chegou a ser utilizada como tema enredo da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, no carnaval do Rio de Janeiro, em 2004, ampliando sua divulgação em âmbito internacional (ROCHA, 2005). Ferreira (2010: 112-113) aponta que, na época do Brasil Colônia, a Estrada Real era conhecida como Caminho Real, ganhando seu novo nome graças a um programa de incentivo ao turismo lançado pelo governo de Minas Gerais em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em 2000. O programa foi criado para ressaltar parte da história de alguns municípios que compunham os antigos caminhos reais que, para seus idealizadores, teriam valor turístico. Ainda segundo o autor, o projeto obteve mais expectativas frustradas do que resultados concretizados, já que a maior parte de seus recursos foi investida em publicidade e não em infraestruturas.

Embora haja diferenças do fenômeno turístico entre as vertentes leste e oeste do Cipó, Ferreira (2010: 30) aponta mudanças percebidas após a consolidação do turismo da região: (i) aceleração da ocupação do entorno da MG-010 com significativo aumento no parcelamento do solo em Cardeal Mota; (ii) consolidação de cachoeiras, rios, trilhas, paredões como pontos turísticos; (iii) aumento da especulação imobiliária; (iv) alteração dos modos de vida de moradores locais; (v) maior transformação do ambiente físico e de paisagens da região. Muitas dessas mudanças estão visíveis na paisagem de Cardeal Mota.

Nesses três anos de incursões a campo, pudemos observar o lançamento de dois condomínios fechados dentro dos limites urbanos do distrito. Ao percorrer seus bairros, notei algumas casas contendo placas anunciando a disponibilidade para alugá-las em finais de semanas e feriados. Embora seja movimentado durante os dias úteis, pudemos perceber que a movimentação dos finais de semana é bem maior através da quantidade de carros estacionados na MG-010 próximos aos restaurantes. Além disso, a paisagem é ocupada por *outdoors*

---

e, posteriormente, por grandes empreendimentos minerários; (iii) as formações rochosas também correspondem a atrativos naturais, influenciando na formação de cursos d'água de interesse turístico, moldando paisagens de beleza cênica, atraindo praticantes de esportes radicais.

divulgando hotéis, restaurantes, balneários e todas essas publicidades são ilustradas por imagens de árvores e cachoeiras, fogões a lenha, o que, para nós, explicita o fetiche do campo e da natureza através do qual a região é significada turisticamente.

Essas mudanças socioespaciais também foram colocadas por nossos interlocutores. No geral, eles pontuam que seus principais aspectos positivos foram (i) a abertura de novos postos de trabalhos formais através de serviços domésticos e comerciais (limpeza, venda, guia turístico) demandados pelo turismo e (ii) a melhoria no acesso a bens e serviços (hospitais, comércio especializado) disponíveis em Belo Horizonte. Contudo, a especulação imobiliária tem reduzido a oferta de trabalhos tradicionalmente disponíveis no lugar, relativas ao trato de animais de grande porte e plantação de cultivos, já que parte das terras utilizadas para esses fins têm sido transformadas em loteamentos e também porque alguns contratantes desses serviços modificaram suas atividades produtivas, voltando-se para o turismo. Esses fenômenos são percebidos por alguns de nossos interlocutores como processos que têm culminado na expulsão dos moradores locais, entre outros motivos, pelo aumento do custo de vida. Nesse sentido, eles apontam para a descaracterização do lugar, promovida com mais intensidade desde os anos 2000:

O turismo acabou aqui com a Serra [risos]. Tá ficando muito ruim aqui, muita gente. Povo daqui mesmo acabou. Só o povo de fora que vem. O povo daqui...a gente nem vê mais o povo daqui. Só gente de fora. Cabou com o lugar. [...] O povo do turismo tomou conta do trem todo (Morador de Cardeal Mota, descendente de família desapropriada pela criação do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Uma coisa interessante que eu vi. Vou fazê, agora em março, oito anos que eu vim. Eu visitava a Serra do Cipó há mais de 20 anos atrás e depois voltei há oito anos atrás pra trabalhar. Encontrei uma Serra muito diferente. Mas não me surpreendeu muito. Me surpreendeu foi o que mudou de oito anos que eu tô aqui até agora. Isso me surpreendeu. A gente... Nos últimos oito anos que eu tô aqui, mudou muito mais rápido do que mudou nessa distância de 20 anos, sabe? (Gestor ambiental do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Quanto aos dinamismos socioeconômicos de Cardeal Mota, Filippo (2013: 56) indica que muitos de seus novos moradores passam metade da semana na Serra do Cipó ou estão em processo de mudança, podendo ser considerados semiresidentes. Esse comportamento, segundo, a autora é comum para pessoas cuja principal fonte de renda é obtida nos centros urbanos próximos. Cardoso (2008) atenta ao fato de que o distrito não apenas tem ganhado novos moradores, mas tem ainda perdido antigos habitantes para centros urbanos que migram em busca do modo de vida citadino. A autora aponta que essa população vende suas



propriedades e passa a viver do valor obtido até seu esgotamento, o que tem resultado na deterioração de sua qualidade de vida. Esse contexto já era enquadrado por Moura (1999 apud CARDOSO, 2008) como contraditório, pois de um lado há má vontade governamental em resolver questões fundiárias do Parna Cipó, por exemplo, o pagamento das indenizações em função da sua criação, e de outro ocorre a facilitação da venda de terras a ele circundantes expulsando a população local e fomentando transformações ambientais na região.

Segundo Gontijo (2003: 7), o fluxo de turistas sofre alterações com a popularização da Serra do Cipó já que as obras da MG-010 alteraram o perfil dos frequentadores da região. Enquanto alguns turistas se mantêm próximos à estrada, aproveitando das comodidades infraestruturais presentes, outros se afastam do asfalto, buscando outras experiências turísticas. Ressaltamos, portanto, o papel contraditório da MG-010: via de acesso que, ao encurtar distâncias, atrai e ao mesmo tempo afasta diferentes perfis de moradores e turistas.

Alterações do ambiente físico da Serra do Cipó decorrentes de transformações de seus eixos de acesso também foram percebidas por Marques e Coutinho (2010: 9) que citam a diminuição da qualidade das águas da bacia do rio Cipó, sobretudo em seus trechos fora dos limites legalmente definidos do Parna Cipó, devido a: (i) lançamentos de esgoto diretamente nas águas fluviais; (ii) assoreamentos; (iii) supressões de matas ciliares; (iv) atividades extrativas, como carvoaria e mineração; (v) uso de agrotóxicos. Ou seja, inúmeros usos e usuários tem ampliado a concorrência pela qualidade e quantidade de águas disponíveis no Cipó. Ainda segundo os autores, esses e outros danos identificados na sub-bacia do rio Cipó reverberam diretamente na bacia do rio das Velhas, já que, caso sua qualidade seja mantida adequada, as águas do Cipó executariam um papel de depuradoras naturais e de fonte de biodiversidade fornecida para a bacia do Velhas (ICMBio, 2009d: 4).

Segundo Filippo (2013: 120), a preocupação com a manutenção da qualidade da água é o elemento chave para a permanência da atividade turística do Cipó. Uma falsa denúncia de contaminação das águas da região pelo protozoário transmissor da esquistossomose foi responsável por uma diminuição drástica da atividade turística que acarretou a falência de empreendimentos do setor em 1997 (ICMBio, 2009c: 173). Condição que se manteve e teve registrada na declaração de um morador do Retiro a preocupação quanto à quantidade de turistas que passeiam pelo parque. Segundo esse morador, a ausência de banheiros disponíveis para esse público acarreta na contaminação das águas utilizadas pelas famílias que vivem no

lugar. Para esse morador, essa situação “é mesma coisa que eu soltar a boiada aí dentro, sem dono, sem nada” (Depoimento colhido, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó).

Rocha (2005) aponta não haver ainda solução para o uso e a ocupação do solo da Serra do Cipó, mas elenca tentativas pontuais, como o Programa Sebrae de Turismo, lançado entre 2002 e 2003. Por meio dele foram realizadas ações visando, sobretudo, corrigir problemas sanitários e melhorar o marketing regional e a capacitação e a qualificação de pessoas envolvidas com a prestação de serviços turísticos. Um dos produtos desse programa foi a criação, em 2012, do Fórum de Desenvolvimento Regional da Serra do Cipó, que reúne empresários e associações de moradores de Cardeal Mota e Lapinha de Santana preocupados em elencar estratégias para melhorar a atratividade turística da região. Dentre as principais atividades do coletivo estão ações voltadas à consolidação da Serra do Cipó como local de lazer e descanso em meio à natureza e às melhoras de suas infraestruturas urbanas.

Segundo levantamentos da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura e do Ministério do Turismo<sup>20</sup>, o acesso aos atrativos turísticos da Serra do Cipó é operado em grande parte por empresas de Belo Horizonte. A falta de organização, de profissionalização dos operadores locais e de capitais suficientes para serem ocupados nesse setor corroboram com o apontamento de Cardoso (2008) de que o mercado turístico da Serra do Cipó foi praticamente absorvido por belo-horizontinos.

Para Rocha (2005), “o maior desafio desta região paradisíaca é o de absorver, sem grande impacto ambiental, e de forma racional, um crescente número de visitantes” ao que pode ser incluída aqui a população de novos residentes provenientes de centros urbanos próximos. Gontijo (2007: 11) preocupou-se com tal desafio e buscou refletir sobre as consequências do turismo da Serra do Cipó enquanto ameaças a seu patrimônio ambiental devido não só a ações de praticantes, mas também de promotores da ação turística. Filippo (2013: 121) alega que o desafio de se conciliar turismo e proteção ambiental é pautado pelo perfil de turistas que visitam ou mesmo fixam residências na Serra do Cipó. Segundo a autora, são majoritariamente pessoas que buscam a região para fugir dos desprazeres das cidades, mas que

---

<sup>20</sup> ABETA e MTur. Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil. Belo Horizonte, 2009; ABETA e MTur. Relatório de Impactos do Programa Aventura Segura, 2011.

não estão dispostas a abandonarem seus padrões urbanos de conforto. Braga (2011: 67) demonstra inquietação similar, indagando-se sobre as possibilidades de uma região como a Serra do Cipó conciliar gestão de áreas protegidas, especulação imobiliária, geração de resíduos sólidos urbanos, aumento de consumo de água e energia, trânsito de veículos, ruídos, acidentes de circulação, violência, insegurança.

Segundo Braga (2011: 46), a existência de forte atividade econômica nos distritos brasileiros os tornaram independentes financeiramente dos municípios onde estavam vinculados proporcionando sua independência política. Segundo o autor, essa situação começa a surgir como justificativa para emancipar Cardeal Mota de Santana do Riacho, o que, para Gontijo (2003: 109) “cedo ou tarde” acontecerá. Ferreira (2010: 96) aponta que o distrito abarca os principais atrativos e infraestruturas da Serra do Cipó, contudo, após a consolidação desse vetor de penetração, na década de 1980, a atividade turística se dinamizou, distribuindo seu fluxo para outros destinos (a oeste e depois a leste das serras) como Lapinha de Santana, São José da Serra, Ipoema, Cabeça de Boi. Cardeal Mota seria a porta de entrada desse padrão de transformações socioespaciais “uma vez que foi a partir daí que as demais portas da serra foram e permanecerão sendo abertas” (GONTIJO, 2007: 11-13).

A importância de Cardeal Mota para a Serra do Cipó cresceu tanto que, em 2003, a Câmara de Vereadores de Santana do Riacho alterou o nome de Cardeal Mota para distrito da Serra do Cipó<sup>21</sup>, adotando uma nomenclatura popularmente já em uso. Contudo, conforme aponta Cardoso (2008), a oficialização dessa mudança depende da aprovação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que, segundo Chaves (2017: 18), ainda não o fez devido à inexistência de um referendo da população de Santana do Riacho sobre a questão. Gontijo (2003: 120) notou que muitos turistas denominam como Serra do Cipó o recorte espacial que engloba o distrito e seus entornos, o que é influenciado pela portaria do Parna Cipó na localidade. Para o autor, essa referência se deve ao fato de Cardeal Mota ter, por anos, consistido no ponto final do trecho asfaltado da MG-010 que acumulava pessoas, bens, serviços.

Rocha (2005) declara que a Serra do Cipó poderia ter sido mais um exemplo de lugar turístico que perde seu valor ambiental para um fluxo incontrolável de turistas, já que o au-

---

<sup>21</sup> Lei 336. Prefeitura Municipal de Santana do Riacho, 12 de maio de 2003.

mento de visitantes da região não era devidamente organizado pelos setores (público, privado, sociedade civil) locais. Segundo a autora, esse cenário foi transformado através da mobilização desses setores que conseguiram disseminar a ideia de que o turismo da Serra do Cipó ocorre em meio a um santuário ecológico que deve ser respeitado. Dentre as medidas que já foram adotadas para a região, a autora cita: (i) a limitação do número de visitantes em cada atrativo, conforme sua capacidade de carga; (ii) a fiscalização de veículos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e pelas Polícias Militar, Ambiental e Rodoviária; (iii) a criação de outras opções de lazer; e (iv) a melhoria das condições de acesso aos atrativos dentro do Parna Cipó para diminuir a concentração de visitantes e turistas nos demais.

Ferreira (2010: 112-113) aponta que, em 2004, foi lançada pelo governo de Minas Gerais uma estratégia para organizar o fluxo turístico da Serra do Cipó, resultante do desmembramento do programa Estrada Real. O autor refere-se ao Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, entidade sem fins lucrativos que faz parte do modelo de gestão das regiões turísticas estabelecido pelo Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo, e oficializado em âmbito estadual através do decreto 43.321, de 2003. Para o autor, a criação de um circuito para a Serra do Cipó reconhece e oficializa a contribuição da região para o mercado turístico estadual, o que, por sua vez, pode evidenciar o papel do turismo na movimentação dos fluxos de pessoas, bens, serviços.

A relação entre circuito turístico e Parna Cipó salienta como as áreas protegidas brasileiras, associadas ao turismo, têm sido utilizadas como estratégia ambiental e economicamente sustentável, sobretudo devido ao contexto de grandes transformações ambientais decorrentes de rápida urbanização e esquemas de desenvolvimento em larga escala do país (ABAKERLI, 2001: 565). Para Santos (2016: 47-50), o modelo contemporâneo de áreas protegidas tem estado intimamente ligado à consolidação do modo de produção econômica capitalista e do modo de produção espacial urbano, ambos dependentes do consumo de grandes volumes de matérias-primas, o que amplifica o grau de transformação de paisagens/naturezas. Essa estratégia envolve ressignificações de relações entre espaços rurais e urbanos devido à expansão de regiões metropolitanas e a conseqüente deterioração de suas condições (SANTOS, 2016: 47-50). A delimitação de áreas verdes fora dos perímetros urbanos prevalece, sobretudo devido ao preço e às disputas de usos da terra. Para Pereira (2014: 130), os usuários

deixam de ser produtores de áreas protegidas e se tornam seus consumidores, estando acesso e usufruto dessas unidades atrelados à sua categoria e público alvo.

A complexidade em torno da criação de áreas protegidas estaria nas novas lógicas socioespaciais que elas acarretam para suas zonas de abrangência, sobretudo no que tange a suas dinâmicas territoriais, que incluem: maior fluxo e concentração populacional; conflitos sobre uso e ocupação do solo; especulação imobiliária; aumento da demanda por serviços tipicamente urbanos; fomento da atividade turística (SANTOS, 2016: 55-58). O autor alega que essas transformações socioespaciais consistem em processos de reinvenção de regiões rurais próximas a centros urbanos – o que dificulta cada vez mais a diferenciação entre ambos – para possibilitar sua contemplação e o lazer por parte da população cidadina. Um gestor ambiental do Parna Cipó alega que a criação da unidade está imersa nesse contexto de amenização de mazelas da cidade e desfrute de áreas verdes:

**Gestor ambiental do Parna Cipó:** Porque, na verdade, a intenção da unidade de conservação, uma vez criada, era de devolver a esse local uma característica mais natural, de ambiente natural, como uma oportunidade das pessoas que estão hoje em Belo Horizonte, pra conhecer como que é naturalmente essa área. A gente não tem... Praticamente, dentro do parque, não sei, sinceramente, se existe uma área que já não tenha sido antropizada, já não tenha sido modificada. E a ideia era de voltar o ambiente de forma que ele não...quando ele estava...

**Entrevistadora:** Como há muito tempo ele não foi.

**Gestor:** Como há muito tempo ele não foi ou como ele acontecia é...como era o ambiente antes de ter sido cortado, desflorestado (Depoimentos colhidos, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Santos (2016: 55-58) aponta que, no âmbito econômico, a criação de áreas protegidas dinamiza a cadeia produtiva de sua zona de abrangência, sobretudo através do turismo, tornando-a polo de atração para pessoas, bens, serviços externos. Essa colocação é ratificada para o caso da Serra do Cipó, uma vez que existe “forte pressão vinda da região metropolitana de Belo Horizonte, por um público numeroso e ávido por opções de lazer de baixo custo, causando visitação desordenada e descuidada no entorno da UC, sobretudo nos grandes feriados” (ICMBio, 2009d: 8). Conforme minhas experiências e observações em campo, percebo que esses elementos exógenos promovem transformações dos modos de vida locais envolvendo: (i) novas temporalidades, formas de sociabilidade e relações com a terra; (ii) aumento da violência; (iii) congestionamentos; (iv) tráfico e consumo de drogas; (v) distintas formas de poluição (sonora, visual, hídrica, do solo). Tem-se com tal situação o que Gontijo (2003) trata

por consumo de um espaço como ilusão de desfrutar da natureza. Nesse sentido, Camargos (2006: 70) alega que o turismo que era tido como expectativa para se ocupar áreas protegidas promovendo seu desenvolvimento e a civilidade de cidadãos de seu entorno tornou-se um problema que compromete os objetivos de criação dessas áreas.

Conforme ressaltai anteriormente neste estudo, o fenômeno turístico da Serra do Cipó ganha força na década de 1980, concomitantemente ao surgimento e fortalecimento de ideias protecionista para sua biodiversidade. É possível afirmar que as transformações sociais, espaciais, econômicas, políticas percebidas para a região nas últimas décadas do século XX são influenciadas pela institucionalização da pauta ambiental na agenda política global durante a segunda metade do século XX (SANTOS, 2016: 82). Contudo, a influência de áreas protegidas da Serra do Cipó para suas transformações socioespaciais é objeto de discussão para autores que pensaram e pensam a região. Enquanto alguns defendem que grande parte das mudanças da região se devam à criação de suas unidades de conservação, sobretudo o Parna Cipó, outros acreditam que o papel dessas unidades é superestimado.

Moura (1999 apud ANDRADE, 2005: 13) afirmou que o Parna Cipó impulsionou o turismo da região, contribuindo para acelerar processos de urbanização desordenada da Serra ao invés de freá-los. Isso se deve ao fato do turismo ser um dos principais fatores de incentivo ao mercado imobiliário que mobiliza o consumo do contato com a natureza (GONTIJO, 2003: 172). Os gestores ambientais da Serra do Cipó atuaram em tentativas visando estabelecer programas de educação ambiental – através de parcerias entre órgão ambiental e centros universitários – que envolvessem populações locais e turistas (Ibid: 161). Gontijo aponta que essas parcerias promoveram mudanças no turismo e na integração de interesses locais além de ressaltarem a importância dos gestores ambientais como agentes catalisadores dessas mudanças. Segundo Borges (2011: 162), a criação de programas voltados ao ordenamento turístico por parte do setor público incentiva que o mesmo ocorra promovido pelo setor privado.

Ao constatar que os principais atrativos turísticos frequentados pelos visitantes da Serra do Cipó não se encontram dentro dos limites do Parna Cipó, Braga (2011: 120) discorda que tais áreas tenham papel de destaque para a atração de turistas. Para o autor, o papel do Parna Cipó em atrair visitantes é mínimo se comparado a outras localidades regionais e sua centralidade para a região seria apenas geográfica. Essa opinião não tem grande aceitação entre os autores consultados, valendo lembrar que o circuito turístico criado para a região

leva em seu nome a referência ao Parna Cipó. Santos (2016: 404) indica que as áreas protegidas da região fomentam a atração de turistas para a Serra do Cipó e, o que é mais problemático na opinião do autor, pouco interferem em seu ordenamento e planejamento. A intervenção de gestores ambientais no parcelamento do solo da Serra do Cipó existe, sobretudo através da aplicação de multas e do embargamento de empreendimentos em desacordo com legislações ambientais. Essas ações não seriam suficientes, embora “essa postura, de certa maneira, tem influenciado a dinâmica local de (re)organização espacial, assim como as relações com a população local e com os empreendedores do setor imobiliário e turístico” (FERREIRA, 2010: 125). Para Costa, Oliveira e Ramos (2003: 100), a criação das áreas protegidas da Serra do Cipó alavancou de forma paradoxal sua urbanização e seus conflitos socioambientais.

Embora o fenômeno turístico da Serra do Cipó não constitua um de meus objetos de análise, acredito ser necessário pontuá-lo, pois a atividade turística controlada é tida como única alternativa econômica para regiões como essa que têm seu patrimônio ambiental como alvo de proteção (GOULART, 2000: 90; GONTIJO, 2003). Portanto, o turismo constitui importante objeto de análise para se refletir sobre a proteção ambiental da Serra do Cipó já que ele depende simultaneamente de dois aspectos, a princípio, contrários: a proteção e a transformação econômica/ambiental. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para o turismo devem ser consideradas, pois, conforme aponta Moraes (1997 apud PEREIRA, 2014: 121), o estado é a principal instituição responsável pela qualidade e pela transformação ambiental, agindo simultaneamente como agente regulador e obstaculizador da proteção ambiental.

As áreas protegidas são parte de um projeto político que institucionalizou sentidos de proteção ambiental em âmbito global. Para contextos como o da Serra do Cipó, essas políticas têm ressignificado relações rural-urbano que resultam na produção de uma ilusão como produto de consumo que, por sua vez, constituem possibilidades de conciliar transformação e proteção do ambiente.

Por meio dessa revisão bibliográfica, acrescida pontualmente por nossas observações e as de nossos interlocutores, percebemos que a Serra do Cipó passou por fases de transição socioeconômica que configuram e foram configuradas por suas diferentes fases de ocupação/formação. Os caminhos pelas serras sempre estiveram em uso: quando bandeirantes não tinham interesse, coragem, capacidade para percorrê-los, indígenas o faziam; quando falta de

interesse, dificuldades de acesso impediam que fazendas ocupassem os Sertões com pastagens e plantações, a população negra, fugida ou recém liberta do regime escravocrata, fazia de tais terras seus territórios; até mesmo caminhos abandonados ou nunca abertos por humanos eram e ainda são ocupados pela flora e pela fauna.

As mais recentes transformações socioespaciais da Serra do Cipó se referem a seus processos de urbanização e consolidação enquanto atrativos turísticos iniciados na segunda metade do século XX. Ao apresentar outros estudos que discutiram esses processos, buscamos contextualizar historicamente a ocupação e as atividades socioeconômicas em desenvolvimento na região, sobretudo aquelas referentes a esse início de século XXI. O movimento de compreender se e como os retireiros mantêm sua identidade e afeto com o lugar inclui compreender como eles lidam com essas dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas intercaladas na região. Contudo, o principal objetivo com esta dissertação é compreender se e como a proteção ambiental da Serra do Cipó interfere na afeição e em aspectos simbólicos que configuram o Retiro. Para retornar ao foco de minhas análises, as relações dos retireiros com as normas do Parna Cipó impostas ao lugar, volto-me, a seguir, para compreender como procederam a concepção, criação, implantação, implementação, gestão dessa unidade.



# Um parque para a Serra do Cipó e suas questões fundiárias

A concepção do Parna Cipó é atribuída a pesquisadores, sobretudo das áreas de botânica e ecologia vegetal, que pesquisavam a região entre as décadas de 1950 e 1960, período em que coincidiu com o fortalecimento do movimento ambientalista no mundo e no Brasil e o aumento do fluxo de pessoas que se dirigiam à região (FERREIRA, 2010: 119). São, em especial, esses pesquisadores os responsáveis por ressaltar a importância de se proteger a biodiversidade da Serra do Cipó, sobretudo por se tratar de região localizada nos trópicos, onde se encontra 75% da biodiversidade da Terra (TERBORGH & VAN SCHAİK, 2002: 26).

A criação de áreas protegidas como o Parna Cipó é motivada, dentre outros fenômenos, pelas altas taxas de extinção. Contudo, conforme apontam Terborgh e Van Schaik (Ibid: 25), a proteção real e formal promovida pelas áreas protegidas alcança somente 5% da superfície terrestre, o que é insuficiente em termos de proteção de biodiversidade. Segundo os autores, a humanidade se encontra em uma luta contra o tempo para salvar as espécies que ainda existem e tal luta trata-se de obrigação moral para dividir o planeta com outras formas de vida. Terborgh e Van Schaik (Ibid: 33) ainda apontam que o valor da biodiversidade protegida é perpétuo e pode gerar benefícios econômicos (turismo, serviços ecossistêmicos) e intangíveis (recreação, bem-estar físico, valor intrínseco do próprio ambiente).

Seus altos índices de endemismos, a proximidade de Belo Horizonte, a disponibilidade de infraestruturas, a promoção de afinidades com a natureza popularizou a Serra do Cipó como área de estudos: “Nessa época começou já a discussão, de 1964 a 1968, da criação do parque porque tinha muitos biólogos que vinham da Unicamp e da USP para estudar a vegetação do campo rupestre na Serra do Cipó” (Ex-gestor do Parna Cipó. Depoimento colhido em, 08/09/2014, por equipe do Projeto Cipó).

Na década de 1960, a exaltação das riquezas ecológicas e belezas cênicas da região fortaleceram movimentos em prol da criação de uma unidade de conservação para protegê-las (SOCT/CETEC, 1982a: 6). Como resultado desse movimento, o Parque Estadual da Serra do Cipó foi criado com aproximados 27.000ha, o equivalente a cerca de 37mil campos de fute-

bol<sup>22</sup>. Em minhas pesquisas, encontrei duas leis e dois decretos referentes à criação da unidade: lei estadual 6.605, de 14 de julho de 1975; lei estadual 6.681, de 10 de novembro de 1975; decreto estadual 19.261, de 22 de junho de 1978; e decreto estadual 19.278, de 3 de julho de 1978. Não encontrei esses três últimos na íntegra, mas seus trechos que tive acesso indicam que eles tenham sido publicados alterando os limites do parque. Não me foi possível apontar com precisão as diferenças entre os quatro textos jurídicos, restando-me dúvidas acerca do ano de criação e da área da unidade. Entretanto, ressalto que o ano de 1975 é utilizado como a data oficial de criação da unidade pelos gestores ambientais que entrevistamos.

Estudos para a implementação do parque estadual foram autorizados, em 1976, e realizados em duas etapas, em 1978 e em 1980 (SOCT/CETEC, 1982a: 22). Esses estudos foram conduzidos pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais através de financiamento do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, firmado por convênio celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, a Empresa Brasileira de Turismo e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1977 (SOCT/CETEC, 1982b: 1).

Em 2014, durante as primeiras incursões a campo do Projeto Cipó, realizamos entrevistas com membros de famílias que viveram no território delimitado legalmente como parque. Em seus depoimentos, nossos interlocutores apontaram que só tiveram conhecimento da criação da unidade durante esse processo de levantamento de propriedades, posses, benfeitorias a serem indenizadas. Segundo eles, havia rumores de que o parque seria criado, mas a população não foi consultada ou informada previamente. Essa conduta não era obrigatória legalmente nem constituía prática estatal à época:

Na comunidade João Fernandes, já vinham uma notícia que tava chegando o parque – na época falava IBAMA; nem IBAMA, IBDF – e acharam que era um bicho que tava chegando. Eles não sabiam, não tinha informação. Chegou o pessoal pra fazer a medição. Já mediu, demarcou as terras onde eles moravam – que é a família do meu pai, da minha vó – demarcaram as terras. E eles ficaram esperando a resposta. E falou que ia ter uma indenização, que eles iam receber rápido por aquilo, por o que eles tavam cercando ali. Aguardaram. Aguardaram. Não tiveram resposta (Moradora de Cardeal Mota descendente de família desapropriada pela criação do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 17/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Quando chegou, eles falou assim que...o pessoal do IBAMA falou que era pra todo mundo sair que eles iam pagar. Não pagou coisa nenhuma e a gente saiu (Moradora

---

<sup>22</sup> Segundo a edição de 2011 do “Estádios de Futebol: Recomendações e requisitos técnicos”, organizado pela Federação Internacional de Futebol, é recomendável que campos para a prática do esporte meçam 105mX68m, totalizando área de 7.140m<sup>2</sup> ou 0,71ha.

de Cardeal Mota descendente de família desapropriada pela criação do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 30/07/2014 por equipe do Projeto Cipó).

Uma comissão formada no âmbito do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal/IBDF verificou a viabilidade de se federalizar a área protegida criada, o que foi acordado com o governo de Minas Gerais (SOCT/CETEC, 1982c). Criado em 1984<sup>23</sup>, o Parna Cipó abrange mais de 32.000ha, cerca de 40mil campos de futebol, não sendo possível identificar a extensão exata de sua área devido às inconsistências apontadas em seu plano de manejo<sup>24</sup>:

Note-se que o cálculo destas porcentagens considera as áreas que constam da Tabela 3.6.1, que levam a uma área total de 33.446,68 ha, superior à área encontrada pela empresa “MW Projetos e Construções”, que foi contratada pelo IBAMA em 1997 para corrigir as imprecisões do memorial descritivo da área do Parque que consta de seu Decreto de criação, calculada em 31.617,8 ha, que tem sido a área adotada neste Plano de Manejo. A área total do Parque Nacional da Serra do Cipó vem se tornando uma questão polêmica. O Decreto de criação baseou-se na estimativa de 33.800 ha, que resultara do trabalho do CETEC, que usou os instrumentos da época, mais imprecisos. Por outro lado, o trabalho realizado pela empresa MW Projetos e Construções não foi acompanhado de perto na época por ninguém do IBAMA e tem claras imprecisões na definição de algumas linhas, quando comparado ao que determina o Decreto de criação do Parque. Além disso, seus resultados nunca foram oficialmente declarados como a nova delimitação do Parque. A soma das áreas de todas as propriedades que compõem o Parque, feita com as técnicas modernas de SIG e com limites perfeitamente justapostos, dá como resultado área de 33.446,68 ha, valor mais próximo da estimativa original dos anos 1980 do que dos 31.617,8 do relatório de demarcação da MW. Aparentemente esta discrepância aponta para a necessidade de se rever novamente estes limites. Entretanto, do ponto de vista prático, considerando a posição da equipe gestora do Parque, favorável à sua ampliação, e considerando que os principais trechos que suscitam dúvidas são as vertentes de Itabira, nas cabeceiras do Rio Tanque e da Lagoa Dourada (Jaboticatubas) – ambas áreas que deverão ter os limites alterados pela ampliação – torna-se pouco relevante dirimir esta dúvida, razão pela qual estamos mantendo ao longo de todo o Plano de Manejo a área de 31.617,8 ha como a área oficial da unidade (ICMBio, 2009c: 315-316).

O próprio ICMBio reconhece que a maioria dos conflitos surgidos em casos de unidades de conservação de proteção integral referem-se à sua questão fundiária (2009b: 77). Segundo o plano de manejo do Parna Cipó, o conflito fundiário da unidade foi reduzido consideravel-

---

<sup>23</sup> Decreto 90.223, de 25 de Setembro de 1984.

<sup>24</sup> Plano de manejo é definido no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros como “o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades” (Art. 6º do decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979). O plano de manejo do Parna Cipó será discutido posteriormente.

mente, pois 40% das terras delimitadas legalmente como parque nacional já havia sido adquirido pelo poder público durante a implantação do parque estadual, restando 60% do território para ser desapropriado. Esse processo é tratado pelos servidores do órgão ambiental como uma “aquisição amigável” de propriedades que ocorre, basicamente, quando moradores aceitam os valores de indenização propostos pelo poder público:

Dentro do ICMBio administrativamente a gente tem essa desapropriação amigável que é o seguinte: você tem uma terra dentro da unidade de conservação. Aí eu vou lá, vou te avisar: “Olha, você tá dentro de uma unidade de conservação. Tá aqui nossa instrução normativa e você tem que apresentar esses documentos pra gente pagar sua terra. Você vai lá, a gente abre um processo, você junta todos os documentos, registro imobiliário, é CTR do Incra, sua identidade, seu CPF, sua certidão de casamento, enfim, n documentos, a planta, memorial descritivo. Junta tudo aquilo ali. A gente analisa aquilo no âmbito técnico e fala assim: “Olha, esses documentos estão de acordo com a instrução normativa, tá tudo ok”. Aí manda pra procuradoria federal especializada. Eles analisam no âmbito jurídico: “Olha, beleza. Pode pagar”. Aí manda pra presidência e o ICMBio paga. Pronto, acabou. Você recebeu, a gente passou o título e foi embora (Gestora ambiental do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

A fala da gestora ambiental corrobora que a desapropriação e os valores de indenização não foram passíveis de ser negociados. Tal situação gera dúvidas quanto à clareza desse processo para as famílias desapropriadas, que tiveram dificuldades em compreender os procedimentos afins e/ou em obter a documentação exigida para esses casos, o que constato (i) através de depoimentos colhidos pela equipe do Projeto Cipó, em 2014, e (ii) pelo estudo de Monteiro (2011: 200). Aqueles que recusaram os valores de indenização apresentados pelo poder público foram encaminhados para desapropriações via processos judiciais, em 1987<sup>25</sup>, o que, apesar de lhes ser um direito, fez com que o processo de regularização fundiária do Parna Cipó fosse atrasado (ICMBio, 2009b: 78). Segundo a mesma gestora ambiental do Parna Cipó, a opção dos desapropriados pelo processo judicial foi grande:

**Gestora:** Na época próxima a criação do parque, foram instaurados, em praticamente todas as glebas que compõe o parque, processos judiciais de desapropriação direta e indireta. Então você tem... Você tem quase o mapa todo do Parque Nacional da Serra do Cipó em situação de desapropriação judicial. Qual que é a complicação disso? Você tem uma desapropriação administrativa. A gente conduz de modo administrativo com nossa instrução normativa, com a nossa procuradoria e etc. Você tem um caminho quase que como uma receita de bolo: seguir esse caminho. É... E a gente tem uma governança muito maior em relação a isso. É... Na justiça não. Na justiça, tá na justiça. A justiça dialoga com a procuradoria geral especi-

---

<sup>25</sup> Decreto 94.984, de 30 de setembro de 1987.

alizada. A gente é um mero executor praticamente das decisões. Então cada situação procê...assim, cada caso aqui é um caso a ser estudado. Não dá pra você falar que a situação da família [X] é tal, a família [Y] é tal. Aí você tem posseiro nesse meio, você tem proprietário de terra, você tem n situações diferentes.

**Gestor:** Você tem proprietários de terras que foi considerado no processo como posseiro.

**Gestora:** Exatamente. E aí isso aqui é uma infinidade de situações que às vezes pra gente que tá no executivo aqui é muito difícil, assim, buscar essas informações. Porque quem dialoga com a justiça é a procuradoria e muitas vezes a gente tem procuradores que não necessariamente dialogam com a gente, assim, de um modo muito fácil. Têm situações e situações claro. É... A gente tem muitos documentos copiados de processos judiciais.

**Gestor:** A propósito eu tenho uma informação que é relevante: o Parque Nacional da Serra do Cipó é uma exceção, digamos assim, entre as trezentas e quarenta unidades de conservação federais. Um dos poucos que tem praticamente 100% da sua regularização fundiária ok. Da sua situação fundiária ok.

**Entrevistadora:** Mas tá tudo lá na justiça, como assim ok?

**Gestor:** Não está. Você tem quase 80% que você não tem grupos populacionais dentro da unidade. Grandes... Você tem poucas famílias. É uma exceção a nível nacional. Em contrapartida, Sempre Vivas, que tá bem pertinho da gente, tem 100% da sua regularização fundiária não resolvida (Depoimentos colhidos, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

A inconclusão desses processos judiciais de desapropriação fez com que o território legalmente delimitado como Parna Cipó fosse tratado pelos gestores ambientais, durante as décadas de 1980 e 1990, como um conjunto de propriedades privadas, o que os impedia de intervir em seu uso e ocupação (ICMBio, 2009c: 313-314).

Situações em que a posse legal das terras não ficou definida envolveram o uso dos altos das serras por criadores de gado que utilizavam o manejo do fogo para induzir a rebrota do capim (ICMBio, 2009b: 77). O fogo era a única ferramenta disponível para abrir e renovar pastos e áreas de cultivo sendo que a remoção das matas era uma forma de comprovar o uso do território e consistia em uma das etapas necessárias para se obter a posse da terra (ICMBio, 2009c: 318). Ribeiro e Figueira (2011: 217) apontaram que o manejo do fogo foi a principal causa dos grandes incêndios ocorridos no Parna Cipó até os anos 1990. Outra causa para as queimadas dentro e no entorno da unidade são os incêndios propositais causados por pessoas que sofrem sanções de uso e ocupação do solo e/ou que enfrentam entraves referentes à questão fundiária do parque (ICMBio, 2009c: 324, 335). Em entrevista com um dos gestores ambientais do Parna Cipó, em abril de 2017, foi-me apontado que a maior parte das queimadas ocorridas na unidade são criminosas.

A supressão total do manejo do uso do fogo é apontada como provável fator de incentivo ao plantio de pastagens com espécies exóticas, comprometendo a proteção da biodiversidade (ICMBio, 2009c: 339). O manejo do fogo pode ser utilizado para se evitar o acúmulo generalizado de biomassa que, se incendiada, age como combustível, potencializando incêndios incontroláveis (ICMBio, 2009c: 341). Em entrevista com gestor ambiental que participou da redação do plano de manejo da unidade, foi-nos relatado que “hoje nós verificamos, não só no Cipó, que se não pegar fogo, acaba pegando fogo”<sup>26</sup>, indicando que percepções de servidores e diretrizes do órgão ambiental sobre o manejo do uso do fogo em áreas protegidas têm sofrido alterações.

Em 1989, visando findar a inação dos gestores ambientais frente a certos usos e ocupações do Parna Cipó, o órgão ambiental solicitou a imissão de posse do território (BRASIL, 2013: 1), tendo a obtido em 2006. Segundo Ferreira (2010: 133-134), com a implementação do parque, a imposição de regras sobre uso e ocupação do solo foi expandida para terras do entorno da unidade, o que muitas vezes era visto por seus moradores como autoritarismo por parte do órgão ambiental, como fica evidente nessa fala:

**Morador:** O IBAMA não deixa quase ninguém plantar fácil mais não. Num pode capinar, lavar uma terra, não pode roçar, não pode nada.

**Entrevistadora:** Nem fora do parque?

**M:** Nem fora do parque eles num deixa. Se a gente mexer eles vão lá e embarga.

**E:** Mas eles conseguem ver tudo que acontece?

**M:** Pois é, mas os outros entregam né.

**E:** Ahhh!!!

**M:** É, os outros entrega. Aí não tem jeito de plantar nada (Morador de Cardeal Mota, descendente de família desapropriada pela criação do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Ferreira (2010: 133-134) ressaltou que a percepção dos moradores do entorno do Parna Cipó sobre a unidade varia conforme sua localização geográfica. Segundo o autor, na porção oeste, ela é comumente tida como um entrave ao desenvolvimento regional, enquanto que na porção leste, é mais associada à proteção ambiental, embora em ambos os lados, seu papel para a expansão do turismo da região seja percebido como positivo para diversificar a oferta de produtos turísticos. O plano de manejo do parque já apontava para isso

---

<sup>26</sup> Fala colhida durante reunião entre membros da equipe do Projeto Cipó, representantes da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF/MG), representantes das Coordenadorias Central e Regional do ICMBio e do chefe do Parna Cipó ocorrida na sede do MPF/MG em 16 de maio de 2017.

e estabeleceu que a rotina de atividades de campo entre seus servidores era necessária “para que se reverta a percepção de que em certos locais nossas equipes nunca estão presentes”, bem como para que se adote mais e melhor a gestão integrada entre Parna Cipó e a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (ICMBio, 2009c: 389-390)<sup>27</sup>.

Em 1994, cerca de 10 anos após a criação do Parna Cipó, houve a primeira iniciativa efetiva de serem planejadas ações de gestão através da elaboração do Plano de Ação Emergencial/PAE<sup>28</sup>, planejamento síntese da unidade cujo foco foi priorizar e organizar ações urgentes a serem implementadas (ICMBio, 2009d: 2). A elaboração do PAE contou com a realização de um Seminário de Planejamento Participativo em que representantes de instituições atuantes na região contribuíram para a definição de ações a serem adotadas pela equipe gestora do Parna Cipó, o que incluiu (i) a abertura do parque à visitação pública, mesmo que de forma precária, (ii) o cálculo da capacidade de carga para essa visitação, (iii) a execução de ações visando sua consolidação fundiária (IBAMA, 1994 apud SANTOS, 2016: 272). Para Santos (2016: 275), esse conjunto de ações ainda consistiu em uma atuação e presença discreta do órgão ambiental na Serra do Cipó.

Passados três anos, o parque nacional recebeu aportes financeiros para sua implementação e gestão, em 1997, o que possibilitou a construção de estruturas físicas, a aquisição de

---

<sup>27</sup> Em 1990, houve a criação da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira/APA Pedreira (Decreto 98.891, de 26 de janeiro de 1990), englobando as áreas circundantes ao Parna Cipó. A área da APA também não pôde ser identificada com exatidão já que os valores contidos em seu decreto de criação divergem daqueles apresentados em seu plano de manejo, embora seja possível afirmar que APA e parque abranjam juntos cerca de 100.000ha, três vezes o tamanho de Belo Horizonte. Segundo Pereira (2014: 124), essa associação entre APAs e unidades de conservação de uso indireto é comum no Brasil. Segundo o plano de manejo do Parna Cipó, a gestão integrada das unidades foi implementada em 2003 (ICMBio, 2009d: 4). Contudo, em entrevistas com gestores ambientais, realizadas em abril de 2017, foi-me dito que a gestão integrada entre as unidades foi planejada, entre 2012 e 2013, e incluída em seu planejamento estratégico para os anos de 2014 até 2018. Segundo um desses gestores, embora presente no planejamento local, a gestão integrada Cipó-Pedreira não está formalizada perante as normas do ICMBio, o que impede que as unidades acessem políticas específicas para esse tipo de gestão, como o patrimônio coletivo de equipamentos e uma chefia única. Um dos gestores com quem conversei alegou que na prática não há muita diferenciação entre as atribuições dos analistas conforme sua lotação. Uma servidora apontou que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores ambientais da Serra do Cipó é o trato entre os servidores, que precisam compreender o funcionamento da gestão integrada para que não haja resistências que a comprometam, já que é preciso que todos participem.

<sup>28</sup> “Segundo o IBAMA (1994, p. 07), “considera-se o Plano de Ação Emergencial como um instrumento de planejamento de curto prazo, que objetiva desenvolver as atividades emergenciais a serem implementadas na área, para assegurar sua proteção e para dar início ao processo de integração com seu entorno, até a elaboração do plano de manejo. Seu período de vigência é de dois anos a partir de sua elaboração e aprovação pela DIREC (Diretoria de Ecossistemas/IBAMA/Brasília)” (SANTOS, 2016: 272).

veículos e outros insumos, a alocação de mais servidores que possibilitaram melhor funcionamento da unidade (SANTOS, 2016: 272). Segundo Chaves (2017: 59), a primeira estrutura edificada para o Parna Cipó foi sua sede na localidade conhecida como Alto Palácio (Figura 14), inaugurada em 1984, mesmo ano de criação da unidade, e que durante anos funcionou como sua sede administrativa. Borges (2011: 108) apontou que a estrutura física do parque, cuja construção foi finalizada em 1998 (ICMBio, 2009d: 2), está espacialmente concentrada, não atendendo à toda a extensão do Parna Cipó, havendo casas de apoio espalhadas pela UC, além da atual sede principal às margens do rio Cipó.

Após sua estruturação física, os servidores das unidades focaram na construção de processos participativos de gestão, priorizando seu plano de manejo e conselho gestor (SANTOS, 2016: 275). Segundo gestor ambiental “o plano de manejo é uma das maiores armas que a gente tem hoje pra fazer valer as decisões que foram tomadas” (Depoimento colhido, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).



Figura 14. Primeira sede do Parna Cipó que, desde 1998, é utilizada como ponto de apoio pela administração da unidade (Foto de Kátia Torres Ribeiro apud ICMBio, 2009c: 334).

Com a publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC, lei 9.985, de 2000, os conselhos tornaram-se obrigatórios<sup>29</sup> e a necessidade de se ter planos de manejo

---

<sup>29</sup> “Cada unidade de conservação de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando



para unidades de conservação brasileiras foi ratificada<sup>30</sup>, contudo, ainda se passariam alguns anos até que ambas determinações legais fossem alcançadas no âmbito da Serra do Cipó. Para Pacífico (2014: 71-72), os motivos que atrasaram a implementação do conselho e do plano de manejo – além de outras ferramentas participativas, como o termo de compromisso – para a região incluem a falta de capacitação de gestores ambientais e o apoio institucional para resolver pendências e descontinuidades da gestão.

Para Filippo e Ribeiro (2014: 196), um dos desafios de áreas protegidas é manter suas prioridades e dar conta das expectativas que geram mesmo com seus poucos recursos financeiros e humanos e as recorrentes mudanças no quadro de seus gestores. Segundo Santos (2016: 398), esse cenário de trocas constantes de chefias do Parna Cipó continua acontecendo nos últimos anos e essas alterações do quadro de funcionários interferem na continuidade de programas e projetos em andamento nessas unidades.

Dependendo de sua constância, mudanças de pessoal possam ser positivas ao possibilitar a diversificação de ideias e ações a respeito da proteção ambiental da região. Esses e outros fatores contribuem para que a situação fundiária do Parna Cipó seja postergada. Isso porque, conforme nos foi relatado pela atual equipe gestora da unidade, as tarefas dos servidores do Parna Cipó são repartidas por áreas temáticas sendo que o trabalho de regularização fundiária fica sobre responsabilidade de um único servidor. Conforme observamos nesses três anos de pesquisa, a servidora responsável por encaminhar a situação fundiária do Parna Cipó foi remanejada, em 2014, após trabalhar no caso pouco mais de um ano. A administração da unidade informou que, com a saída da servidora, o movimento para desvelar os processos de desapropriação do Parna Cipó ainda pendentes foi novamente cessado. Essa morosidade e descontinuidade no trato com os nativos só acirra a relação deles com a unidade de conservação pois adiam também o futuro de suas vidas.

---

for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42º, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade” (Art. 29º da lei 9.985, de 18 de julho de 2000).

<sup>30</sup> “As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. § 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. § 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. § 3º O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação” (Art. 27º da lei 9.985, de 18 de julho de 2000).

Entre 2003 e 2004, os gestores ambientais do Parna Cipó levantaram processos de regularização fundiária que corriam em juízo, concluindo que as terras que legalmente compõem o parque já haviam sido adquiridas e quitadas ou estavam em processo de desapropriação (ICMBio, 2009c: 314). Segundo esses gestores, as indenizações foram depositadas em juízo, não sendo repassados aos desapropriados em casos de propriedades em processo de inventário e formal de partilha ou de proprietários que não concordaram com os valores propostos (ICMBio, 2009b: 78):

Feito o levantamento fundiário, verificou-se que aqueles terrenos cujas indenizações não foram recebidas pelos proprietários estão na verdade envolvidos em processos nos quais uma das duas situações seguintes ocorreu: ou o terreno está incluído em inventário com inúmeros herdeiros que não se entendem, ou o proprietário não concordou com o valor da indenização estipulada com base em avaliações de peritos, fazendo uso de seu direito de recorrer contra o valor e atrasando o processo. Naturalmente, as pessoas que se sentem prejudicadas por situações de desapropriação não costumam ver o motivo da desapropriação com bons olhos. Trabalhamos no sentido de reverter a situação na qual a versão do “não pagamento” era difundida em toda a comunidade como verdadeira e para a qual não havia qualquer contestação. Procuramos divulgar ao máximo que a situação não era tão simples e que o IBAMA estava atuando com o máximo cuidado para não causar problemas sociais, apesar de já ter recebido imissão de posse sobre várias áreas ainda habitadas (ICMBio, 2009b: 78).

A não finalização da situação fundiária da unidade hoje decorre em certa medida da inadequação dos próprios posseiros. Embora tal adequação seja difícil para essas famílias, o órgão ambiental fez sua parte e quem está em débito são eles que não providenciaram os documentos exigidos pela justiça (Gestor ambiental. Depoimento colhido, em 19/04/2017, por Leonardo Souza).

Outros fatores complicadores dos processos de desapropriação do Parna Cipó foram a instabilidade econômica da época, cuja inflação fez com que valores destinados às indenizações fossem sendo corroídos através do tempo, desavenças familiares e propriedades em processo de inventário e formal de partilha (ICMBio, 2009c: 313). Alguns de nossos interlocutores incluem entre esses fatores situações como: (i) representantes de suas famílias à época serem iletrados (condição que permanece para alguns de nossos interlocutores) e (ii) somente grandes proprietários de terras terem sido indenizados, pois, além de mais bem instruídos sobre procedimentos legais, eles possuíam poder aquisitivo para contratar advogados. Alguns de nossos interlocutores apontam não compreender termos técnicos e ritos burocráticos referentes aos processos de desapropriação, o que evidencia as desiguais condições econômicas, sociais, culturais, políticas dos atores envolvidos nesses contextos, conforme ilustro a seguir:

Minha família até então não tinha noção do que, que era procurar advogado. Isso deve ter decorrido há mais ou menos uns 20 anos, pra poder entrar na justiça. Não tinha noção de direito, de lei. Eles achavam que o parque mandava mesmo e tinha direito de pegar aquela terra. Então eles nunca pensaram em lutar por aquilo (Moradora de Cardeal Mota descendente de família desapropriada pela criação do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 17/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

**Morador:** Esse parque não pagou nada.

**Entrevistadora:** Não pagou nada, nada? Nem a prefeitura?

**Morador:** Nada. Ninguém pagou nada. Os únicos que receberam aí foram os fazendeiros quando pegaram as terras deles. O resto eles não pagaram nada, mas nada mesmo (Moradora de Cardeal Mota. Depoimento colhido, em 19/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Para um gestor ambiental do Parna Cipó, a orientação jurídica é indispensável às famílias que aguardam a resolução de seus processos judiciais de desapropriação e nós com ele concordamos. Gestores ambientais, pesquisadores, promotores públicos já se empenharam para conseguir algum apoio da Defensoria Pública para essas famílias. Contudo, embora alguns interlocutores apontem que contrataram advogados particulares para acompanhar seus casos, até 2017, a orientação jurídica para os demais não foi obtida:

A questão judicial é uma coisa que a gente tem que trabalhar. Até falei com o [desapropriado]: “Pô, [desapropriado]. A gente consultou um advogado. Precisa de uma pessoa realmente pra...”. Foi a primeira coisa que eu falei com você: “[Desapropriado], cara, a gente não vai ter jeito. Não vai ter jeito”. Parece que alguns já tiveram algumas é...experiências não muito positivas com advogado. Achou que o advogado...sabe? A gente escuta: advogado isso, que advogado não fez, pegou meu dinheiro, que advogado e tal. Mas infelizmente, pra poder tocar isso, hoje, precisam de uma representação (Gestor do Parna Cipó. Depoimento colhido, em 17/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Em 2009, o plano de manejo do Parna Cipó apontou pendências fundiárias em 17 propriedades que compõe o território legalmente definido como Parna Cipó, o que corresponde a cerca de 20% da unidade (ICMBio, 2009c: 317). Em entrevista realizada em junho de 2017, gestores ambientais informaram que desde o levantamento efetuado durante a elaboração do plano de manejo, não houve mais esforços em elucidar a questão fundiária da unidade. A gestão dessa situação envolve ações distintas para cada um desses casos, implicando terras em processo judicial de indenização e sem documentação.

Em junho de 2013, os moradores do Retiro receberam notificação da administração do Parna Cipó intimando-os a desocuparem suas casas dentro de 30 dias em virtude da imissão de posse da propriedade de Joaquim Manoel de Siqueira expedida em favor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, em 1999, conforme

consta na notificação, fornecida por nossos interlocutores. O documento ainda aponta que, findado o prazo estipulado, ações para a remoção forçada desses moradores seriam adotadas.

Em entrevistas com gestores ambientais, em agosto de 2014 e em junho de 2017, fomos relatado que essa notificação foi encaminhada às famílias por determinação da Procuradoria Federal Especializada/PFE do ICMBio, que representa juridicamente o órgão ambiental. Segundo esses gestores, parte da gestão da unidade estava em desacordo com a expulsão dos moradores e empenhou esforços para redigir resposta à PFE se posicionando contra a reintegração de posse.

Em agosto de 2013, um procurador da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal/MPF redigiu recomendação contra a expulsão desses moradores. Ele ressaltou que a moradia vitalícia dessas famílias é estabelecida através do plano de manejo do Parna Cipó e que sua permanência é “menos nociva aos valores socioambientais do que os impactos de sua remoção forçada” (MPF, 2013a: 2).

Em setembro de 2013, a administração e o conselho do parque enviaram memorando à presidência do ICMBio se posicionando favoráveis à permanência das famílias residentes do Retiro, conforme o plano de manejo da unidade. No documento, os gestores ambientais apontam a necessidade de se (i) estabelecer termos de compromissos junto a essas famílias e (ii) efetuar o pagamento de suas indenizações, além de ter ressaltado a cooperação entre retireiros e gestores no âmbito da brigada de incêndios e do resgate a visitantes perdidos. Essa situação evidencia desconexões e divergências de opiniões e consultas entre setores do ICMBio, conforme foi ressaltado por alguns de nossos interlocutores e por Santos (2016: 223).

Em outubro de 2013, o promotor do MPF emitiu novo parecer indicando que o processo de desapropriação da propriedade de 159ha, pertencente a Joaquim Manoel de Siqueira, apresenta vícios insanáveis (irregularidade da citação dos proprietários das terras e a ausência de nomeação de curador especial) que justificam sua nulidade por ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (MPF, 2013b: 1). Ainda de acordo com o MPF, os herdeiros da propriedade só se manifestaram, em 1999, após serem notificados para se retirarem do terreno, provável momento quando tomaram conhecimento do processo judicial de imissão de posse. Nesse sentido, a exceção dos Miné que não são herdeiros de Joaquim Siqueira, os retireiros não foram indenizados por suas terras:

Não houve qualquer tentativa de identificá-los [os moradores do Retiro] ou de promover a citação pessoal, embora suas casas fossem facilmente identificáveis no terreno a ser desapropriado, como de fato foram no momento em que os moradores foram surpreendidos com a notificação para deixar seu local de moradia (BRASIL, 2013b: 7).

Segundo o promotor (Ibid: 6), dos 159ha da família Siqueira, apenas 38ha tiveram sua posse emitida em favor do IBAMA após uma pessoa de outra família ter comprovado sua titularidade e ter sido indenizada. Assim, o promotor cita decisão judicial, de março de 2013, que decidiu que os 121ha referentes à propriedade de Joaquim Manoel de Siqueira não tiveram sua indenização depositada em juízo, como pensavam os gestores ambientais. Baseando-se nessas informações, o promotor requereu a anulação do processo de desapropriação da propriedade, conforme consta a seguir.

Diante do exposto, requer o Ministério Público Federal:

- a) seja declarada a nulidade absoluta do processo em relação ao Espólio de Joaquim Manoel de Siqueira e aos proprietários de benfeitorias localizadas na área objeto de desapropriação;
- b) seja o ICMBio notificado a se abster de realizar qualquer ato voltado à remoção dos moradores que ainda residem na área inserida nos limites do Parque Nacional da Serra do Cipó (MPF, 2013b: 9).

Em setembro de 2016, esse promotor ajuizou ação civil pública contra o ICMBio e a União (MPF, 2016) requerendo a recategorização do Parna Cipó para uma unidade de conservação de uso sustentável ou sua desafetação parcial, excluindo o território parque sobreposto ao Retiro. O promotor apontou como dever do estado indenizar, por danos morais sofridos, antigos moradores do território legalmente transformado em parque e promover melhorias da qualidade socioeconômica, socioambiental, cultural das comunidades locais. Esse dever é uma forma de reparar danos coletivos infringidos a elas, o que deve incluir a criação de um centro de memórias que dê visibilidade à presença e às histórias dessas famílias. O promotor requereu ainda “a **instituição de uma Comissão da Verdade** para apurar com profundidade os fatos ocorridos durante a criação e implementação do Parque Nacional da Serra do Cipó” (MPF, 2016: 42), conforme ocorrido no âmbito do Parque Nacional da Serra da Canastra.

Em decisão liminar, de abril de 2017, foi ressaltado que a supressão ou recategorização de unidades de conservação dependem da aprovação de projeto de lei no âmbito do congresso nacional, não sendo passível de ser implementada via ICMBio. Contudo, o juiz responsável pela decisão não se manifestou quanto aos demais requerimentos da promotoria que aponte anteriormente.

Durante campo realizado em abril de 2017, o mural de informações da sede administrativa do parque continha um recorte de jornal sobre a ação civil pública movida contra o ICMBio. Perguntei a alguns gestores ambientais a respeito de suas percepções acerca da realização e do conteúdo da ação. Em suas respostas, eles associaram a ação pública como produto de nosso trabalho enquanto pesquisadores, pois boa parte do texto do promotor foi baseada em um relatório redigido por nosso grupo de pesquisa. Dentre os entrevistados, foi-me ressaltado que a ação pública é uma forma de fomentar o conflito entre retireiros e órgão ambiental e que promove desgaste das relações entre pesquisadores e gestores ambientais, sendo necessário melhorar o diálogo entre promotoria, órgão ambiental e universidade. Embora um gestor tenha frisado que o trabalho da administração não seja perfeito, ele classificou a ação civil pública como tentativa de negociação de direitos por: “apostar em solicitações exageradas para que outras mais brandas sejam atendidas” (Depoimento colhido em 19/04/2017, por Leonardo Souza).

A recategorização ou desafetação do Parna Cipó só pode ser viabilizada através da aprovação de projetos de leis afins. De certa forma, a desvalorização das terras dentro do parque, devido a suas restrições de uso, protege o Retiro de interesses ligados ao mercado imobiliário. Contudo, as propostas de indenização e criação de um centro de memórias podem promover os valores do lugar e seu caráter pedagógico de reparação, ressaltado pelo promotor (MPF, 2016: 38).

O certo é que, diante da dificuldade de acesso aos processos judiciais e administrativos de desapropriação e dos espólios e formais de partilha pendentes das propriedades que compõem o Retiro, a administração do Parna Cipó alega não compreender a situação fundiária do lugar, indicando que parte dos processos de desapropriação está sob o domínio do IBAMA e da Justiça. Um desses gestores concorda com o MPF que o melhor caminho para resolver essa situação seria anular os processos em curso “para que então a gente tenha oportunidade de trazer essas famílias pra que sejam citadas da forma correta e para que recebam aquilo que tem direito” (Depoimento colhido, em 28/10/2014, por equipe do Projeto Cipó).

Embora não tenhamos conseguido acesso aos processos que nos permitiriam compreender a questão fundiária do Retiro em sua totalidade, notas e planilhas elaborados por gestores ambientais acerca do levantamento fundiário do Parna Cipó, indicam que, na sua visão, o lugar é composto por pelo menos outras três propriedades. Não me foi possível também

estimar a área somada por elas. Segundo relatos<sup>31</sup> de servidores da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal de Minas Gerais, é preciso investigar essa situação. Alguns moradores podem ter recebido suas indenizações em parcelas, o que pode ter gerado a sensação de que os valores não tenham sido pagos ou foram menores do que o devido. Ainda segundo esses servidores, é possível que representantes legais desses moradores tenham sacado os valores sem nunca os terem repassado a seus legítimos destinatários. Também no caso das propriedades em processo de espólio e formal de partilha, um ou mais herdeiros podem ter recebido as indenizações sem tê-las repartido entre os demais.

Diante de tantas incertezas desde a abertura dos processos de desapropriação do Parna Cipó, surgiram versões sobre sua situação fundiária que “de tão repetidas, passaram a ser consideradas “verdades”” (ICMBio, 2009c: 313). Elas culminaram no sentimento para as famílias atingidas de que suas indenizações não foram pagas, o que prejudicou a imagem e a ação do órgão ambiental perante a população local (ICMBio, 2009b: 77).

O certo é que vários processos de desapropriação referentes ao Parna Cipó permanecem em aberto, evidenciando que a indenização de moradores de territórios transformados em áreas protegidas constitui processo moroso consumindo anos até ser concluído. Além dos retireiros que residem e/ou utilizam terras dentro dos limites legais do parque, proprietários e posseiros que deixaram suas terras devido à criação da unidade questionam judicialmente o pagamento inexistente ou irrisório de suas indenizações. Essa situação acarreta na convivência forçada entre gestores e moradores que, em muitos casos, possuem concepções, necessidades diferenciadas, o que deflagra tensões e conflitos (MONTEIRO, 2011: 178):

Realmente as unidades de conservação, vou falar do Brasil como um todo, não são criadas de uma forma que cesse todo o conflito quando a unidade começa a operar. Geralmente tem conflito com população, quando não tem conflito com população, não tem, às vezes, aquisição da área. A maneira ideal de criação, vejo eu, é que a união tem toda a titulação das áreas e não têm conflitos sociais e cria-se unidades de conservação (Gestor ambiental lotado no Parna Cipó. Depoimento colhido, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Segundo Santos (2014: 545, 552), conflitos sociais são disputas entre grupos que possuem posições diferentes sobre um mesmo tema e podem ser percebidos tendo-se como

---

<sup>31</sup> Falas colhidas durante reunião entre representante de uma família atingida pelo Parna Cipó, membros da equipe do Projeto Cipó e do Grupo de Estudos em Questões Agrárias (UFMG) e representantes da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF/MG) ocorrida na sede do MPF/MG em 21 de março de 2014.

plano de fundo o modelo de desenvolvimento de uma coletividade específica. Ainda segundo o autor, conflitos sociais devem ser analisados através da contradição de discursos e práticas, sendo impossíveis de serem captados de forma unilateral. Para Acselrad (2014: 7-8), o ambiente é objeto de contestação social e a existência de conflitos ambientais exprime as contradições provenientes da disposição espacial e do modo como são efetuados certos projetos, como empreendimentos industriais ou áreas protegidas. Conflitos ambientais são, portanto, disputas que envolvem as apropriações do mundo material por distintos grupos sociais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010: 17-18), mas que podem envolver disputas por recursos simbólicos, como o reconhecimento de identidades (MALAGODI, 2012: 3).

Para Santos (2016: 58), tensões e conflitos associados ao uso e ocupação do solo influenciam configurações socioespaciais e contribuem para a complexificação dos objetivos de proteção ambiental. Isso porque, além de administrar a UC, fiscalizar atividades, manejar a biodiversidade, os gestores ambientais devem se preocupar/ocupar em se aproximar e integrar com diferentes setores sociais. Essa aproximação implicaria na construção de práticas de governança cada vez mais democráticas, o que aumenta seu desafio e gera demandas, muitas vezes, contraditórias. Tal complexidade demonstra que a gestão de áreas protegidas vai além da conservação direta dos elementos da geobiodiversidade ao incluir relações entre pessoas (FILIPPO & RIBEIRO, 2014: 180). Para essas autoras, os desafios de gerir áreas protegidas envolvem não somente seus processos de concepção, criação, implantação, implementação, mas dependem da flexibilidade dos gestores ambientais nelas lotados.

Se no início de nossa pesquisa, em 2014, os gestores ambientais que entrevistamos colocavam que todas as indenizações haviam sido pagas e os proprietários das terras é que não se habilitaram para recebê-las, em nossas entrevistas mais recentes, em 2017, eles confirmam a existência de pagamentos pendentes. Isso demonstra terem ocorrido mudanças sobre a compreensão da questão fundiária da unidade por parte da administração da unidade. Conforme alegou um gestor ambiental, no que refere ao Retiro “somos posseiros do parque, não proprietários” (Depoimento colhido, em 19/04/2017, por Leonardo Souza).

A criação de áreas protegidas para a Serra do Cipó gerou expectativas e reações, positivas e negativas, tendo algumas delas sido amenizadas e outras agravadas com o passar do tempo (ICMBio, 2009b: 77). As principais questões enfrentadas por retireiros e gestores ambientais convergem para a situação fundiária do Parna Cipó, que segue pendente, há mais de



30 anos, devido à burocracia estatal, erros processuais, não comprovação da titularidade de terras e a própria morosidade do Estado. Legalmente, as áreas protegidas brasileiras, em seu conjunto, perderam seu caráter exclusivamente autoritário e restritivo, passando a incorporar propostas mais participativas e inclusivas, mesmo que ainda insuficientes para uma relação satisfatória entre humanos e ambiente. Para continuar com essas reflexões no âmbito do Parna Cipó, volto-me a seguir a compreender as normas ambientais estabelecidas no âmbito do Retiro, como elas foram tecidas, seus reflexos nas atividades dos retireiros.

# O Retiro no âmbito do zoneamento do Parna Cipó

Uma unidade de conservação deve possuir zoneamento, determinado em seu plano de manejo, que divida o território a ser protegido em zonas, onde cada uma delas possui em geral características, objetivos e normas próprios, proporcionando que todos os objetivos da unidade sejam alcançados com harmonia<sup>32</sup>.

O plano de manejo do Parna Cipó deveria ter sido elaborado até 1986<sup>33</sup> sofrendo revisões periódicas a cada cinco anos<sup>34</sup>. Sua primeira tentativa de elaboração foi iniciada, em 1989, através de um convênio entre IBAMA, Funatura, White Martins, Fundação Pró-Natura e Fundação Biodiversitas (IBAMA, 1994 apud FERREIRA, 2010: 120), mas complicações técnicas e jurídicas necessitaram ser investigadas, inviabilizando sua finalização à época (ICMBio, 2009c: 8). O plano de manejo do Parna Cipó foi finalmente publicado, em 2009, tendo sido elaborado pelos gestores ambientais da unidade e por consultorias contratadas.

Durante a elaboração do plano, gestores ambientais consideraram que toda a área da unidade já havia sido afetada por fatores como fogo, desmatamento, atividades agropecuárias, o que impediu que o zoneamento do parque fosse planejado com base em zonas com maior e menor interferência humana (ICMBio, 2009d: 10). A ocorrência de espécies ameaçadas e/ou endêmicas também não consistiu fator ideal para orientar o zoneamento da unidade, pois todas as porções do território a ser protegido apresentam elevadas taxas de diversidade e endemismo biológico. O zoneamento do Parna Cipó foi então elaborado, conforme a Figura 15, a partir de propostas para seu uso público, contemplando locais de visitação já consolidados e trilhas existentes, sem desconsiderar a distribuição espacial de alvos de proteção ambiental, como espécies e cavernas (ICMBio, 2009d: 11).

---

<sup>32</sup> Art. 2º, XVI da lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

<sup>33</sup> “É fixado o prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação deste Decreto, para elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó” (Art. 4º do decreto 90.223, de 25 de setembro de 1984).

<sup>34</sup> “O Plano de Manejo sofrerá revisão periódica a cada 5(cinco) anos, obedecendo-se no entanto o estabelecido no plano básico” (Art. 43º, § 2º do decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979).

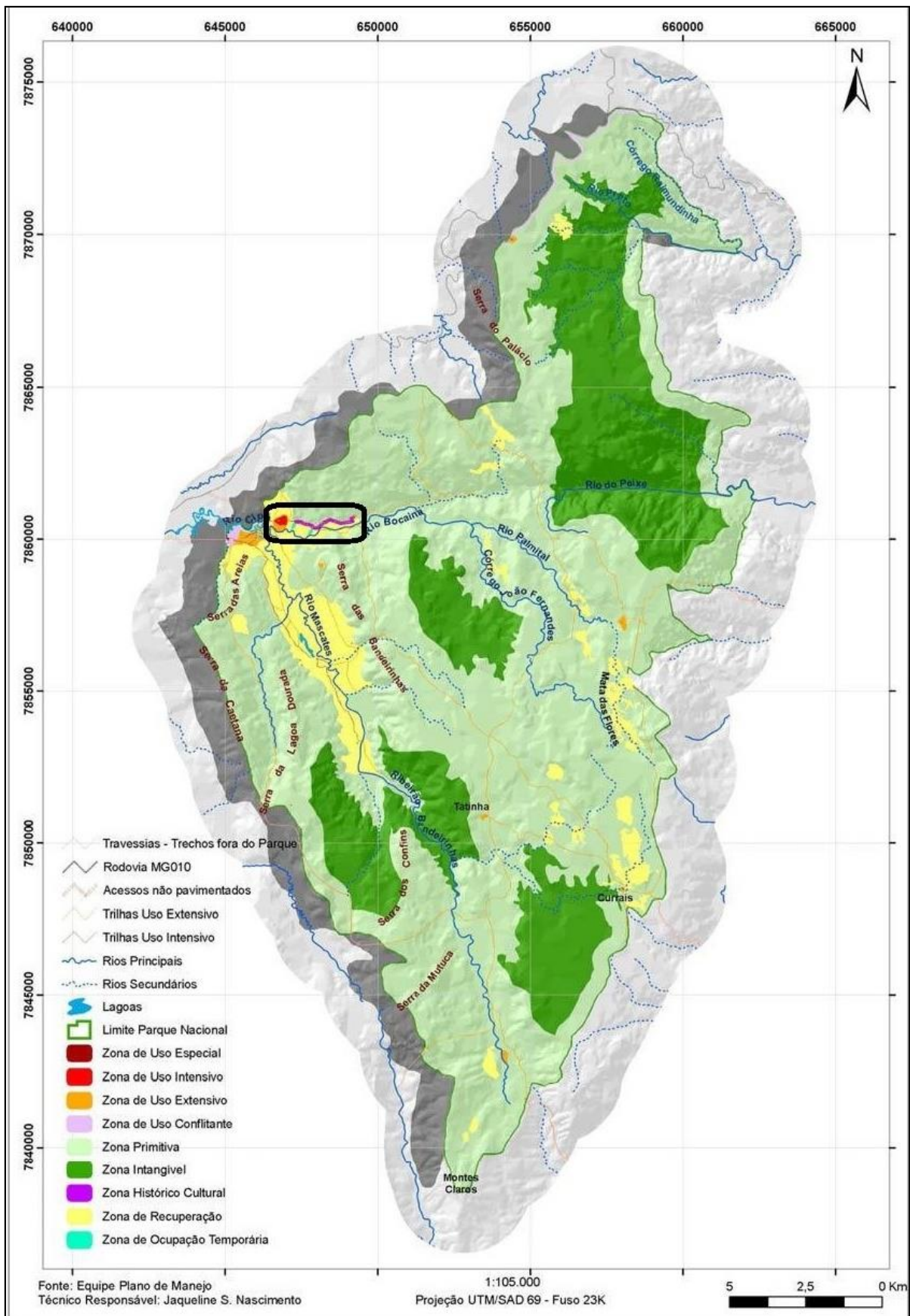


Figura 15. Zoneamento geral do Parque Nacional da Serra do Cipó (ICMBio, 2009d: 14). O retângulo preto destaca a região onde se localiza o Retiro.

O zoneamento do Parna Cipó adotou nove zonas: (i) uso especial, (ii) uso intensivo, (iii) uso extensivo, (iv) primitiva, (v) intangível, (vi) histórico-cultural, (vii) recuperação, (viii) uso conflitante e (ix) ocupação temporária. As sete primeiras já eram previstas pela legislação<sup>35</sup>, as duas últimas foram criadas pela administração da unidade visando melhor gerir usos não previstos legalmente em parques. Não objetivo neste estudo analisar o zoneamento da unidade por completo, mas sim compreender como as relações socioespaciais que configuram o Retiro enquanto lugar são reconhecidas no âmbito da administração do parque. Para isso analiso as zonas que configuram um recorte socioespacial sobre o Retiro: histórico-cultural, de uso especial, de ocupação temporária, de recuperação e de uso intensivo.

A zona histórico-cultural/ZHC, visível na Figura 16, engloba elementos histórico-culturais e/ou arqueo-paleontológicos que foram considerados pelos gestores ambientais como patrimônios a serem protegidos, estudados, restaurados para que possam servir de objetos de pesquisas e sensibilização ambiental. Ela abrange cerca de 24ha, o que corresponde a 0,06% do território legalmente delimitado como Parna Cipó.

---

<sup>35</sup> Art. 7º do decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979.

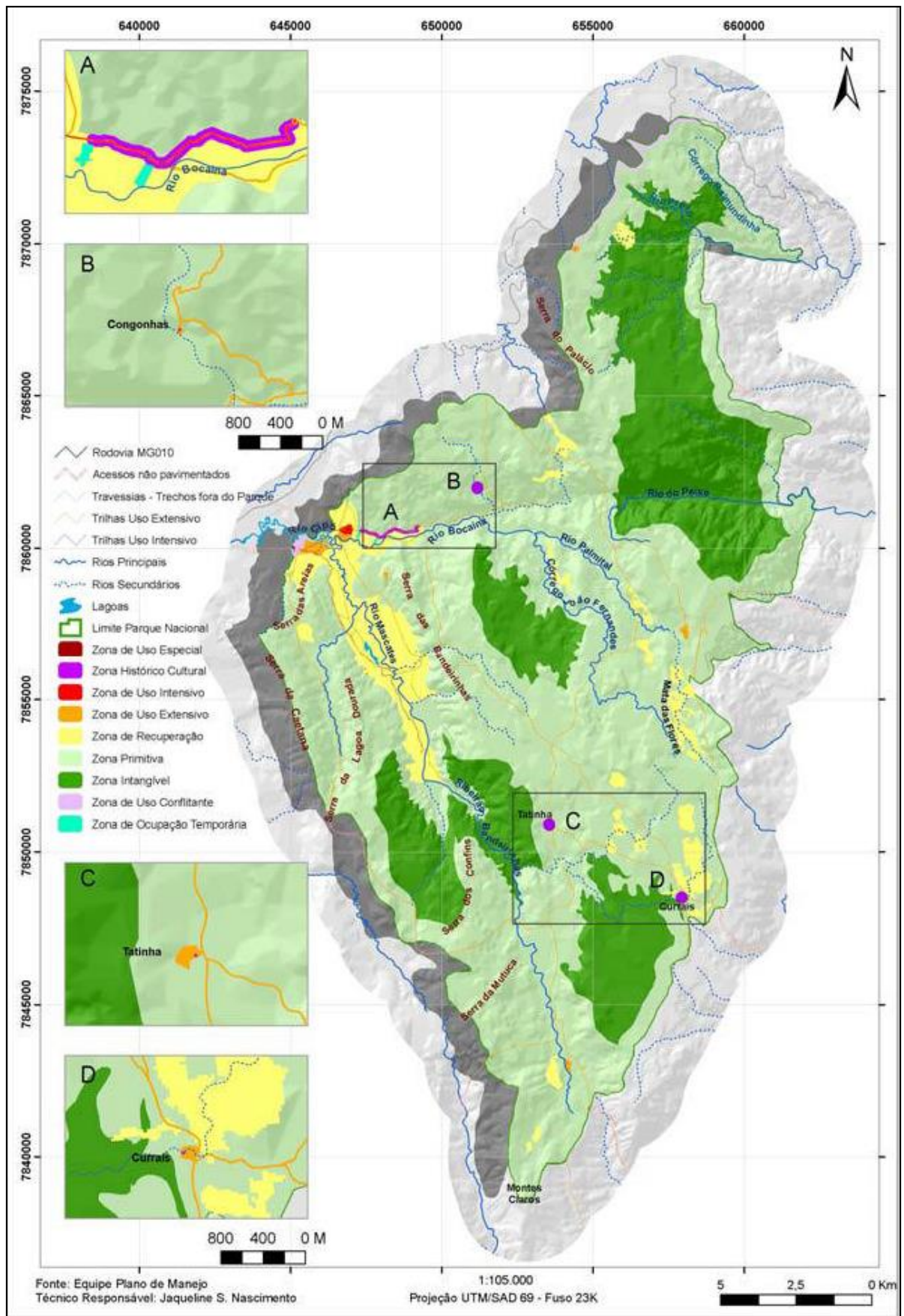


Figura 16. Localidades incluídas na zona histórico-cultural com destaque para A) Congonhas, B) Retiro, C) Tatinha, e D) Casa dos Currais (ICMBio, 2009d: 30).

Nessa zona estão enquadrados como de valor histórico-cultural: (i) sítios arqueológicos com pinturas rupestres, próximos ao Travessão, ao Congonhas, à antiga casa de Dona Adília<sup>36</sup> e à trilha para a cachoeira do Gavião; (ii) a Casa dos Currais<sup>37</sup>; (iii) as ruínas da Casa do Tatinha<sup>38</sup>; e (iv) o Retiro<sup>39</sup>, incluídas suas casas de pau-a-pique e/ou adobe, em especial a casa do Jó, conhecida como Casa Torta, e seu muro de pedra (ICMBio, 2009d: 29-32).

Segundo o zoneamento do Parna Cipó, os objetivos específicos da ZHC incluem proporcionar a visitação pública a seus elementos culturais estimulando atividades educativas e interpretativas, sem a remoção de quaisquer objetos e/ou evidências históricas. As casas apresentadas como patrimônio a ser protegido devem receber manutenção periódica (embora não sejam especificados os responsáveis por ela) com uso de técnicas próprias para seu tipo de construção, podendo ser destinadas a exposições e/ou pontos de venda de produtos locais. Embora o zoneamento incluía “todo o Vale da Bocaina – conjunto de casas de pau-a-pique e adobe no vale da Bocaina” (Ibid, p.30), suas normas permitem que casas, não consideradas de valor histórico, possam ser removidas ou destinadas a outras atividades de manejo desvinculadas do programa histórico-cultural, contudo, não são apresentados os critérios para a definição do valor histórico das construções.

O plano de manejo contém o planejamento de uso de construções incluídas na ZHC (ICMBio, 2009: passim – encartes 3 e 4). A Casa dos Currais e as ruínas da Casa do Tatinha são colocadas como pontos de apoio já em uso pela equipe gestora, brigada de incêndio, pesquisadores, turistas da unidade. Ao elaborarem o zoneamento, gestores ambientais consideraram que a casa de Dona Adília poderia ser utilizada como estrutura de apoio que incluísse área

---

<sup>36</sup> No plano de manejo do Parna Cipó, a grafia adotada é Odília ou Odila (ICMBio, 2009 – encartes 3 e 4), contudo foi utilizada aqui a grafia contida em depoimentos e documentos fornecidos por seus filhos.

<sup>37</sup> “Casa dos Currais: Construção antiga, anterior à criação do Parque, que servia de base de apoio aos criadores de gado bovino que utilizavam os planaltos da Serra do Cipó como pastagem de inverno. Mesmo após a criação do Parque e regularização fundiária da área, continuou sendo utilizada por pecuaristas até 2004, quando o gado foi retirado. A casa passou, então, a ser utilizada como ponto de apoio à gestão da UC, principalmente para plantões de brigadistas do esquadrão contratado nos povoados da vertente leste (ver seção 3.7). Trata-se de uma casa rústica, de pau-a-pique, com dois cômodos, com fogão a lenha, bica e chuveiro do lado de fora. As instalações sanitárias são precárias: apenas uma “casinha” com cobertura de zinco, onde há um buraco no chão, onde se joga cal periodicamente” (ICMBio, 2009c: 397).

<sup>38</sup> Casa de antigo morador, localizada na porção mais central do parque, de onde partem trilhas para todas as demais extensões da unidade, (ICMBio, 2009c: 332).

<sup>39</sup> No âmbito das definições da ZHC, o texto do plano de manejo não se refere ao Retiro, adotando a categoria vale do Bocaina, mas por especificar a inclusão do conjunto de casas ali existentes, adotou-se que Retiro e vale do Bocaina podem ser tratados como referentes ao mesmo lugar.

de descanso, banheiros, lanchonete, posto de rádio e heliponto atendendo caminhantes, brigadistas, guarda-parques (ICMBio, 2009d: 20, 143).

Para organizar a visitação pública ao parque, foram previstos roteiros turísticos (ICMBio, 2009d: 94-95). No âmbito da ZHC, está previsto o Roteiro Macaúbas (que inclui visita a afloramentos calcários, paredões, grutas e uma caverna do vale do Bocaina) e a Trilha da Bocaina (que promove passeio pelas casas de antigos moradores do Retiro, a serem transformadas em museus que resgatem as histórias e os modos de vida de famílias que viveram no território legalmente transformado em Parna Cipó):

É uma zona histórica cultural. Então a gente já tem, desde o plano de manejo, a cena pra essa possibilidade da gente ter ali uma coisa que inclusive você percebeu bem: falta muito o registro do que é a cultura. É uma tentativa do parque que as pessoas conheçam o modo de vida de como se vivia naquela época de criação do parque. Então, se você ver toda a descrição da zona, ela vai ao encontro dessa possibilidade que você tá colocando. [...] A zona do Retiro, zona cultural dentro do parque, é uma oportunidade muito interessante de produto turístico. A gente vê hoje... Como é que se encaixa da melhor maneira, as pessoas voltarem pra plantar e o pessoal ver eles lá plantando, ou seria eles fornecendo produtos como se fornecia naquela época? Como que vai funcionar da melhor maneira que atenda e se mantenha a cultura? (Gestor ambiental lotado no Parna Cipó. Depoimento colhido, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes).

Outro setor definido no zoneamento do parque de suma importância para compreendermos a situação de ocupação dos retireiros é a zona de ocupação temporária/ZOT, indicada na Figura 17. Ela foi criada como forma de buscar garantir a integridade das terras dentro do Parna Cipó onde não houve regularização fundiária. Ela é formada por duas glebas que juntas somam menos de 4ha, 0,01% do território legalmente definido como unidade de conservação, planejadas para incluir locais ocupados por populações humanas (ICMBio, 2009d: 11, 41-43).

Em entrevista com gestor ambiental que participou da redação do plano de manejo da unidade<sup>40</sup>, foi-nos relatado que as duas glebas que constituem essa zona correspondem às casas e áreas de uso de Piedade e Dionísio e Ildeu e Fatinha. Em artigo publicado, esse mesmo gestor alega que, durante elaboração do plano de manejo, houve

preocupação de evitar criar situações de risco de sobrevivência a moradores que identificamos como vulneráveis. E em decorrência desta preocupação, foram delimitadas duas “Zonas de Ocupação Temporária” (ZOT), que consistiam em áreas destinadas à permanência, pelo resto de suas vidas, de dois irmãos idosos e com

---

<sup>40</sup> Fala colhida durante reunião entre membros da equipe do Projeto Cipó, representantes da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF/MG), representantes das Coordenadorias Central e Regional do ICMBio e do chefe do Parna Cipó ocorrida na sede do MPF/MG em 16 de maio de 2017.

problemas mentais e de mais um morador, também portador de distúrbios mentais. Recorremos, na época, a um psiquiatra, que confirmou que seria um risco à vida daquelas pessoas sua eventual retirada compulsória do local onde moravam. As ZOT garantiriam sua permanência, mesmo que as propriedades em que se localizam tivessem sido inteiramente indenizadas (MADEIRA, 2013).

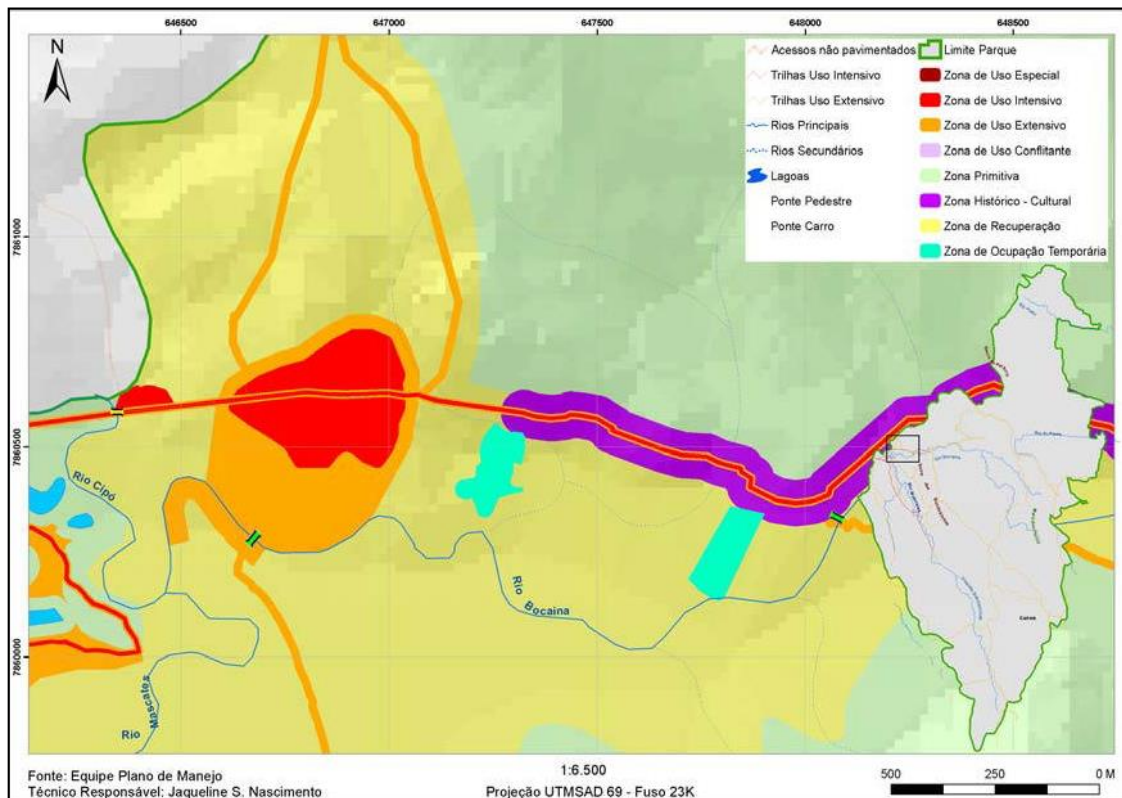


Figura 17. Os dois polígonos que compõem a ZOT (ICMBio, 2009d: 41).

Essas glebas foram zoneadas após diagnóstico médico e social, apontando que seus núcleos familiares não seriam capazes de se adaptar ao meio urbano próximo devido à idade avançada e/ou doença mental de alguns de seus membros à época de elaboração do plano de manejo. Esse cenário se assemelha ao estudo de Tuan (1983: 190) que indicou que laudos médicos e sociais podem indicar a preocupação de que pessoas sejam forçadas a viver fora de seu lugar. Apesar de prever a permanência vitalícia desses dois núcleos familiares, a ZOT não contempla seus eventuais herdeiros ou demais moradores do Retiro (ICMBio, 2009d: 42).

A ZOT visa evitar novas transformações antrópicas da paisagem e biodiversidade do Retiro disciplinando práticas de subsistência de seus moradores. As normas ambientais que a regem proíbem: (i) a ampliação e/ou abertura de novas áreas de cultivo, (ii) a construção de novas estruturas e/ou a ampliação das existentes e (iii) a adoção de manejo do uso de fogo como técnica agrícola. Ficou estipulado também que as residências incluídas na ZOT deveriam ser equipadas com instalações sanitárias com fossas sépticas, a serem custeadas pelo poder público. As demais águas residuais devem receber tratamento antes de serem despejadas em



cursos d'água. Por fim, visitas a esses moradores passam a depender da realização de cadastros junto à portaria local do Parna Cipó (Portaria Retiro). A ausência dessas instalações sanitárias perdura até o presente, pendência do plano de manejo ressaltada na ação civil pública promovida contra o ICMBio (MPF, 2016: 31-33).

As atividades de usuários e demais moradores foram enquadradas na zona de recuperação/ZRE. Essa zona objetiva reverter transformações antrópicas, consideradas no sentido de degradação da natureza, como, por exemplo, a ocorrência de espécies exóticas e erosões (ICMBio, 2009d: 11, 13, 32-34). A ZRE possui quase dois mil hectares, 6% do território legalmente delimitado como Parna Cipó, e engloba eucaliptais (a serem derrubados e utilizados para a construção de novas estruturas para o parque), pastos, erosões e, mais especificamente, os vales do Mascates e do Bocaina, ou seja, o Retiro.

A maior parte do Retiro é delimitada como área de recuperação, o que revela inconsistências do zoneamento. Embora o zoneamento traçado conforme Figuras 18 e 19 indique que a ZHC abarca apenas a trilha do Retiro, o texto do plano de manejo traz claramente que nela está contido “todo o vale da Bocaina – conjunto de casas de pau-a-pique e adobe no vale da Bocaina, em especial a “casa torta”, bem como os muros de pedra, área correspondente aos antigos quintais e trilhas e estradas de acesso” (ICMBio, 2009d: 30). Entretanto, ambas as figuras mostram que essas casas estão enquadradas no âmbito da ZRE, deixando brechas a interpretações que podem desconsiderá-las como pertencentes à ZHC, negligenciando-as como patrimônio histórico-cultural e vulnerabilizando o lugar. Essa vulnerabilização não somente está prevista no plano de manejo, como encontra-se em curso no Retiro no âmbito da zona de uso especial/ZES, indicada na Figura 18.

O objetivo da ZES é receber instalações do Parna Cipó que, para o Retiro, incluem (i) construção de centro de operações, alojamento para funcionários da unidade, centro de visitantes, portaria, mirante e estacionamento e (ii) reforma de casas de moradores e construção de novas para serem utilizadas como casas funcionais<sup>41</sup> (ICMBio, 2009d: 15-19).

---

<sup>41</sup> Segundo o art.27 do decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979, constituem residências utilizadas por prestadores de serviços lotados na unidade.

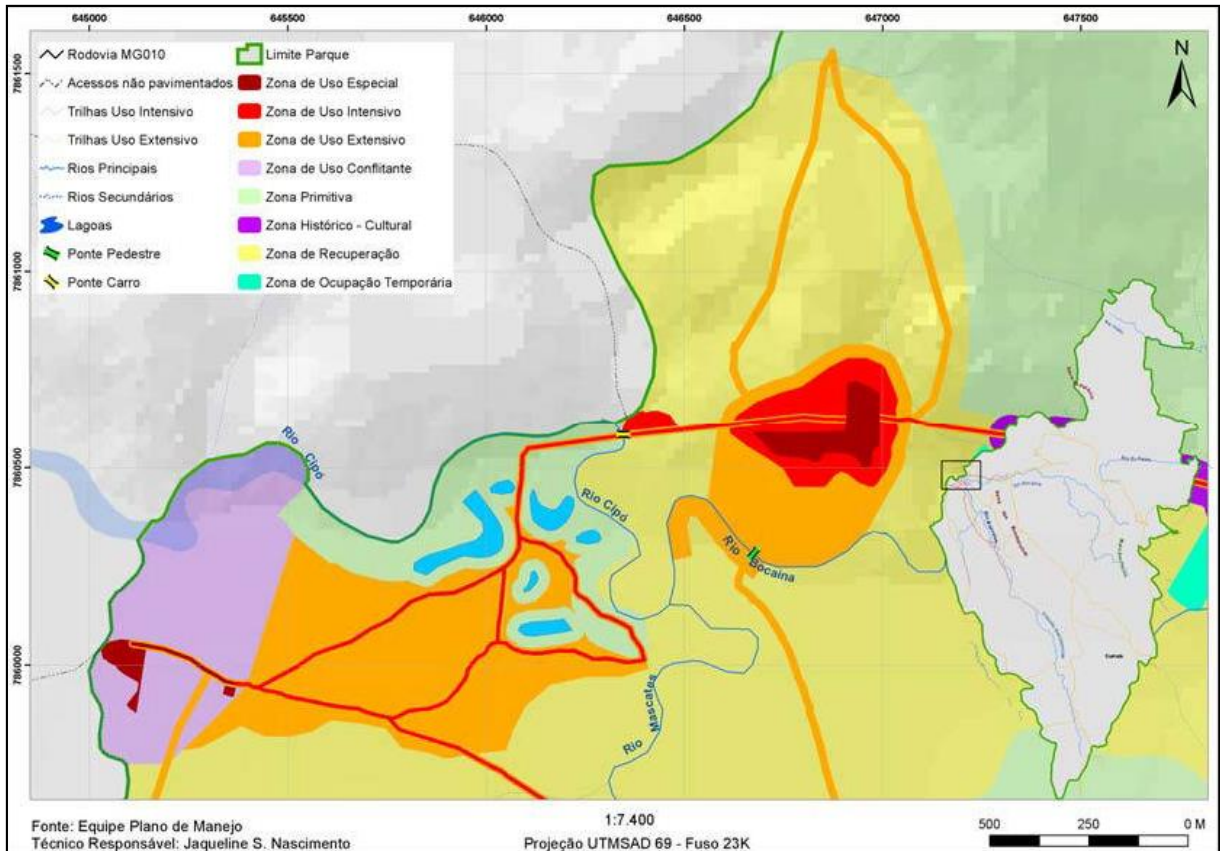


Figura 18. Zona de uso especial do Parna Cipó (ICMBio, 2009d: 17).

As obras para instalação dessas estruturas foram iniciadas, em 2014, e, segundo foi nos informado por gestores ambientais, em janeiro do mesmo ano, elas foram administradas no âmbito do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais em cumprimento à compensação ambiental referente às obras de pavimentação da MG-010 também de responsabilidade do órgão. As obras envolveram a pavimentação da rua do Engenho, desde a MG-010 até a portaria Retiro do Parna Cipó, e a construção da nova portaria do parque segue inacabada, pois as obras foram paralisadas no mesmo ano. Em janeiro de 2017, o ICM-Bio multou o DER devido aos atrasos e paralisações das obras que, segundo gestores ambientais, trazem riscos de acirrar processos erosivos, comprometem cursos d'água, descaracterizam pontos turísticos e culturais da região (ICMBio, 2017).

Essas obras foram iniciadas em fevereiro de 2014, antes de minha primeira visita ao Retiro e, dessa forma, quando conheci sua trilha ela já havia sido aberta para ser pavimentada. As obras geraram reclamações por parte de retireiros, envolvendo casos em que volumes de terra foram escoados pela chuva até a porta da casa de um morador do Retiro. Alguns retireiros apontaram se sentir beneficiados pela pavimentação da rua do Engenho, pois seu deslocamento se tornou mais fácil, sobretudo para casos de emergências médicas. O calçamento

evitava que eles tivessem que caminhar sobre a lama em dias de chuva. Contudo, outros ressaltaram que, apesar do caminho ter ficado mais fácil de ser percorrido, antes era mais tranquilo caminhar por ele, pois havia mais árvores fazendo sombra. Na perspectiva desses interlocutores: “o Retiro ficou mais longe” (Depoimento colhido, em 03/03/2015, por equipe do Projeto Cipó).

Dentre suas colocações, os retireiros apontaram ter se assustado com a largura das vias abertas e com a quantidade de árvores derrubadas para a realização das obras, conforme podemos visualizar através das Figuras 19 e 20. Podemos notar nessas imagens o alargamento da rua do Engenho e da trilha do Retiro, a derrubada de vegetação, a realização de cortes no solo que envolveram a pavimentação de vias para a portaria Retiro do Parna Cipó.



Figura 19. Vegetação derrubada e cortes do solo realizados, em 2014, durante pavimentação de vias e a construção da portaria Retiro do Parna Cipó (Registros de 2014 do arquivo do Projeto Cipó).

Um gestor ambiental que alega ter participado da elaboração do projeto menciona que houve um erro de execução: “não era pra ter sido feita aquela abertura que foi feita lá dentro do parque assim, abrir, para fazer a estrada, abrir uma quantidade tão larga que eles fizeram né” (Depoimento colhido, em 19/08/2014, por equipe do Projeto Cipó). Em 2016, outro gestor ambiental relatou que os cortes realizados no solo não foram precedidos de estudos geológicos. Durante as escavações, o traçado da estrada teve que ser alterado duas vezes, pois as máquinas encontraram camadas rochosas que precisaram então ser evitadas.

Em entrevista com gestores ambientais, em janeiro de 2014, foi relatado à nossa equipe que o projeto dessas obras foi planejado “como medida compensatória há mais de década”, sem participação de quaisquer populações locais, mas que “apesar de ter decidido, a gente sente falta de um apoio, de melhorar a interlocução e conversar com os moradores é...saber o que traz benefícios, o que que não traz” (Depoimentos colhidos, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes). Relatos de alguns retireiros apontam que essa interlocução não foi

alcançada, já que eles não foram nem sequer informados de quando as obras seriam realizadas. Em julho de 2014, um retireiro relatou ter solicitado à administração do Parna Cipó o projeto das obras antes de seu início, mas seu pedido nunca foi atendido.

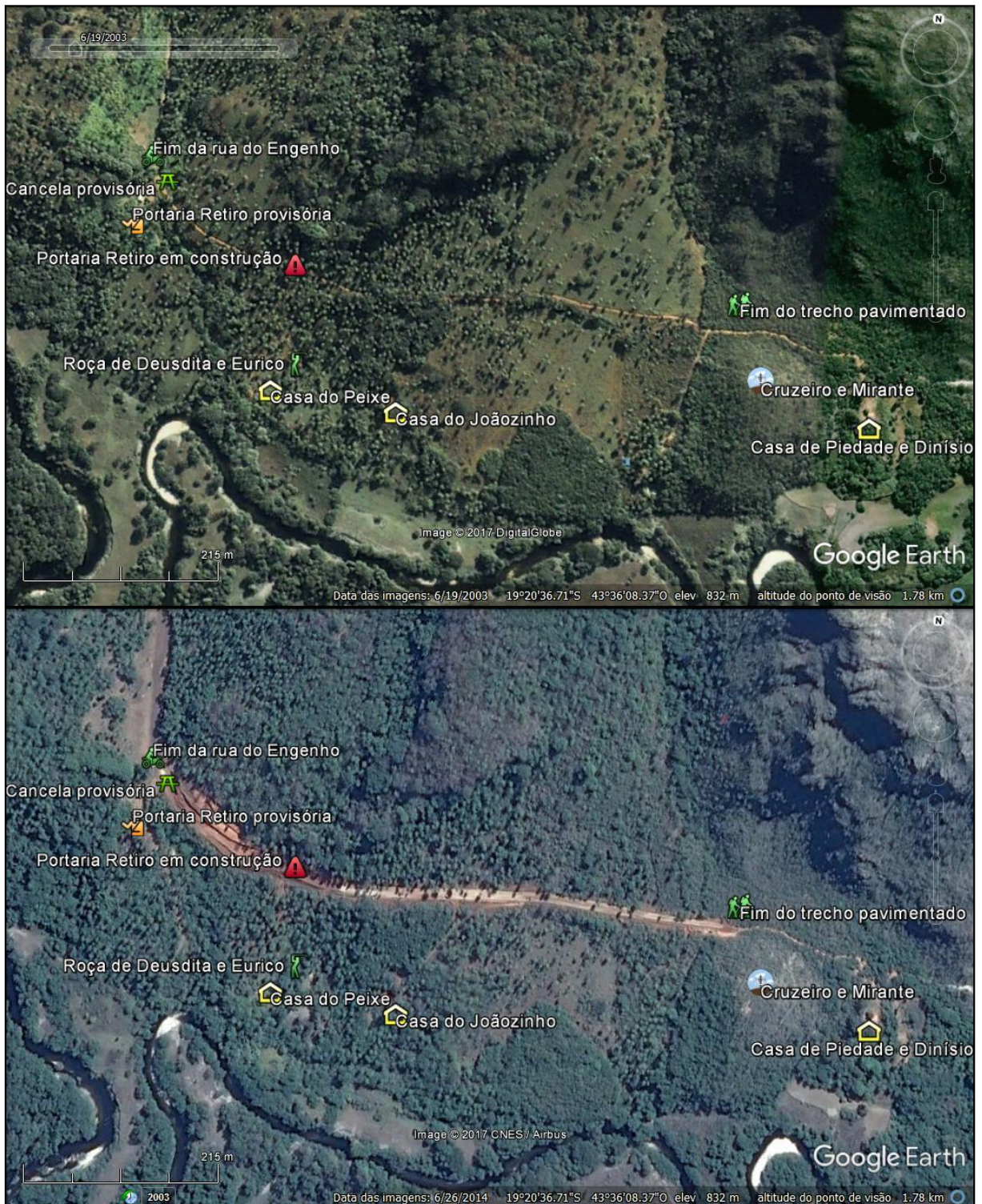


Figura 20. Visões aéreas do Retiro em junho de 2013, antes das obras, e junho de 2014, depois das obras.

Durante esse campo, indagamos à administração da unidade sobre a solicitação do morador e fomos informados de que o diálogo fora realizado: “O pessoal foi lá, conversou,

esclareceu sobre as obras, ouviu, etc.” (Depoimentos colhidos, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó). Segundo a gestora que participou dessa entrevista, existem famílias divididas por desavenças internas e isso dificulta ainda mais que os servidores ambientais sejam ouvidos e se fazer entendidos, pois nem todas as pessoas estão dispostas a conversar com eles.

Outra intervenção promovida pelas obras foi a construção de um mirante no morro do cruzeiro, onde, conforme relatei anteriormente, os retireiros realizavam práticas religiosas no passado. Na Figura 21, podemos visualizar que o mirante ficou bem próximo ao cruzeiro. De acordo com um gestor ambiental, existe um projeto para reformular a trilha que leva ao cruzeiro, tornando-a mais acessível aos idosos e demais interessados em subir até o topo do morro (Depoimento colhido, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes). Contudo, desde nossa última subida no morro do cruzeiro, em julho de 2016, sua trilha continuava a mesma: subidas íngremes que eram ainda mais difíceis de subir devido ao chão de cascalho.

Todos os retireiros que entrevistamos sobre o cruzeiro alegaram fazer anos desde que subiram ao topo do morro pela última vez. Embora não esteja associando esse fato às obras ou a quaisquer outras normas ambientais, a familiaridade com o morro do cruzeiro tem sido perdida, o que corresponde a um aumento da distância ecológica entre ele e os retireiros. De acordo com Gallais (1998: 12-13), distância ecológica refere-se ao modo como os humanos percebem o meio físico através de gradientes de significância. Nesse caso, a distância ecológica aumenta entre cruzeiro e retireiros, que deixam de experimentar o lugar.

Ribeiro e Drumond (2013: 469) que, ao mesmo tempo em que moradores de territórios transformados em unidades de conservação de proteção integral encontram restrições para suas atividades, sua presença torna-se um desafio para a equipe gestora consolidar objetivos da unidade. Embora o zoneamento do Parna Cipó intencione assegurar e, com isso visibilizar, o Retiro e os retireiros (sobretudo criando a ZOT e adotando a ZHC), ele também engendra certos incômodos.

Primeiramente, existem diferenças em como o lugar é tratado no âmbito do zoneamento. Na ZOT, dois núcleos familiares de retireiros aparecem enquanto realidade presente, enquanto pessoas que dependem do lugar para viver, cuja identidade está a ele atrelada. Ainda segundo o plano de manejo, a interferência da presença e das atividades desses moradores é considerada insignificante para a proteção ambiental do Parna Cipó. Já na ZHC, assim

como nas demais zonas que analisei aqui, o lugar é retrato enquanto passado, algo a ser restaurado para ser lembrado ou transformado para ganhar novos usos e significados.



Figura 21. O cruzeiro do Retiro, em primeiro plano, e ao fundo o mirante do Parna Cipó (2015).

Em segundo lugar, há então a invisibilização quanto à presença de usuários do lugar, cujas atividades não entram no planejamento territorial da unidade. Mesmo as atividades dos moradores são associadas a atividades danosas para a biodiversidade, ressaltando-se suas práticas de cultivo e trato de animais como usos que levam “a incêndios recorrentes e à grande infestação por carrapatos” (ICMBio, 2009d: 33).

Em terceiro lugar, o texto não apresenta aberturas à negociação dos termos para usos e ocupações do Retiro. Nele alega-se que “casos omissos serão resolvidos pela administração do Parque em conjunto com as instâncias técnicas do órgão gestor, se necessário com o apoio da sua divisão jurídica” (ICMBio, 2009d: 42). Embora o texto não indique haver abertura de diálogo com demais atores locais, discuto posteriormente que existe flexibilização desses termos. Para uma futura revisão do plano de manejo do Parna Cipó, será indubitavelmente necessário maior e melhor envolvimento dos retireiros e demais atores locais.

Por fim, embora a ZHC preveja a realização de programa cultural que valorize os modos de vidas das famílias que viviam no lugar antes da criação do Parna Cipó e a ZOT assegure a moradia permanente de algumas famílias, a ZES traz todo um planejamento, já em execução, para transformar o Retiro na nova sede principal do Parna Cipó. Conforme aponta um gestor ambiental que participou da elaboração do plano de manejo, em entrevista concedida em setembro de 2014, a nova sede foi planejada para receber todo o fluxo turístico da unidade.

No âmbito da ZES, o lugar é tratado unicamente como porta de entrada do Parna Cipó, ou seja, sem considerar os interesses e usos dos retireiros. Diante dessas observações, ressalto a necessidade de revisão do zoneamento da unidade em conjunto com os retireiros, conforme apontado pelo promotor público (MPF, 2016: 28).

É possível sentir as mudanças de significado com o lugar promovidas pelas obras: parte da trilha do Retiro foi transformada em rua, o velho cruzeiro segue quase que apagado ao lado do imponente novo mirante. Embora a pavimentação da rua do Engenho até o Retiro tenha trazido maior conforto àqueles que a percorrem, sobretudo por diminuir a poeira da terra que experimentamos no início de 2014, o lugar fica mais exposto a outras transformações socioespaciais decorrentes da movimentação massiva de veículos e visitantes.

Entre 2014 e 2017, período em que realizamos nossas atividades de campo, com exceção de Piedade que segue ignorando seus desconhecidos, os retireiros alegam não se incomodarem com os turistas. Alguns demonstram interesse em explorar comercialmente sua circulação pelo lugar vendendo-lhes produtos, como bebidas e lanches industrializados.

Conforme mencionei anteriormente, normas ambientais discutidas nesta parte do texto constituem fatores que comprometem a identidade e os sentimentos de afeto com o lugar. Contudo, é preciso considerar que normas não sejam sempre aplicadas conforme textos legais e que a conciliação de atividades socioeconômicas em territórios a serem protegidos ainda constitui desafios difíceis a serem solucionados. Dedico-me a seguir a compreender se e como retireiros e gestores ambientais interagem para resolverem situações de tensão e conflito que envolvem o lugar e as normas ambientais, usos, ocupações, apropriações.

# Resistência retireira

Para compreender as relações entre normas ambientais e usos, ocupações, apropriações e significados do lugar, debruço-me sobre as formas como os retireiros lidam com as regras que são impostas ao Retiro, bem como as formas como os gestores ambientais negociam a presença dos retireiros no parque.

Através de minhas experiências em campo, observei que algumas atividades realizadas pelos retireiros não seguem as normas ambientais estabelecidas no plano de manejo do Parna Cipó. Os retireiros adotam certos comportamentos que constituem formas de manter e adaptar suas dinâmicas socioespaciais às restrições de uso e ocupação do lugar, estabelecidas no âmbito do parque. Para entender melhor esse contexto de resistência e adaptação, sintetizei as situações de uso e ocupação do lugar, as principais atividades e a condição diante do zoneamento do Parna Cipó de cada núcleo familiar retireiro, conforme a Tabela 3.

Tabela 3. Condições de uso e ocupação do lugar, principais atividades e situação dos retireiros no zoneamento do Parna Cipó entre 2014 e 2017.

SITUAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO	NÚCLEO FAMILIAR	PRINCIPAIS ATIVIDADES	CONDIÇÃO NO ZONEAMENTO
Moradores	Piedade e Dionísio	Moradia, cultivo, criação de animais, manutenção de estruturas	Zona de Ocupação Temporária
	Ildeu e Fatinha		
	Peixe		Zona Histórico-Cultural Zona de Recuperação Zona de Uso Especial
	Zé Levi e Cidinha		
Usuários	Deusdita e Eurico	Cultivo	Zona Histórico-Cultural Zona de Recuperação Zona de Uso Especial
	Zé Miné e irmãos	Criação de animais	
Veranistas	Joãozinho e família	Lazer, memória familiar, manutenção de estruturas	Zona Histórico-Cultural Zona de Recuperação Zona de Uso Especial
	Geraldo e família		
	Família do Jó		

Populações atingidas por áreas protegidas são comumente diferenciadas entre residentes e usuárias, como, por exemplo, fez Talbot (2016). Adoto três categorias para distingui-los, pois observei diferenças consideráveis dentre usuários do Parna Cipó, sobretudo quanto às suas atividades realizadas e à forma como seu uso é percebido pelos gestores ambientais.

Considero então que os retireiros possam ser distinguidos quanto a sua situação de uso e ocupação do lugar entre moradores, usuários e veranistas. Os moradores possuem casas no Retiro que constituem suas residências permanentes. Além da moradia, todos ocupam o lugar através da criação de animais; do cultivo de roças, hortas e pomares; e da manutenção



de estruturas físicas, como suas casas, cercas, currais. Apesar de haver quatro núcleos familiares de moradores, apenas dois estão formalmente incluídos na ZOT que é, até o momento, o instrumento que assegura com maior segurança a condição de moradia dessas famílias.

Conforme apontei anteriormente, as principais restrições que as duas famílias enquadradas na ZOT enfrentam referem-se à limitação de suas áreas de cultivo e à proibição de técnicas agrícolas, como o manejo do fogo. Essas restrições também são válidas para os outros dois núcleos familiares situados fora da ZOT e que, por isso, não foram contemplados com a regulamentação de sua condição de moradia.

Os usuários constituem núcleos familiares compostos (integralmente ou em parte) por pessoas que nasceram e foram criadas no Retiro, mas acabaram sendo retiradas do lugar, durante diferentes fases de implantação do Parna Cipó. Após anos afastadas do lugar e sem serem devidamente indenizadas, essas pessoas retornaram aos seus terrenos do Retiro para cultivar alimentos ou criar seus animais. Sua principal restrição é não ter seu uso regulamentado. Entretanto, a falta de estruturas físicas mínimas, como coberturas de lona para abrigarem a si ou a seus animais lhes dificultam a manutenção de suas atividades.

Assim como os moradores, os veranistas possuem casas no Retiro, contudo não as utilizam como residências permanentes, mas como casas de veraneio, ou seja, para fins de relaxamento. Essas famílias vão ao Retiro para se reunir, cozinhar, tomar banhos de rio. Esse grupo também não possui seus usos regulamentados e, além disso, são formalmente impedidos de realizarem manutenção de suas casas.

A primeira vez que ouvi o termo veraneio ser associado a esses moradores foi durante entrevista com um gestor ambiental. A princípio, julguei o termo incapaz de captar a totalidade dos interesses e das atividades realizadas por esse grupo no lugar. Contudo, o uso pela administração do parque revela a forma como os gestores ambientais percebem os interesses desses retireiros. Adotei a categoria, entretanto ressaltando que os usuários, assim como os demais retireiros, mostraram-me que as atividades que efetuam no Retiro são práticas materiais com reflexos simbólicos para sua identidade e afeição com o lugar.

Observo ainda que moradores, usuários e veranistas não constituem perfis de retireiros totalmente discrepantes já que suas situações de usos e ocupação do lugar e atividades

realizadas apresentam semelhanças, conforme esbocei na Figura 22. Por exemplo, que, apesar de não possuírem casas, as atividades de usuários e moradores apresentam mais semelhanças do que as de moradores e veranistas.

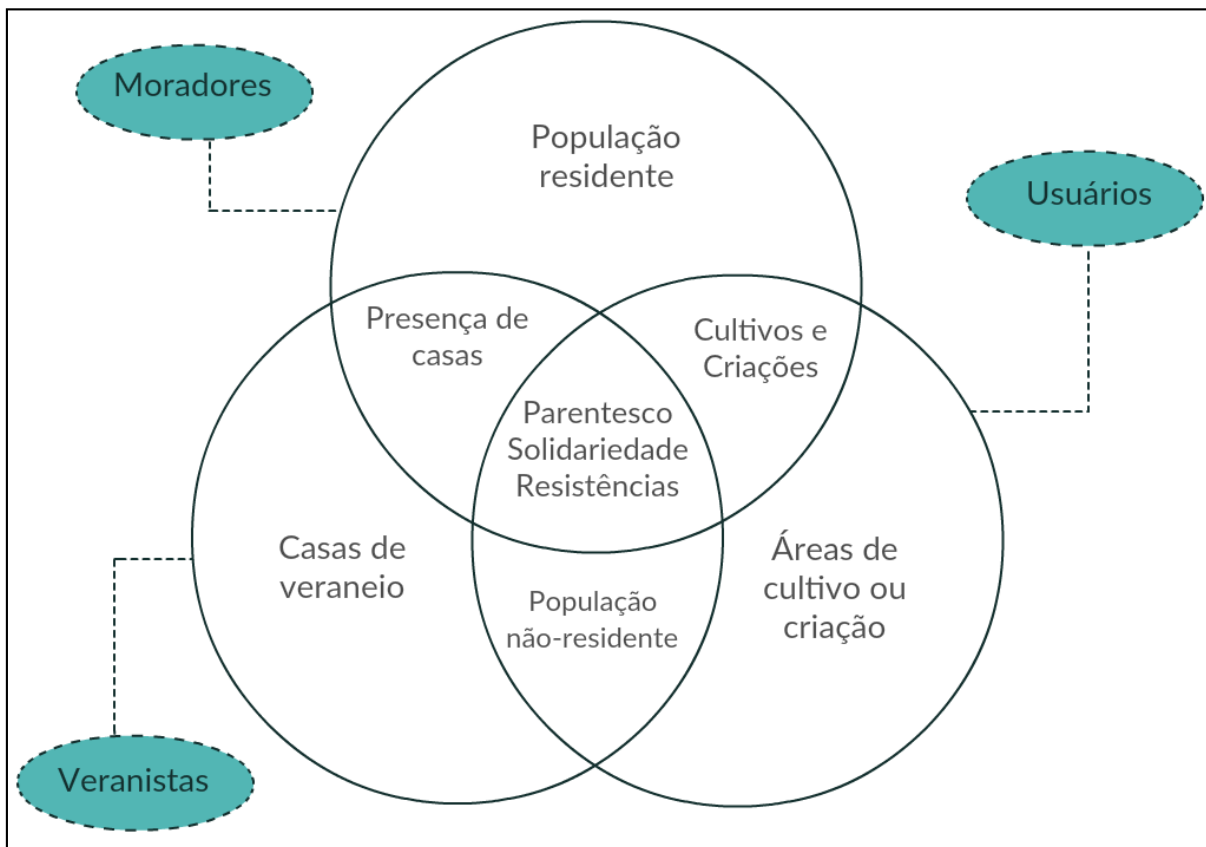


Figura 22. Semelhanças e diferenças entre moradores, usuários e veranistas do Retiro. Desenvolvido através da plataforma Creately. Disponível em: <<https://creately.com/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

Em nossas primeiras incursões ao Retiro, falas e comportamentos dos retireiros pareceram-me expressar submissão às normas ambientais impostas. Lembro de meu primeiro contato com um núcleo de moradores, em julho de 2014, e de como eles demonstraram medo quando os questionamos sobre suas plantações. Essa reação não constituiu a regra entre minhas primeiras relações com os demais moradores e usuários agricultores. Alguns retireiros mostravam suas plantações manifestando orgulho por seu trabalho e conhecimento da terra.

Contudo, todos eles disseram em algum ponto de nossas entrevistas que “não [se] planta mais porque não pode, porque o terreno aí não dá pra mexer, não pode mexer, [...] se não tá fazendo errado, tem que obedecer a lei” (Depoimento colhido, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó). Embora essa fala pudesse ser visivelmente questionada diante das roças, pomares e hortas em seus quintais, o aparente exagero com que se expressam sugere (i) a importância da prática do cultivo, uma vez que ela mantém sua subsistência material e

configura identidade a eles e ao lugar; e (ii) a redução da área cultivada que, para os retireiros, está diretamente associada às normas ambientais.

Em nossas entrevistas, os gestores ambientais não fizeram referências a conflitos envolvendo as atividades de cultivo e criação dos retireiros e indicaram que só haveria problemas nesse sentido caso elas envolvessem o uso do fogo e a remoção de vegetação nativa. Os retireiros informaram que, entre 2014 e 2017, esses gestores não promoveram a destruição de seus cultivos ou os impediram diretamente de manter suas plantações.

Entretanto, volto ao emblemático caso dos barracões construídos por Deusdita e Zé Antônio (p.22). Conforme ilustrado pelo relato abaixo, um gestor ambiental deixou claro que a construção dos barracões foi encarada como tentativa de retorno desses usuários à sua antiga condição de moradores do lugar:

A tentativa de retorno só vai poder ter uma reação, e a reação é a imediata desocupação da área. Entendeu? E, sob pena de, se não for promovida essa imediata desocupação a gente tem o devido processo administrativo, o devido processo legal. Por quê? Porque a garantia, digamos assim, o justo direito à indenização pela propriedade não é justificativa para a retomada da propriedade, ocupação física da propriedade, são duas coisas diferentes. Uma coisa não justifica a outra coisa (Depoimento colhido, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó).

Segundo Deusdita e Zé Antônio, eles recorreram judicialmente solicitando a anulação das multas e obtiveram ganho de causa. Contudo, a coerção sofrida produziu respostas simbólicas já que Geralda e Zé Antônio disseram se sentir cansados de enfrentar as normas do Parna Cipó e abandonaram sua área de cultivo do Retiro. O desgaste decorrente da autuação recebida contribuiu para o aumento de sua distância afetiva com o lugar, comprometendo a afinidade que sentem pelo meio em que cresceram (GALLAIS, 1998: 12). Deusdita e Eurico seguiram cultivando sua roça, contudo foram obrigados a retirarem sua barraca de lona do terreno, o que os impedem de abrigar insumos e ferramentas da chuva e do sol.

A demanda pela manutenção de estruturas físicas também existe para os veranistas que desejam conservar suas casas, o que, formalmente, não lhes é permitido. Em alguns casos, eles requereram autorização para as reformas, mas elas foram indeferidas. Em outras situações, constatamos veranistas realizando manutenções em cercas, portões, telhados sem informá-las à administração do Parna Cipó e sem sofrerem sanções.

Refletindo sobre minhas experiências, percebo que os aposentados enfrentam restrições às suas atividades, mas têm conseguido mantê-las ou adaptá-las diante das normas ambientais. Nesse sentido, as dinâmicas socioespaciais dos aposentados incluem formas de resistência quanto às imposições sofridas.

Segundo Scott (2002: 24-25), qualquer micro ato que vise mitigar/negar obrigações impostas ou reforçar interesses próprios frente a tais imposições pode ser considerado uma forma de resistência. Nesse sentido, os usos e ocupações dos aposentados são enquadrados aqui como formas de resistência às normas ambientais do Parna Cipó.

Ressalto que o autor discute “técnicas de resistência [que] são adequadas às características particulares do campesinato” (Ibid: 13). Para ele, o campesinato refere-se a setores de classes baixas, sem lideranças ou disciplina que os permitam se organizarem, requerendo, assim, pouca ou nenhuma coordenação. Essas características do campesinato são semelhantes ao contexto sociopolítico do Retiro uma vez que observamos a ausência de lideranças ou movimentos organizados por parte dos aposentados.

Scott (2002: 12-13) distingue as formas de resistências entre (i) aquelas que são organizadas visando romper com as imposições sofridas ou (ii) aquelas desorganizadas que atingem interesses individuais e promovem a acomodação perante as imposições. Ele ainda aponta que elas podem ocorrer através de confrontação direta ou de abordagens sutis, essas últimas tratadas como a resistência cotidiana.

As formas de resistência aposentada são individuais e ocorrem através de abordagens sutis, não planejadas para acabar com normas do parque. Conforme Scott (2012: 30), nem toda forma de resistência tem como finalidade romper com um sistema que impõe pressões; o objetivo principal da resistência é sobreviver a essas imposições no presente. No caso da construção dos barracões de Deusdita e Zé Antônio, observamos uma forma de resistência, de certa forma, coletiva que questionou diretamente a imposição de regras ao lugar.

Segundo Scott (2012: 13), frente a ações de resistência, o estado pode agir de três maneiras: (i) elaborar novas políticas a partir de expectativas mais realistas; (ii) reforçar sua conduta através de incentivos positivos; e (iii) adotar medidas coercitivas. Ao menos dois desses cenários podem estar associados ao contexto do Retiro. Mesmo com as ressalvas que apontei anteriormente, a criação da ZOT e a adoção da ZHC constituem formas de adaptar o regulamento do Parna Cipó à realidade do Retiro. Embora a ZHC não esteja implementada, a

condição de moradia de dois núcleos familiares está regulamentada e, na prática, é estendida a outras duas famílias.

As autuações de Deusdita e Zé Antônio consistiram na adoção de medidas coercitivas. Segundo os gestores ambientais, a construção de novas estruturas contraria as permissões previstas no zoneamento do Parna Cipó o que, para eles, justificou não só a coerção de demolir os barracões, como também a aplicação de multas. Ressalto que, segundo os retireiros, ambas medidas foram tratadas como incabíveis pela Justiça. Tratam-se de medidas punitivas que poderiam ser evitadas se houvesse canais efetivos de diálogos entre gestores e retireiros.

Outro exemplo que enquadram a adoção de medidas coercitivas e de medidas mais realistas foi a tentativa de expulsão dos moradores do Retiro em 2013. De um lado, tem-se a PFE do ICMBio promovendo ação coercitiva através da ameaça formal de expulsão, que contou com a entrega de notificações impressas e a imposição de que os moradores deveriam assiná-las, conforme nos foi relatado por alguns retireiros. Por outro lado, ao se posicionar contrária a essa expulsão, a administração do Parna Cipó reforçou que a gestão de unidades de conservação deva primar pelo respeito à vida e pela mediação e não acirramento de conflitos por ela deflagrados (ICMBio, 2013).

Observo que a administração do Parna Cipó não tem restringindo os usos e ocupações do Retiro somente com base nos regimentos da unidade. Os gestores ambientais têm flexibilizado a aplicação de certas normas para permitir atividades de cultivo, criação e lazer que não envolvem remoção de espécies vegetais ou formas de retorno permanente ao lugar. Alguns gestores indicaram temer que algumas formas de ocupação do lugar sejam tomadas como precedentes para legitimar uma leva de pessoas tentando retornar aos seus lugares de origem dentro do território legalmente delimitado como Parna Cipó. Nesse sentido, atividades dos retireiros que não são consideradas pela gestão da unidade como desafio simbólico à legitimidade do Parna Cipó são permitidas como forma de impedir o acirramento de conflitos.

Com exceção de três requerimentos formais, os retireiros não têm demandado meios de regularizarem suas atividades junto à administração do parque o que me remete a duas questões. Em primeiro lugar, a própria negação em realizar acordos com os gestores ambientais ou em se qualificar legalmente para receberem as indenizações por suas propriedades consiste em uma forma de resistência. A mudez auto interessada (SCOTT, 2012: 14) de Piedade é percebida como forma estratégica de resistência por um gestor ambiental: “A coitada

da Piedade lá. É doida a Piedade. Ela não é doida! Ela se faz de doida justamente para manter, se garantir ali no pedacinho dela ali” (Depoimento colhido, em 08/09/2014, por equipe do Projeto Cipó). Além de forma de resistência, essa situação de Piedade demonstra como sua condição de vida no Retiro é, de certa forma, degradante e indigna.

Alguns retireiros se mostraram desinteressados em se regularizar junto à administração do Parna Cipó. Sobretudo para os moradores, a regularização de suas atividades não é tida como verdadeiramente necessária. Eles conseguem realizar suas atividades sem grandes impedimentos por parte da administração do Parna Cipó. Em nossas entrevistas, esses moradores demonstram que, com exceção das notificações recebidas, em 2013, os gestores ambientais não colocam sua moradia, cultivos e criações em risco.

Eles não compreendem que a garantia dessas atividades esteja prevista formalmente apenas no zoneamento do Parna Cipó e que, além de englobar apenas dois núcleos familiares, seja suscetível de sofrer alterações, e mesmo de ser cancelada, durante a revisão do plano de manejo da unidade. Ressalto com isso que essas pessoas não estejam cientes da totalidade dos regulamentos às quais estão/deverão estar formalmente sujeitas.

Em segundo lugar, o reduzido número de tentativas de retireiros em regularizar sua presença e atividades no lugar indica que, para eles, essas formas de regularização não se adequam a sua realidade ou não existem. Nesse sentido, ressalto o descontentamento e o desconhecimento desses retireiros da existência e funcionalidade de ferramentas de gestão de unidades de conservação como os termos de compromisso e os conselhos.

Em abril de 2017, conversei com alguns retireiros sobre essas duas ferramentas e sobre o zoneamento e o plano de manejo do Parna Cipó. Embora soubessem da existência do conselho consultivo do Parna Cipó, nenhum dos meus interlocutores demonstraram ter conhecimento acerca do que signifiquem/consistem termos de compromisso, plano de manejo e zoneamento. Prestei-lhes uma explicação rápida e alguns demonstraram interesse, sobretudo quanto aos termos de compromisso que expliquei como sendo um documento assinado pelos gestores ambientais que garantiria, de forma legal, que eles poderiam morar, plantar e criar animais. A maioria demonstrou interesse em possuir um documento como esse e percebi que, para eles, esse papel assinado seria a materialização de seu poder no lugar, ou seja, uma possibilidade de apropriação para tornar o lugar seu território legítimo. Deixo outras discussões acerca dos termos de compromisso para os retireiros para outra parte deste texto.

Discuto brevemente aqui algumas questões que envolvem a participação dos retireiros no conselho consultivo do parque<sup>42</sup>. Ao indagarmos nossos interlocutores sobre sua participação nas reuniões do conselho, alguns retireiros alegaram que nunca foram convidados, outros disseram que participaram de algumas delas, mas que as discussões realizadas não lhes diziam respeito ou os interessavam.

Através da análise das atas das 22 reuniões do conselho do Parna Cipó, realizadas entre 2011 e 2016, a situação dos retireiros foi discutida entre os conselheiros apenas uma vez, embora dimensões do turismo referentes ao lugar, como o funcionamento da portaria Retiro, tenham sido tratadas em outros momentos. Segundo a ata de 11/09/2013, a tentativa de expulsão dos moradores do Retiro por parte da PFE-ICMBio, naquele mesmo ano, foi apresentada por uma gestora ambiental que salientou a necessidade de serem elaborados termos de compromissos com os retireiros. Representantes da associação de moradores e de pousadas locais colocaram como necessário respeitar esses moradores, contornar conflitos através da promoção de relações harmônicas com eles, promover trabalhos sociais e de assistências aqueles que necessitarem (como os diagnosticados com doenças mentais). A administração do parque solicitou que o conselho se posicionasse formalmente quanto a questão. Através de ofício, o conselho se colocou contrário a expulsão, conforme já discutimos anteriormente.

Até 2014, o regimento interno do conselho do Parna Cipó exigia que seus membros fossem representantes de instituições. Os retireiros poderiam ir às reuniões se manifestar, mas sua tomada de decisão, ou seja, sua participação em votações de questões colocadas, só poderia ocorrer no âmbito de uma associação. Havia, portanto, a necessidade de que os retireiros formassem uma associação própria ou se filiassem a alguma existente na região, o que não foi do interesse deles. Em 2015, o regimento do conselho eliminou a obrigatoriedade de seus membros estarem associados a instituições, mas mesmo assim, os retireiros não demonstraram interesse de serem conselheiros ou mesmo participar das reuniões.

---

<sup>42</sup> Segundo o Art. 20º, II do decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conselho de um parque tem caráter consultivo e sua competência é “acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo”. O conselho do Parna Cipó foi criado através da portaria 93 do IBAMA, de 17 de dezembro de 2004, e atua em conjunto com o conselho consultivo da APA Pedreira, reforçando a gestão integrada das unidades e a complementariedade de suas ações de proteção ambiental. A pesquisa que realizei não foi suficiente para incluir com propriedade os contextos políticos e socio-espaciais da APA Pedreira, razão pela qual optei por não abordá-la nas discussões contidas em meu texto.

Nesses três anos enquanto pesquisador, fui a duas reuniões desse conselho, nos dias 10/09/2014 e 04/03/2015. Minha atuação enquanto observador nessas reuniões promoveu meu maior contato com outros fenômenos que configuram as dinâmicas socioespaciais do parque, e conseqüentemente do Retiro. Contudo, meus sentimentos foram parecidos com aqueles relatados pelos retireiros, pois as discussões promovidas nesses dias (sobretudo, turismo e expansão da unidade) eram distantes das experiências que eu tivera, até então, com a Serra do Cipó. Os retireiros recusam-se em participar das reuniões do conselho por elas negligenciarem seus processos de desapropriação pendentes ou as restrições de uso e ocupação do lugar que lhe são impostas, o que está evidenciado pelas atas dessas reuniões.

A recusa dos retireiros de estarem nas reuniões do conselho constitui resistência. Sua ausência demonstra seu descontentamento com às restrições impostas a eles e ao lugar e desinteresse para com as demais discussões sobre o parque. Um gestor ambiental confirma que, em sua percepção, esse desinteresse dos retireiros pelo conselho se deve à multiplicidade de questões debatidas nas reuniões (Depoimento colhido, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes). Essa forma de resistência foi adotada pela comunidade de Lapinha de Santana em relação às discussões acerca da APA Pedreira, conforme relatado por Gontijo (2003: 98). A evasão massiva desafia as imposições e expressa a resistência (SCOTT, 2012; 13), indicando também que, para os retireiros, a mobilização comunitária não resolve seus problemas.

Os retireiros demonstraram não ser totalmente submissos frente às normas ambientais e têm mantido suas atividades mesmo que de modo diferenciado. Na minha percepção, os atos individuais de moradores, usuários e veranistas não contidos na ZOT, como a manutenção de estruturas, criação de animais e cultivo, são o principal indicador de que o regulamento previsto no plano de manejo do Parna Cipó não atinge seu efeito planejado.

O conselho do Parna Cipó que poderia ser utilizado para se discutir maiores adequações entre normas ambientais e atividades dos retireiros, além de promover sua regularização formal, não tem sido capaz de envolver seus interesses e mesmo cativar sua participação. Além disso, a criação de termos de compromisso e a revisão do plano de manejo de forma participativa junto aos retireiros são possibilidades desconhecidas por essas pessoas e consistem em atividades que não têm sido adotadas pela administração do Parna Cipó.



A resistência retireira em suas diferentes formas expõe hábitos e valores arraigados no lugar frente às pressões que sofrem e, à exceção dos barracões construídos, não têm configurado formas de confronto direto com a administração do Parna Cipó. Se para Scott (2012: 30) a resistência é forma de se defender interesses físicos e materiais e de se reproduzir nos lugares, acrescento que ela também ocorra no âmbito simbólico, defendendo interesses e formas de experimentação através das quais se identificam pessoas e lugares.

Embora a maioria dessas famílias esteja formalmente proibida de utilizar o lugar, na prática elas não são fisicamente impedidas de fazê-lo, desde que não envolva a construção de novas estruturas. Entretanto, as atividades de gestão da unidade incluem mecanismos que desencorajam certos usos, dentre eles estão o indeferimento das autorizações recebidas e a presença de funcionários e estruturas do parque no lugar, percebidas por alguns retireiros como formas de fiscalizá-los e controlá-los.

Portanto, as dinâmicas socioespaciais e as experimentações do lugar não são possíveis somente através da resistência retireira, mas dependem da flexibilização de normas pelos gestores ambientais que têm buscado promover a proteção ambiental da região sem acirrar conflitos com o lugar. As normas ambientais impostas e as estratégias de resistência a elas fazem parte da estrutura socioespacial que marca as relações de afeto e a identidade do lugar desde que o Parna Cipó foi implantado. Conforme aponta Scott (2012: 25), atos isolados de resistência, embora não sejam organizados como ações políticas visando atingir uma causa maior, podem ter repercussões em escalas maiores.

Assim como o Retiro, existem outros lugares sobrepostos por áreas protegidas marcados por resistências (MONTEIRO, 2011; FERNANDES, 2012; RIBEIRO, 2014; ROJAS, 2014). O conjunto dessas resistências possui consequências políticas sendo capaz de questionar categorias restritivas de unidades de conservação, a não resolução de suas pendências fundiárias, a não compatibilização das atividades de populações residentes e usuárias desses lugares com as intenções de proteção ambiental: “Ações que não poderiam de forma alguma ser considerados ‘políticas’, quando multiplicadas, podem ter consequências as mais massivas” (SCOTT, 2012: 27). As resistências dessas populações podem ser consideradas enquanto luta social, conforme Honneth (2003: 256 apud SANTOS, 2014: 545), já que seus objetivos são generalizados para além de intenções individuais e se tornam base de movimentos coletivos.

# Termos de compromisso para o Retiro

O termo de compromisso/TC como instrumento de gestão de áreas protegidas é utilizado em casos de pendências fundiárias para garantir a permanência de populações tradicionais em unidades de conservação de proteção integral<sup>43</sup>. Esse documento firma os compromissos das populações residentes e usuárias da unidade e de sua equipe gestora para assegurar a subsistência dessas pessoas e a proteção ambiental. O TC constitui instrumento de gestão e mediação de conflitos<sup>44</sup> que deveria possibilitar mais facilmente o diálogo entre estado e sociedade civil (RIBEIRO & DRUMOND, 2014: 468). Ele possui caráter transitório, pois deve ser estabelecido com prazo de vigência a depender da resolução das pendências fundiárias da unidade de conservação.

O decreto que estabeleceu a possibilidade de realizar tais termos de compromisso, publicado em 2002, firmou prazo de dois anos para serem elaborados em todas as unidades de conservação brasileiras em que fosse constatada sua necessidade. Contudo, a regulamentação dos procedimentos de criação, implementação e monitoramento de TCs só foi feita em 2012<sup>45</sup>, o que, para Ribeiro e Drumond (2014: 470) é o principal motivo para o baixo número de termos estabelecidos no Brasil.

A tradicionalidade das populações atingidas por áreas protegidas é um impasse no contexto de termos de compromisso, pois, segundo Ribeiro e Drumond (2014: 475), seu reconhecimento é difícil de ser avaliado e depende de laudos antropológicos. Populações tradicionais são consideradas legalmente enquanto grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal, que possuem formas próprias de saberes e organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como forma de se reproduzir material e simbolicamente<sup>46</sup>. Embora os retireiros não se declarem como populações tradicionais, suas dinâmicas socioespaciais com o Retiro apontam traços de sua tradicionalidade e identidade próprias.

---

<sup>43</sup> Art.39 do decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002.

<sup>44</sup> Art.2º da instrução normativa do ICMBio Nº26, de 4 de julho de 2012.

<sup>45</sup> Instrução normativa do ICMBio Nº26, de 4 de julho de 2012.

<sup>46</sup> Art.3º do decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Desde que iniciei minhas pesquisas sobre o Retiro, percebo que grande parte da administração do Parna Cipó refere-se aos moradores do retiro como populações ou comunidades tradicionais, mas ao se referir a outras famílias desapropriadas pelo parque, termos como moradores e populações locais, famílias indenizadas são adotados. Embora esses gestores tenham relatado dúvidas quanto ao processo de reconhecimento da tradicionalidade, conforme ilustra relato abaixo, a adoção da categoria tradicional em seus discursos indica que eles percebem dinâmicas socioespaciais diferenciadas dentre os retireiros, sobretudo os mais velhos:

Uma dificuldade que a gente estava localizando aqui que é o seguinte: para serem reassentados como população tradicional eles têm que ser reconhecidos como população tradicional. O que se exige disso? Quem faz isso? O colega aqui [...] defende que nós fazemos uma nota técnica defendendo isso e que isso é suficiente para provocar. É suficiente para provocar, mas será que isso vai para adiante? Ou seja, passa da prorrogação para realmente um processo de reassentamento ou tem que fazer um estudo antropológico? O que eu ouvi até agora é que nossa nota técnica serve como provocação, mas essa provocação tem que gerar um estudo antropológico que de fato corrobore essa provocação nossa, dizendo assim: “Com base num estudo científico feito assim, assim, com base em a e b.” Feito por alguém que são vocês da área, que diga “Eles são população tradicional”, e a gente anexa ao processo ali (Depoimento colhido, em 28/07/2014, por equipe do Projeto Cipó).

Sobre a elaboração desses documentos para o Parna Cipó, um ex-gestor do parque informou que, durante uma pesquisa em arquivos da unidade, encontrou termos de compromisso firmados com moradores à época de criação do Parque Estadual da Serra do Cipó (Depoimento colhido, em 08/09/2014, por equipe do Projeto Cipó). Ele também afirmou que, quando trabalhou na unidade, no início dos anos 2000, elaborou termos de compromisso para os retireiros, mas foi informado por servidores do escritório central do ICMBio de que era necessária uma instrução normativa que regulamentasse a elaboração desses acordos.

De outro lado, gestores ainda lotados no parque informaram que nunca tentaram elaborar um termo de compromisso com os retireiros, pois ele “é uma coisa nova no próprio Instituto Chico Mendes”. Percebo também que, para alguns desses gestores, a delimitação de uma ZOT para o Parna Cipó faz com que o termo de compromisso não seja tão necessário: “A gente não tem o termo de compromisso, mas já tem um instrumento muito forte que é o plano de manejo que já tem o zoneamento definido” (Depoimentos colhidos, em 20/01/2014, por Ana Beatriz Mendes). Contudo, o zoneamento não pode ser comparado a um termo de compromisso simples, pois, entre outras questões discutidas anteriormente, não houve participação dos retireiros durante seu planejamento. Além disso, um gestor apontou que o estabelecimento de um termo de compromisso beneficia a própria gestão da unidade, pois traz

maior segurança para que situações como a tentativa de retirada dos moradores do Retiro em 2013 voltem a acontecer.

Os gestores ambientais ressaltaram que, além de ter dúvidas quanto aos processos de elaboração de termos de compromisso, existe muito debate interno ao Ministério do Meio Ambiente que dificulta o encaminhamento desses termos. Durante entrevista realizada em junho de 2017, um gestor ambiental alegou que a elaboração de TCs ficou estagnada, durante a gestão da ministra Izabella Teixeira, entre abril de 2010 e maio de 2016. Ainda segundo esse gestor, não houve nenhuma diretriz formal que congelasse os processos de regularização de termos de compromisso no âmbito do ICMBio, contudo, isso foi percebido pelos servidores. Depoimentos de gestores ambientais nesse sentido também foram coletados por Pacífico (2014: 57) em seu estudo sobre o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Novamente, gestores ambientais ressaltam a existência de diferentes posicionamentos políticos ideológicos no âmbito do órgão ambiental.

Ressaltando traços de tradicionalidade dos retireiros e as pendências fundiárias do Parna Cipó, o promotor público estipulou, no âmbito da ação civil pública movida contra o ICMBio, que sejam celebrados termos de compromissos com a população do Retiro (MPF, 2016: 29). Em maio de 2017, nossa equipe de pesquisa se reuniu com representantes do MPF e do ICMBio para criar um grupo de trabalho responsável por estruturar e elaborar esses termos de compromisso junto aos retireiros.

Vianna e Scotto (1997: 32) consideram que conflitos são respostas a processos que não são fixos, predeterminados ou unidirecionais e por isso devem ser analisados e compreendidos caso a caso. Durante esses três anos de experiências e reflexões, observo que não há uma associação comunitária ou o interesse de se firmar uma entre os retireiros. As condições de uso e ocupação do lugar, as atividades dos núcleos familiares do Retiro e a ausência de uma organização comunitária têm orientado o grupo de trabalho para a elaboração de termos de compromissos do Parna Cipó, do qual sou membro.

Nesse sentido, estamos propondo junto aos retireiros a criação de termos individuais para cada núcleo familiar do retireiro. Por ser iniciativa recente, a reflexão sobre o trabalho do grupo de trabalho e sobre os produtos que eventualmente sejam alcançados deverá ser realizada posteriormente.

## Conclusões provisórias

Escrever essas linhas me fizeram lembrar e desvelar histórias e estórias acerca do Retiro que me despertaram sentimentos e reflexões através dos quais o local foi-me configurado em lugar. Dediquei então a compreender de que maneira as normas ambientais do Parna Cipó interferem na configuração desse lugar.

Minhas experiências junto aos retireiros proporcionaram-me um conjunto de reações que me despertaram sentimentos de curiosidade, amizade, medo, tristeza, felicidade. Muitas vezes me senti frustrado com o planejamento de certas atividades de pesquisa que acabaram não alcançando os resultados esperados, sobretudo quando não encontrava com meus interlocutores ou eles não estavam dispostos ou disponíveis a conversar no momento. No entanto, essas frustrações exigiram de mim certa criatividade para lidar com as incertezas da atividade de campo e, assim, estive disponível para viver outras experiências.

Aos poucos, os planejamentos de campo se tornaram menos planejados e a convivência com os retireiros e o Retiro foram despertando-me a curiosidade para aspectos de suas rotinas, como o cuidado com os animais e os cultivos. Aprendi muito com essas pessoas sobre como plantar e tirar leite, mas também sobre como desfrutar e valorizar o lugar da gente. Nesse processo, fui afeiçoando-me a certas pessoas e casas e, ao mesmo tempo, afastando-me de outras, sem, contudo, abandoná-las.

Ressaltei que o lugar é significado por uma rede de significações e experiências que envolvem não apenas os retireiros e suas atividades, mas também dimensões sociais, políticas, econômicas que afetam dinâmicas socioespaciais de Cardeal Mota e da Serra do Cipó. Embora não tenha focado minhas análises nessas dinâmicas, destaquei que a urbanização de Cardeal Mota e o fenômeno turístico da Serra do Cipó têm provocado mudanças nos modos de vida dos retireiros. Enquanto alguns serviços, como educação, saúde, comércio, ficaram mais acessíveis, a especulação fundiária e a maior movimentação de turistas têm provocado mudanças nos usos destinados a terra em Cardeal Mota. Assim, famílias retiradas do território legalmente definido como Parna Cipó, retornam às suas propriedades ainda não indenizadas em seu lugar de nascimento buscando garantir seus interesses materiais e resgatar sua própria identidade, através do cultivo, da criação de animais ou usufruindo do lugar.

Mesmo diante desses outros fenômenos intercalados no lugar, percebo que a proteção ambiental consiste na esfera cujas interferências podem ser mais diretamente percebidas no lugar, sobretudo pela presença física de estruturas e pessoas relacionadas ao órgão ambiental. Ressalto que, no âmbito da Serra do Cipó, a adoção de estratégias de proteção tem acompanhado os debates nacionais. Se concepção, criação e implantação do Parna Cipó ocorreram de forma autoritária, a criação de outras áreas protegidas na região, como a APA Pedreira e a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, indica que estratégias mais flexíveis de proteção ambiental têm sido utilizadas. Embora não tenha dedicado-me a investigar melhor a proteção ambiental no âmbito dessas e de outras áreas protegidas, estudos afins podem ser consultados (GONTIJO, 2003; SANTOS, 2016) e pesquisas nesse sentido podem ser realizadas.

O certo é que, no âmbito da implantação do Parna Cipó, existem pendências fundiárias referentes a famílias cujos processos de desapropriação permanecem nebulosos e impeditivos de uma ação mais eficaz e coerente com as carências locais. Compreender quais proprietários e posseiros do território legalmente transformado em parque foram indenizados ou não ainda consiste em um impasse devido a multiplicidade de processos administrativos e judiciais existentes e que não estão acessíveis para essas famílias, gestores ambientais, promotores públicos, pesquisadores.

Diante dessas incertezas, o Retiro segue como único lugar dentro do parque em que há famílias de moradores e usuários. Embora sua presença e os usos que fazem do lugar sejam incompatíveis com os objetivos legais de um parque nacional, a legislação brasileira prevê a adoção de certas medidas que permitam conciliar interesses dos retireiros com as atividades de proteção ambiental.

Ferramentas de gestão de unidades de conservação como o conselho gestor, os termos de compromissos e o plano de manejo existem para mediar essa compatibilização de interesses e atividades. Observei que o conselho gestor do Parna Cipó não tem sido capaz de atrair a presença dos retireiros ou mesmo discutir suas condições de uso e ocupação do lugar. Em boa parte, o silêncio acerca da regularização fundiária da unidade e da presença de seus moradores e usuários nessa esfera de discussão coletiva se deve à falta de documentos que possam basear essas discussões.

A revisão do plano de manejo do parque não é pautada pela administração da unidade ou de seu conselho, o que poderia promover uma melhor regularização das atividades dos

retireiros. A celebração de termos de compromissos junto a essas famílias, que garantiria a formalização e a compatibilização de seus interesses com as atividades de proteção ambiental da unidade, apesar de prevista legalmente, segue pendente. Segundo alguns gestores ambientais, medidas nesse sentido foram iniciadas, mas, devido a políticas internas do órgão ambiental, não foram concluídas; condição que é percebida por eles à escala nacional.

Novas movimentações para a elaboração desses termos estão ocorrendo, desde abril de 2017, e têm-me despertado sentimentos positivos de que é possível alcançar situações de uso e ocupação e regulamentos que assegurem formalmente os interesses dos retireiros e que sejam construídas de forma participativa. Desafios como a necessidade de determinação de prazos de vigência e a indisposição de setores internos ao ICMBio em aceitarem firmar termos de compromissos com populações usuárias já foram colocados no âmbito do grupo de trabalho dedicado a essa questão.

As dinâmicas socioespaciais do Retiro que experimentei, entre 2014 e 2017, mostraram-me que, frente aos regulamentos ambientais que lhe foram impostos, os retireiros adotaram distintas estratégias de resistência. Elas correspondem a ações mais sutis que envolvem a realização de manutenções em estruturas sem a autorização da administração do Parna Cipó, a ausência das reuniões do conselho da unidade, a negação em interagir com funcionários da unidade e pesquisadores. A administração do parque não tem sido incisiva em impedir a presença dos retireiros no lugar. Percebi que ela adota formas de desencorajar os usos e as ocupações do Retiro de formas sutis, através de sua presença física no lugar, mas também de formas diretas, através da aplicação de multas e do indeferimento de requerimentos. Entretanto, os gestores ambientais do Parna Cipó têm sido flexíveis com as normas estabelecidas para o parque e mesmo com situações não previstas no regulamento da unidade, o que tende a impedir o acirramento de conflitos.

Formalmente, a flexibilização da administração do parque está contida em seu plano de manejo, através da criação da ZOT e da ZHC. Mesmo que existam problemas de concepção, sobreposição, implantação dessas zonas, o plano de manejo é percebido por alguns gestores como o mecanismo que assegura a presença dos retireiros no lugar. Inclusive, ele foi utilizado como uma das principais justificativas para que a tentativa de expulsão dos retireiros, iniciada em 2013, não ocorresse. Nesse sentido, quando comparo este meu texto com minha monografia (SOUZA, 2014), percebo que os gestores ambientais lotados na Serra do Cipó foram por

mim tratados como pessoas totalmente desinteressadas em garantir interesses e direitos dos retireiros. A continuidade da pesquisa me proporcionou refletir sobre as formas como esses gestores lançam mão de estratégias para flexibilizar a legislação e os próprios regulamentos do Parna Cipó. Embora não adotem posturas totalmente permissivas, eles buscam evitar conflitos e mostraram-se preocupados quanto ao bem estar e dignidade dos retireiros, sobretudo os moradores e idosos.

Ainda revendo minha monografia, ressalto que, em 2014, minhas reflexões acerca de como o Retiro é tratado no zoneamento do Parna Cipó foram restritas à ZOT. Com esta pesquisa, percebi que outras zonas do parque interferem nas dinâmicas socioespaciais do lugar. Além de regulamentarem usos e ocupações do Retiro, ZHC, ZES e ZRE indicam como o lugar era percebido pelos gestores ambientais que elaboraram o plano de manejo da unidade. Uma possibilidade de pesquisa futura acerca do zoneamento do Parna Cipó pode ainda investigar sua zona de uso conflitante. Ela assegura, de forma permanente, a presença de “empreendimentos de utilidade pública” (ICMBio, 2009d: 13), como estradas e pontos de captação de água junto aos limites do parque nacional. Seria possível então discutir a concepção de utilidade pública e por que ela é justificada para esses empreendimentos e não para o Retiro.

Também quando comparo este texto com a monografia de 2014, percebo o quanto tratei os retireiros como atores passivos frente às restrições impostas pela administração do Parna Cipó. Apresento, nesta dissertação, a resistência retireira não como mera forma dos retireiros assegurarem suas atividades materiais de subsistência ou interesses econômicos, mas também como meio através do qual eles mantêm suas relações de solidariedade e parentesco e reforçam seus valores e sua própria identidade.

Para mim, o Retiro foi sendo significado a partir dessas relações de resistência. O lugar não me teria os mesmos significados e não me despertaria os mesmos sentimentos se não fossem minhas experimentações das ações dos retireiros em manter o trabalho com a terra, suas casas e suas relações de solidariedade. O Retiro não está parado no tempo, o que é visível, por exemplo, através de suas casas em ruínas e barracões demolidos. E, embora os relatos de nossos interlocutores indiquem que ele não é o mesmo de duas gerações atrás, foi pelo Retiro do presente que dediquei minhas reflexões. Foi através dele que tive minhas experiências retireiras, foi por ele que desenvolvi sentimentos que o configuram enquanto lugar.



# Referências

- ABAKERLI, Stefania. A critique of development and conservation policies in environmental sensitive regions in Brazil. **Geoforum**, v.32, 2001.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2.ed, 2014.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. 1ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ANDRADE, André de Lima. A problemática do licenciamento ambiental em zona de amortecimento de unidades de conservação. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, 2005.
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, jan./abr. 2002.
- BORGES, Júnia Lúcio de Castro. Estudo de fragilidade e potencial de uso da paisagem e análise de capacidade de carga turística do Parque Nacional da Serra do Cipó - MG. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011.
- BRAGA, Solano de Souza. A região da Serra do Cipó: Complexidade, tempo e turismo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011.
- BRAGA, Solano de Souza et al. A importância das rotas e itinerários culturais na construção de identidades regionais. Anais do 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte: set. 2014.
- BRASIL. Decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 21 set. 1979.
- BRASIL. Decreto 90.223, de 25 de Setembro de 1984. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 26 set. 1984.
- BRASIL. Decreto 94.984, de 30 de setembro de 1987. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 1º out. 1987.
- BRASIL. Decreto 98.891, de 26 de janeiro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 29 jan. 1990.
- BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL. Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 23 ago. 2002.

BRASIL. Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 28 ago. 2007.

CABRAL, Diogo de Carvalho. O 'bosque de madeiras' e outras histórias: A mata atlântica no Brasil colonial (séculos XVIII e XIX). Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 2012.

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2006.

CARDOSO, Christiane Vilela. As interfaces socioambientais de um lugar em reconstrução: Distrito Serra do Cipó/Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2008.

CHAVES, Pedro Mota Belisário. As Trilhas da Serra do Cipó: um estudo de caso sobre o Projeto Travessia do Parque Nacional da Serra do Cipó. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

COUTINHO, Raquel. Natureza no espaço e no tempo das Minas Gerais. **Revista Saga-rana**.ed.21: Ecologia: Serra do Cipó. 2011.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; OLIVEIRA, Alexandre Magno de; & RAMOS, Marcelo Viana. População, turismo e urbanização: Conflitos de uso e gestão ambiental. **Geographia**, ano V, n.10, 2003.

DUARTE, Matusalém de Brito. Leituras do "lugar-mundo-vivido" e do "lugar-território" a partir da intersubjetividade. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2006.

MADEIRA, João. Moradores em Unidades de Conservação de Proteção Integral: complementando o entendimento da situação no Parque Nacional da Serra do Cipó. **Ecodebate**. 3 set. 2013. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2013/09/03/moradores-em-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral-complementando-o-entendimento-da-situacao-no-parque-nacional-da-serra-do-cipo-artigo-de-joao-madeira/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FERNANDES, Vanessa S. R. Entre a regulação e a emancipação social: desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

FERREIRA, José Carlindo dos Santos. **Memórias de um recenseador**. 2ªed. Belo Horizonte: Edições Cipó Voador, 2006.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, ano V, n.9. Rio de Janeiro: jul./dez., 2000.

FERREIRA, Raoni Araújo. A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística: Um olhar sobre as transformações socioambientais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2010.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas & GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v.14(28), 2004.

FREITAS, Iara Oliveira Silva e. Uma etnoecologia abrangente dos “retireiros”: Compreendendo conflitos entre o Parque Nacional da Serra do Cipó e a comunidade local. Monografia (graduação) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

FILIPPO, Daniela Campos de. Compreendendo a relação das pessoas com as áreas naturais da Serra do Cipó (MG) em meio às transformações do espaço. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, 2013.

FILIPPO, Daniela C. & RIBEIRO, Katia T. Envolvimento Comunitário no Controle de uma Planta Exótica Invasora na Serra do Cipó, Minas Gerais. **Biodiversidade Brasileira**, v.4(1), 2014.

GALLAIS, Jean. Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical. **Espaço e Cultura**. n.6. Tradução (do original: Quelques Aspects de L’Espace Vécu dans Civilizations du Monde Tropical. L’Espace Géographique, 5(1), 1976). Rio de Janeiro: jul./dez., 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v.35(3), mai./jun. 1995.

GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: O caso de Lapi-nha. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003.

GONTIJO, Bernardo Machado. As portas abertas da serra do Cipó. In.: Instituto Guaicuy; SOS Rio das Velhas & Projeto Manuelzão (Orgs.) **Cadernos Manuelzão**. v.2 (3), jun. 2007.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. **Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço**. Belo Horizonte: Editora COOPMED, 2000.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. **O Caminho dos Currais do Rio das Velhas: A Estrada Real do Sertão**. Belo Horizonte: Editora COOPMED, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A ocupação histórica da região de Santana do Riacho**. Arquivos do Museu de História Natural, v.12, 1991.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**. ano IV, n.7. Rio de Janeiro: jul./dez., 1999.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 1. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 2009a.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 2. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 2009b.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 3. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 2009c.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 4. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 2009d.

ICMBio. Memorando 79/2013/ICMBio/Gestão integrada Cipó-Pedreira. Posicionamento Parna Serra do Cipó e Apa Morro da Pedreira – Processo 02015008122/1989-52, Ação de desapropriação 890008757-6, em execução sob n.20003800008183-3. Serra do Cipó, 19 set. 2013.

ICMBio. Boletim Informativo APA Morro da Pedreira e PARNA Serra do Cipó Nº38(V). Serra do Cipó, 8 fev. 2017 [em formato digital disponibilizado pela administração da unidade].

IPHAN. Levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Serra do Cipó/Minas Gerais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2011.

MALAGODI, Marco Antônio Sampaio. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. **Espaço e Economia**, v.1, 2012.

MARQUES, Isadora & COUTINHO, Mateus. Santuário Ameaçado: Importante para a revitalização do Rio das Velhas, o rio Cipó precisa de ajuda. **Cadernos Manuelzão**, n.59, out. 2010.

MÉO, Guy Di. Géographies tranquilles du quotidien : une analyse de la contribution des sciences sociales et de la géographie à l'étude des pratiques spatiales. **Cahiers de Géographi-edu Québec**, v.43 (118), 1999.

MINAS GERAIS. Lei 6.605, de 14 de julho de 1975. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Poder Executivo, Belo Horizonte, 14 jul. 1975.

MINAS GERAIS. Decreto 43.321, de 8 de maio de 2003. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Poder Executivo, Belo Horizonte, 9 mai. 2003.

MONTEIRO, Fernanda Testa. Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011.

MORAES, Antônio C. Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOURA, Antônio Márcio Ferreira de. **Serra do Cipó – MG: ecoturismo e impactos sócio-ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MPF. Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Recomendação MPF/MG Nº82, 02 ago. 2013 – Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.000.002146/2013-08. Belo Horizonte: Ministério Público Federal, 2 ago. 2013a.

MPF. Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Cumprimento da Sentença em Ação de Desapropriação – Processo nº 2000.38.00.08183-3. Belo Horizonte: Ministério Público Federal, 4 out. 2013b.

MPF. Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Distribuição por dependência ao processo nº 8120-16.2000.4.01.3800: Ação civil pública, com pedido de tutela provisória contra a União Federal e o ICMBio. Belo Horizonte, 23 set. 2016.

PACÍFICO, Amanda Cristina Nunes. Do conflito à participação: Uma análise de ferramentas participativas do SNUC nos casos do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/MA e do Parque Nacional da Serra do Cipó/MG. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. A Pesquisa Qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, v.2(1), jul./dez. 1999.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxo do papel do Estado nas unidades de conservação. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2.ed, 2014.

PEREIRA, Luiz Andrei G.; CORREIA, Idalécia Soares & OLIVEIRA, Anelito Pereira. Geografia fenomenológica: Espaço e percepção. **Caminhos de Geografia**, v.11(35), Uberlândia, set. 2010.

PROUS, André. As primeiras populações do Estado de Minas Gerais. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

RIBEIRO, Bianca Guimarães & DRUMOND, Maria Auxiliadora. O Termo de Compromisso como ferramenta para a gestão de conflitos em Unidades de conservação. In: GONTIJO, Bernardo Machado et al. (Orgs.) Anais do VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social: Áreas protegidas e inclusão social – Tendências e perspectivas. Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Bianca G. Proteção integral e lugares vividos: Termos de compromisso como soluções negociadas de conflitos fundiários em unidades de conservação. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

RIBEIRO, Marilene Cardoso & FIGUEIRA, José Eugênio Cortes. Uma Abordagem Histórica do Fogo no Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais – Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, ano I, n.2, 2011.

RIBEIRO, Mateus Cotta. A reprodução crítica do espaço na porção meridional da Serra do Espinhaço de Minas Gerais: modernização do espaço e crise da sociedade do trabalho. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, 2015.

ROCHA, Andréa. Ecologia – Serra do Cipó. **Sagarana**, v.21, 2005.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz. Os conflitos ambientais da Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

SAINT-HILAIRE, Augusto. Prefácio do autor de 1830. In: **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1º Tomo**. Tradução de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 1830/1938.

SANTOS, Leonardo B. O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.9, mai/ago 2014.

SANTOS, Altair Sancho Pivoto dos. Des-Ordenamento Territorial e Unidades de Conservação. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2016.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v.21, n.1. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Campina Grande: jan./jun., 2002.

SOCT/CETEC. Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Parque Estadual da Serra do Cipó. Belo Horizonte: Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT)/Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), 1982a.

SOCT/CETEC. Anexo 8.1 – Convênio FNDU-15/1977, respectivos termos aditivos e prestações de contas. In: \_\_\_\_\_. Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Parque Estadual da Serra do Cipó. Belo Horizonte: Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT)/Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), 1982b.

SOCT/CETEC. Anexo 8.3 – Conclusões e recomendações da comissão para estudo da viabilidade de criação e implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó. In: \_\_\_\_\_. Relatório das principais atividades realizadas para a implementação do Parque Estadual da Serra do Cipó. Belo Horizonte: Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia (SOCT)/Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), 1982c.

SOUZA, Leonardo Vasconcelos de. É parque, mas nem tão parque assim: Percepções acerca do Parque Nacional da Serra do Cipó. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

TALBOT, Virginia. Termos de Compromisso: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Escola Nacional de Botânica Tropical, 2016.

TERBORGH, John & VAN SCHAİK, Carel. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, John et al. (Orgs). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. 1.ed. Curitiba: UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

TRF. Tribunal Regional Federal – 1ª Região. Decisão liminar – Autos nº 57067-42.2016.4.01.3800. Belo Horizonte, 3 abr. 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira (do original: Space and place: The perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota, 1977). São Paulo: DIFEL, 1983.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. **Vária História**, n.21. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VIANNA, Ângela Ramalho & SCOTTO, Gabriela. **Conflitos ambientais no Brasil: Natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

ZHOURI, Andrea & LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: \_\_\_\_ (Orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A dupla face da política ambiental: Um Estudo da Legislação das Unidades de Conservação e sua Aplicabilidade na Serra do Cipó/MG. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.